

Mariana de Campos Françaço

Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. John Manuel Monteiro.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora em 19 de fevereiro de 2004.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. John Manuel Monteiro (orientador)
Prof. Dr. Pedro Meira Monteiro
Profa. Dra. Mariza Corrêa
Profa. Dra. Heloisa André Pontes (suplente)

Fevereiro de 2004

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

F849o **Françoço, Mariana de Campos**
Um outro olhar : a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda / Mariana de Campos Françoço - Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador: John M. Monteiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982. 2. Etnologia - Alemanha. 3. Antropologia - História. 4. Trabalho intelectual - História. I. Monteiro, John M. (John Manuel), 1956-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

Este trabalho analisa o diálogo de Sérgio Buarque de Holanda com a etnologia alemã do século XIX, especificamente nos livros em que o autor trata da expansão para o oeste da colônia: *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*. Para isso, investigou-se, primeiramente, a trajetória intelectual do autor, bem como o contexto em que estas obras foram produzidas. Esta parte da pesquisa, fundada em análise da documentação pessoal do historiador e de bibliografia sobre o tema, explicitou os momentos de sua carreira, as pessoas e instituições que proporcionaram a Sérgio Buarque o contato e o conhecimento da literatura etnológica alemã e dos debates antropológicos da primeira metade do século XX no Brasil. Em seguida, realizou-se a análise comparativa dos livros citados do autor com as obras de etnologia a que ele se reportava, tanto do ponto de vista dos conceitos utilizados quanto da organização das fontes. Concluiu-se que Sérgio Buarque lançou mão do conceito de cultura material, assim como fora utilizado pela etnologia alemã, como chave para entender o processo de interação entre índios e portugueses nos séculos XVII e XVIII. Além disso, o lugar de destaque dado à literatura etnológica na orquestração das fontes pode ser entendido como um recurso estilístico e metodológico para conferir a legitimidade e a autoridade daqueles etnólogos à própria obra de Sérgio Buarque.

ABSTRACT

In this work, we analyze the dialogue between Sérgio Buarque de Holanda and German ethnology from the 19th century, especially in the books where he copes with the expansion to the west in the colony: *Monções* and *Caminhos e Fronteiras*. With that in mind, we investigated, initially, the intellectual trajectory of the author, as well as the context in which such books were written. This section of the research, based on analyses of personal documents of Sérgio Buarque de Holanda, disclosed the stages in his career, the individuals and the institutions which allowed him to get acquainted with German ethnological literature and the anthropological debates during the first half the 20th century in Brazil. Subsequently, we compared the books by our author with the ethnological oeuvres which he quoted, both from the viewpoint of the concepts used and from the viewpoint of his organization of the sources. We concluded that Sérgio Buarque exploited the concept of material culture, as it was used in German ethnology, as a key to gain comprehension of the process of interaction between the colonizers and the natives in the 17th and 18th centuries. In addition, the importance given to the ethnological literature in coordinating his sources can be seen as a methodological maneuver aiming at granting the authority and legitimacy enjoyed by those ethnologists to Sérgio Buarque's own work.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Agradecimentos..... | 9 |
| Introdução: Sobre a fortuna crítica de Sérgio Buarque de Holanda..... | 11 |
| Parte I: De São Paulo ao Rio, do Rio a São Paulo via Berlim: a trajetória de Sérgio Buarque de Holanda..... | 25 |
| Sérgio Buarque e o Modernismo..... | 25 |
| O período na Alemanha: 1929-1930..... | 39 |
| A volta ao Rio de Janeiro..... | 41 |
| O trabalho no Museu Paulista: desenvolvimento da etnologia brasileira..... | 51 |
| A Escola Livre de Sociologia e Política..... | 65 |
| Sérgio Buarque de Holanda, historiador: uma presa fácil de seu tempo?..... | 77 |
| Parte II: Os etnólogos alemães na conquista do oeste | 79 |
| A construção da obra..... | 79 |
| A etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque..... | 83 |
| Um lugar para a etnografia..... | 111 |
| Sérgio Buarque de Holanda, etnógrafo?..... | 123 |
| Considerações Finais: Um outro olhar..... | 125 |
| Referências..... | 131 |
| Fontes Inéditas..... | 131 |
| Bibliografia Citada..... | 134 |
| Anexos..... | 145 |
| Cronologia de Sérgio Buarque de Holanda..... | 147 |

Agradecimentos

Agradeço aos professores do Programa de Mestrado em Antropologia Social da Unicamp por terem aceito meu ingresso, se interessado por meu trabalho, e proporcionado as condições intelectuais para o desenvolvimento do mesmo.

À CAPES, pela bolsa concedida, que tornou possível minha dedicação à pesquisa.

Ao meu orientador, John Manuel Monteiro, devo o estímulo original deste trabalho. Agradeço, portanto, por ter levado a sério meus interesses e pelas discussões realizadas. Sua confiança foi fundamental em todos os momentos do trabalho.

Durante os anos do mestrado pude contar com o apoio e a atenção de Heloisa Pontes, Mariza Corrêa, Omar Ribeiro Thomaz, Emilia Pietrafesa de Godói e Robin Wright. Tive também a oportunidade de discutir minha pesquisa com Fernando Novais, Francisco Foot Hardman e Lilia M. Schwarcz. A eles, agradeço pela atenção e seriedade com que me atenderam, e pelas sugestões dadas, que em muito enriqueceram este trabalho.

A Mariza Corrêa e Heloisa Pontes, arguidoras em meu exame de qualificação, agradeço pelas sugestões preciosas e pela leitura cuidadosa e interessada que fizeram de meu texto. A Mariza Corrêa agradeço também pelo apoio que tem me dado desde meu ingresso no mestrado, indicando leituras e discutindo comigo pontos importantes do trabalho. Heloisa Pontes tem sido uma interlocutora fundamental desde a graduação: registro aqui, então, não apenas meus agradecimentos, mas sobretudo minha sincera admiração por ela.

Nos dois arquivos em que pesquisei, tive a sorte de contar com pessoas que me indicaram “o caminho das pedras”. Agradeço então ao corpo técnico do Siarq-Unicamp, especialmente a Márcia A. M. Silveira e Paulo César dos Santos, e ao do Museu Paulista-USP, especialmente às professoras Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho.

Aos meus colegas da turma de mestrado, agradeço pela leitura de meu projeto e pelas sugestões dadas. Aos amigos do IFCH, Christiana Freitas, Marília Giesbrecht, Juliana Villa Mello, Luiz Gustavo Rossi, Claudia Leal, Gustavo Tuna, Roberto Baptista Jr, Daniela Manica e Nashieli Rangel, agradeço por terem compartilhado com interesse todos os passos deste percurso, pelo conforto intelectual e emocional que me ofereceram, e pela amizade incondicional. Sem eles, esta dissertação jamais teria se concretizado.

A Fernanda, Renata e Camila Romaguera, Lina Schlachter, Prisca Odermatt, Aline Macedo, Marina Merlin e Ana Naamat, agradeço pelo apoio e interesse em minha pesquisa, e pela paciência com que souberam respeitar minha ausência e distanciamento nos meses finais do trabalho.

A meu pai, Edson, agradeço pelo exemplo de dedicação à pesquisa, e por ter me inspirado com sua curiosidade pelas questões intelectuais. A minha mãe, Fátima, por ter me ensinado, antes mesmo de eu pensar em me tornar uma antropóloga, que é sempre possível encarar as coisas sob um outro ponto de vista. A minha irmã, Laura, pela doce solidariedade nas horas mais difíceis, e pelo companheirismo de sempre. Aos três, por terem compartilhado comigo as angústias e as alegrias deste trabalho.

Introdução

Sobre a fortuna crítica de Sérgio Buarque de Holanda

No presente trabalho pretendo investigar o uso da etnografia e o diálogo de Sérgio Buarque de Holanda com a etnologia presentes nas obras que tratam da colonização do interior da América portuguesa, a saber: *Monções*, de 1945;¹ e *Caminhos e Fronteiras*, de 1957.²

Os livros e textos produzidos por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) têm sido objeto de estudo e crítica desde o lançamento do primeiro livro deste autor, a saber, *Raízes do Brasil*, em 1936. Notadamente a partir de 1982, ano de sua morte, vários autores têm se dedicado a estudar sua obra, seja pelo viés da história, seja pelo da sociologia ou da crítica literária. Assim, um trabalho que se propõe a analisar aspectos da obra de Sérgio Buarque exige uma justificativa que o preceda. Nas páginas que seguirão farei, portanto, um mapeamento dos principais trabalhos sobre este intelectual, de modo a situar e explicar a escolha do tema a ser investigado.

Com efeito, os livros lançados por Sérgio Buarque tiveram forte repercussão durante sua vida, e ele teve a oportunidade de reformular algumas de suas idéias à luz das críticas e elogios recebidos. Neste sentido, não foram poucas as vezes que foi obrigado a discorrer sobre o “homem cordial”, mesmo tendo afirmado sobre tal expressão, já em 1948, “às vezes receio sinceramente que já se tenha gasto muita cera com este pobre defunto” (Holanda *apud* P. Monteiro 1999:265).

¹ A primeira edição de *Monções* é de 1945. Em 1976, o autor lançou a segunda edição do livro, sem modificar o texto original. Em 1990 foi lançada a terceira edição da obra, contendo em anexo três de seus capítulos reescritos. No presente trabalho iremos nos referir à 3ª. Edição (Holanda 1990).

² Uma explicação mais detalhada sobre o tema e os propósitos dessa pesquisa pode ser encontrada no final da presente introdução.

Ainda que a contragosto do autor, muita cera – ou muita tinta – foi de fato gasta em resenhas e artigos sobre sua obra, inclusive versando sobre o “homem cordial”.³ Do mesmo modo, não foram poucas as entrevistas que concedeu, em vários momentos de sua vida, sobre os mais variados assuntos. No acervo pessoal do historiador, por exemplo, pode-se encontrar mais de 300 recortes de jornal contendo artigos sobre o autor e sua obra ou resenhas das mesmas, e 30 entrevistas por ele concedidas a periódicos nacionais e estrangeiros.⁴ Chegou-se inclusive a publicar uma edição especial do suplemento dominical do jornal *Diário Carioca* – para o qual escrevia críticas de rodapé semanais – quando de seu cinquentenário (isto é, em 1952). Este suplemento trazia artigos de colegas e amigos pessoais de Sérgio Buarque comentando o convívio com ele e elogiando sua erudição e seus trabalhos.

Não se pode negar, portanto, que o reconhecimento do valor de sua obra existe há longa data, tendo dado origem a diversos trabalhos sobre o tema. Os autores destes trabalhos procuraram por vezes entender os estudos de Sérgio Buarque à luz do contexto maior em que foram produzidos, indicando tendências e idéias em diálogo com as de outros intelectuais contemporâneos a seu autor. Outros se preocuparam em explicar tal obra a partir das influências e fontes das quais Sérgio Buarque se nutriu para escrevê-las. Há, ainda, quem tenha empreendido um balanço crítico do conjunto de seus trabalhos, revelando seu método, suas preocupações características e seu legado.⁵

Um dos artigos mais conhecidos e citados sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda foi escrito por Maria Odila Leite da Silva Dias, que fora sua orientanda. Trata-se

³ Para uma listagem das resenhas publicadas sobre os livros de Sérgio Buarque desde os anos 1930, conferir Horch 1988.

⁴ Este acervo se encontra catalogado e organizado no Arquivo Central da Unicamp- Siarq.

⁵ Sobre o legado de Sérgio Buarque de Holanda, conferir W. Galvão 2000.

de uma introdução à coletânea que ela organizou para a coleção Grandes Cientistas Sociais, da editora Ática, sob coordenação de Florestan Fernandes. No texto em questão, intitulado “Sergio Buarque de Holanda, historiador” (Dias 1985), a autora traça uma breve biografia do historiador, situando cada livro publicado no contexto de sua produção. Além disso, discorre sobre cada uma dessas obras enfocando qual seu objeto de análise, suas fontes, bem como o método empregado para se chegar às conclusões. Embora abarque todo este conjunto de livros, o texto de Maria Odila Dias dá conta de analisar a complexidade de cada um deles, e leva o leitor a uma conclusão importante sobre a maneira como este autor interpreta a história. Segundo Dias, pode-se observar em toda sua obra um destaque, ou uma preocupação com a questão da mudança histórica, considerada inerente à vida social: “O fato é que há um fulcro inspirador comum a todos os seus trabalhos, que é a reconstituição das tensões entre as tradições e a mudança histórica, sucessivamente retomadas em suas obras sob ângulos de abordagem diferente” (Dias 1985:11).

Uma das inspirações para este estudo da mudança histórica nas sociedades veio, segundo Dias, do fascínio de Sérgio Buarque pelo método do historicismo alemão:⁶

“[o historicismo alemão] propiciava uma visão renovadora do passado, sem peias e sem amarras. [Sérgio Buarque] entusiasmou-se pela temporalidade, o processo de vir-a-ser dos fenômenos sociais e pelo relativismo cultural. Não se tratava para ele, pensador independente, de adotar uma escola, mas um certo tipo de mentalidade que lhe possibilitasse construir o próprio caminho de historiador” (Dias 1985:10).

⁶ É importante ressaltar a diferença entre os termos “historismo” e “historicismo”, a qual foi indicada pelo próprio Sérgio Buarque de Holanda em texto sobre o historiador alemão Leopold von Ranke (Holanda 1979b). O primeiro termo se refere a um tipo de interpretação da história humana que, sendo contra a idéia da estabilidade obrigatória da natureza humana e de um progresso histórico linear, defendia o estudo dos acontecimentos e épocas como efetivamente aconteceram, ou como na fórmula alemã “wie es eigentlich gewesen” (Holanda 1979b:14). Esta corrente da história propunha que os fatos têm sua explicação e justificativa em si mesmos, e não constituem transição ou desenvolvimento necessários para uma suposta fase posterior. O segundo termo, ao contrário, envolve pensadores como Hegel, Marx e Comte que propõem previsões históricas e uma interpretação teleológica dos acontecimentos humanos.

A interpretação de Maria Odila Dias sobre o conjunto da obra daquele que fôra seu professor têm servido de referência para muitos estudos posteriores sobre este assunto. Para o presente trabalho, vale ressaltar, o enfoque dado à questão da mudança histórica e da mudança social é de central importância, bem como a hipótese de que o interesse por esta questão tenha sido suscitado pelas leituras alemãs de Sérgio Buarque.

No final dos anos 1980 surgiram três publicações importantes sobre Sérgio Buarque de Holanda e sua obra. A primeira delas é uma edição especial do periódico *Revista do Brasil* que, em julho de 1987, publicou um número contendo textos de e sobre este historiador.

O volume, organizado por Francisco de Assis Barbosa, que fora amigo pessoal do escritor, compõe-se de uma série de depoimentos de amigos e alunos que conviveram com Sérgio Buarque de Holanda, bem como de seis artigos de seu próprio punho, e uma entrevista por ele concedida ao historiador americano Richard Graham.⁷ Vários destes textos já haviam sido publicados anteriormente – como, por exemplo, o conjunto de artigos que prestam uma homenagem a Sérgio Buarque – e apareceram na já citada edição especial do suplemento dominical do *Diário Carioca* por ocasião do cinquentenário do autor.

Outros textos, como o de Rui Ribeiro Couto, não tratam especificamente de Sérgio Buarque, mas de alguma idéia a ele ligada – neste caso, o texto de Couto é sobre o “homem cordial”, expressão idealizada, aliás, por ele e não pelo historiador. Há alguns artigos que tratam da obra de Sérgio Buarque – são, em sua maioria, resenhas de livros, notadamente de *Raízes do Brasil*. A revista reproduz ainda alguns artigos publicados no ano de 1926 que tratavam da polêmica levantada por Sérgio Buarque ao publicar, naquele mesmo ano e na

⁷ Esta entrevista foi originalmente publicada na revista *Hispanic American Historical Review* (conferir Graham 1982).

própria *Revista do Brasil*, texto em que criticava a postura academizante de alguns modernistas.⁸

De fato, a maioria dos artigos publicados nesta revista tem um caráter antes de celebração que de análise ou crítica. Assim, se atentarmos aos autores destes artigos poderemos identificar o círculo de amizades e o campo intelectual em que Sérgio Buarque circulou: além de Francisco de Assis Barbosa (1914-1991), escreveram também Prudente de Moraes Neto (1905-1927), Mário de Andrade (1893-1945), Rui Ribeiro Couto (1898-1963), Oswald de Andrade (1890-1954), Rodrigo Mello de Franco Andrade (1898-1969), Octavio Tarquínio de Sousa (1889-1959), Manuel Bandeira (1886-1968), Sérgio Milliet (1898-1966), Antonio Candido de Mello e Souza (1918-) e Gilberto Freyre (1900-1987). Tais artigos têm um tom bastante pessoal e revelam episódios curiosos da convivência entre os autores e Sérgio Buarque. Vale notar que, com exceção dos dois últimos intelectuais citados, todos os outros estiveram envolvidos no movimento modernista e atuaram ao lado de Sérgio Buarque na publicação das revistas *Klaxon* e *Estética* nos anos 1920. Alguns conviveram intensamente com o autor e firmaram com ele amizades duradouras, como Francisco de Assis Barbosa, Octávio Tarquínio de Souza e Antonio Candido.

Os textos de autoria de Sérgio Buarque reproduzidos na revista foram escritos em épocas diferentes e com propósitos distintos. Encontram-se, entre outros, o texto “Thomas Mann e o Brasil”, em que o autor narra a entrevista que fez com este escritor em Berlim em 1929; o pouco conhecido conto de ficção “A Viagem a Nápoles”, publicado em 1932;⁹ o ensaio de 1935 que daria origem no ano seguinte ao livro *Raízes do Brasil*, “Corpo e Alma

⁸ O texto de Sérgio Buarque em questão intitula-se “O lado oposto e outros lados” (conferir Holanda 1996a: 224-228).

⁹ Para uma análise literária deste texto conferir Hardman 1998.

do Brasil: ensaio de psicologia social”]; e um texto propondo e explicando a necessidade de criação do Instituto de Estudos Brasileiros na USP, de 1962.

Outra publicação importante que surgiu na década de 1980 é o livro *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Também organizado por Francisco de Assis Barbosa (1989), este volume reúne em três partes diversos artigos publicados por Sérgio Buarque quando trabalhava como crítico de rodapé para jornais dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. A primeira parte, prefaciada pelo próprio Assis Barbosa, reúne artigos publicados até 1929, sobre crítica literária; a segunda parte, prefaciada por Antonio Candido, contém os textos enviados por Sérgio Buarque como correspondente internacional dos *Diários Associados* na Alemanha, e neste conjunto sobressaem temas de política internacional, comunismo e a crise econômica do período 1929-30; a terceira parte, com introdução de Manuel Bandeira, é constituída de dois textos, publicados após a volta da Alemanha, mas que ainda tratavam de suas impressões de repórter naquele país.

O objetivo parcialmente expresso no título da obra, isto é, revelar as raízes do intelectual no período anterior à publicação de seu mais conhecido livro, é alcançado nestes prefácios às três partes que compõem o volume. Francisco de Assis Barbosa dá ênfase à experiência modernista de Sérgio Buarque e seu trabalho para jornais nos anos 1920; Antonio Candido escreve sobre o período em que o autor esteve na Alemanha e as conseqüências disso para sua obra;¹⁰ e Manuel Bandeira anuncia a volta do amigo ao Brasil, em 1931, e comenta o fato de não ter se concretizado a planejada visita de Sérgio Buarque à União Soviética.¹¹

¹⁰ Este artigo já havia sido publicado em *Novos Estudos Cebrap* (conferir Candido 1982).

¹¹ Este artigo de Manuel Bandeira foi originalmente publicado no jornal carioca *O Jornal*, em 24 de janeiro de 1931.

O prefácio de Antonio Candido ressalta a importância da experiência berlinense de Sérgio Buarque e mostra, assim como Dias (1985), que os conhecimentos adquiridos naquele período e a leitura de diversos pensadores alemães foram fundamentais para o desenvolvimento da obra posterior deste historiador. Nas palavras de Candido, “a esse tempo Sérgio já estava mais que mergulhado numa experiência intelectual renovadora, nutrindo-se em profundidade da cultura alemã (...). Por isso a estadia em Berlim foi uma oportunidade para abrir ao seu conhecimento um campo novo – o ‘domínio alemão’” (Candido 1989:122-123). Antonio Candido afirma que o livro em que a influência alemã aparece com mais força é *Raízes do Brasil*, ao contrário de *Monções e Caminhos e Fronteiras*.

Tal afirmação pode ser relativizada. Como procurarei argumentar no decorrer deste trabalho, é exatamente naqueles dois últimos livros que o autor utiliza em larga escala os relatos de cientistas-viajantes alemães que estiveram na América do Sul até o início do século XX. Além de usar estas fontes alemãs para escrever tais obras, Sérgio Buarque se inspirou, para fazer sua pesquisa, em preocupações da etnologia alemã com temas como a linguagem, a cultura material e as diversas técnicas utilizadas na vida cotidiana. Também em consonância com o estilo germânico de escrever narrativas etnográficas e de fazer pesquisas científicas, Sérgio Buarque dá, nestas obras, grande atenção ao detalhe etnográfico.

Esta é uma hipótese importante deste trabalho. Em artigo sobre a ornitóloga alemã Emilia Snethlage, Mariza Corrêa aponta que esta naturalista exemplifica o padrão de trabalho que os estudiosos das ciências naturais empreenderam no Brasil. Sugere, em seguida, que “a paixão pelo detalhe etnográfico, tão marcante na antropologia, pode ser um outro legado deles [naturalistas]” (Corrêa 2003:105). De acordo com esta afirmação, pode-

se supor também que a atenção dada por Sérgio Buarque ao detalhe etnográfico tenha sido aprendida através de suas leituras de etnólogos alemães.

Ainda no ano de 1988 foi publicada outra coletânea de artigos sobre este historiador. Trata-se do volume *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*, organizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. Nele, encontra-se um artigo de Francisco Assis Barbosa (1988) que trata da carreira de Sérgio Buarque até meados dos anos 1930, dando especial atenção ao seu envolvimento profissional e afetivo com os modernistas. Assis Barbosa também afirma, como Dias (1985) e Candido (1989) que a temporada alemã do autor foi fundamental para o desenvolvimento de seu pensamento histórico: “É fora de dúvida que Sérgio Buarque de Holanda começou a se interessar seriamente pelos estudos históricos e de ciências sociais durante a sua hibernação alemã, descobrindo que esta era, de fato, sua principal vocação, sem contudo deixar de ser um escritor” (Barbosa 1988: 44).

Além disso, este livro também contém uma importante listagem da bibliografia produzida por e sobre Sérgio Buarque, elaborada por Rosemarie Horch (1988); um artigo de Maria Odila Dias sobre o método histórico de seu ex-orientador (Dias 1988); e três artigos que versam sobre a produção desse autor acerca da população do estado de São Paulo nos séculos XVII, XVIII e XIX (Blaj 1988; Pinto 1988; e Mesgravis 1988).

Após o falecimento de Sérgio Buarque de Holanda, vários encontros e seminários foram dedicados à discussão de sua obra. Um deles foi o colóquio realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1992, do qual resultou uma publicação com as exposições então apresentadas. Dentre elas, vale dar destaque àquela apresentada por Antonio Arnoni Prado, que discute o trabalho de Sérgio Buarque a partir do viés da crítica literária.

Em seu artigo, Prado analisa os textos de crítica de rodapé publicados por Sérgio Buarque em diversos jornais nos anos 1920, 1940 e 1950, e traça dois momentos desta atividade: o primeiro, composto dos textos escritos até 1926 – até, portanto, o controverso “O lado oposto e os outros lados” – durante o qual o autor era um “comentador” da *Semana de 22*; e o segundo momento, abarcando o conjunto de textos publicados entre 1940-1949, no *Diário de Notícias*, e os de 1950-1953, no *Diário Carioca*, quando a crítica feita por Sérgio Buarque se renovou e mostrou um novo repertório e uma variação na análise da produção literária do país (Prado 1992:131).

A novidade do artigo de Prado é este Sérgio Buarque de Holanda crítico literário. Apesar de alguns já serem conhecidos, até então os textos de crítica literária eram objeto de menor atenção frente à produção historiográfica do autor. Os textos analisados foram encontrados no acervo pessoal de Sérgio Buarque de Holanda, e mais tarde organizados e publicados por Prado na forma de dois volumes intitulados *O Espírito e a Letra* (Holanda 1996a).¹² A produção de crítica literária deste intelectual também mereceu a atenção de Antonio Candido (ver Candido 1992), que organizou e publicou uma série de originais do autor versando sobre a literatura colonial brasileira (conferir Holanda 1991).

Vale ressaltar aqui que estas publicações póstumas trouxeram a público uma série de textos de crítica literária de Sérgio Buarque de acesso restrito até então. Desta maneira, não só a atividade crítica do historiador ganhou destaque, como também sua obra passou a ser analisada a partir do viés dos estudos literários. Desde então foram desenvolvidos diversos trabalhos analisando mais a fundo tal obra – especialmente *Raízes do Brasil* – e o que ela representava dentro do movimento modernista.

¹² Para uma introdução à experiência modernista de Sérgio Buarque, conferir neste livro a introdução do organizador: Prado 1996.

O próprio organizador de *O Espírito e a Letra* se preocupou com esta questão, e nesse sentido vale a pena citar seu artigo “*Raízes do Brasil e o modernismo*” publicado na coletânea *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil* (Candido 1998).¹³ Neste artigo, Prado analisa o livro de estreia de Sérgio Buarque como um trabalho “sobre a função do passado enquanto referência para compreender a cultura brasileira” (Prado 1998:71), afirmando que alguns de seus artigos de crítica literária da década de 1920 constituíram um primeiro esboço para tal trabalho. A tentativa do escritor desde os textos de 1920 até *Raízes do Brasil*, segundo Prado, era a de propor uma explicação histórica para a alegada “incapacidade de criar espontaneamente” que haveria no Brasil – sendo este, como se sabe, um problema caro aos modernistas.

A presença de questões do modernismo no livro *Raízes do Brasil* foi também explorada por Conrado Pires de Castro (Castro 2003). No mesmo sentido de Prado, Castro aponta que não apenas a *origem* das preocupações presentes em *Raízes* vieram em parte do modernismo, como também sua *matéria*, isto é, este livro comportaria uma visão crítica da experiência de Sérgio Buarque dentro deste movimento. O foco destes dois autores é portanto a relação deste modernista com outros integrantes do movimento, como Mário de Andrade, Graça Aranha e Ronald de Carvalho, e a tentativa de rompimento com os dois últimos no já citado artigo da *Revista do Brasil* de 1926.

Nota-se que alguns dos trabalhos citados acima são bastante recentes. De fato, nos últimos dez anos tem crescido o interesse nas releituras da obra de Sérgio Buarque de Holanda, como aponta Maria Odila Dias num pequeno texto de divulgação sobre este historiador (Dias 2002). Entretanto, como podemos perceber, até meados da década de

¹³ Esta coletânea também é fruto de um seminário sobre o historiador, organizado por Antonio Candido em 1998, e cujo título era o mesmo do livro.

1990 a maioria das análises feitas sobre tal obra foram publicadas em forma de artigos, ora em revistas, ora em coletâneas sobre o autor. Só a partir do final dessa década começaram a surgir monografias inteiras dedicadas ao estudo de algum aspecto dos trabalhos de Sérgio Buarque.

O livro de Pedro Meira Monteiro, *A Queda do Aventureiro* (P. Monteiro 1999), é um bom exemplo dessa nova leva de estudos buarquianos do final da década de 1990. Nele, Monteiro investiga o uso sociológico dos conceitos weberianos *cordialidade* e *aventura* em *Raízes do Brasil*. O autor tece ainda algumas considerações sobre a atualidade e inatualidade desta obra, situando-a no contexto da discussão sobre o Estado e o trabalho livre na década de 1930.

O primeiro livro publicado por Sérgio Buarque é também objeto de análise de Robert Wegner em *A Conquista do Oeste. A Fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda* (Wegner 2000). Neste livro, a atenção está voltada para a análise do desenvolvimento da obra deste autor. Isto é, partindo de uma análise comparativa entre a primeira e a segunda edições de *Raízes do Brasil*, Wegner analisa a influência do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner no pensamento do historiador brasileiro. Assim, mostra a ligação entre a obra de estréia de Sérgio Buarque e os posteriores *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*, revelando como a noção de *fronteira* é central nos argumentos destes livros.

Pode-se afirmar, então, a partir do que foi exposto até agora, que boa parte das análises da obra de Sérgio Buarque de Holanda têm como foco central o livro *Raízes do Brasil*, seja do ponto de vista da história, seja do da crítica literária. Evidentemente as obras posteriores também foram contempladas em alguns estudos. Pode-se citar, por exemplo, a resenha publicada por ocasião do relançamento dos livros *Monções* e *Caminhos e*

Fronteiras por Laura de Mello e Souza, em que a autora chama a atenção do leitor para o fato de que “a antropologia parece ter sido (...) uma via necessária para refletir sobre processos históricos, notadamente no viés da análise cultural” (L. Souza 1995:10). No mesmo sentido, Ilana Blaj ressaltou a importância da análise da cultura material como ponto de partida para o estudo da interação entre índios e colonizadores nos dois livros citados de Sérgio Buarque (Blaj 1998).

Entretanto, o que é notável neste conjunto de trabalhos é a ausência de uma investigação mais profunda e cuidadosa a respeito do aspecto etnográfico da obra de Sérgio Buarque, presente nos livros *Caminhos e Fronteiras* e *Monções*. Estas obras são o objeto do presente estudo, que as analisará do ponto de vista de sua discussão com a etnologia alemã e com a antropologia feita no Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Vejamos isso mais de perto.

Estes livros versam sobre o processo de colonização do interior da América Portuguesa nos séculos XVII e XVIII. Através do estudo das bandeiras, das monções, e dos movimentos da população no interior da América Portuguesa, Sérgio Buarque analisa as relações estabelecidas entre os colonizadores europeus e os indígenas, mostrando como tais relações foram imprescindíveis para o êxito da ocupação européia do novo mundo. Como fonte para estes trabalhos, o autor utiliza, além de documentos de época e textos de cronistas, também o relato de alguns etnólogos alemães que percorreram a América do Sul em viagens no século XIX e XX. Tais relatos são usados ora como fonte de informações, ora como interlocutores sobre questões como aculturação entre indígenas e brancos.

O uso que Sérgio Buarque fez destes etnólogos alemães é questão que será tratada mais adiante neste trabalho. Por ora vale ressaltar não só o fato de que o autor leu e utilizou bibliografia sobre etnologia para desenvolver seus trabalhos, como também a atenção

especial dada aos detalhes etnográficos nas descrições feitas por ele. O trecho seguinte é um bom exemplo destes dois aspectos:

“Assim também, se parece travado e, mesmo após gerações sucessivas de contato com europeus, não chega a falar corretamente língua de branco (...), [o indígena] mostra entretanto admirável desembaraço e exatidão quando imita vozes de bichos, o que lhe dá seguro proveito nas caçadas. Nisso- *a observação é de Martius*- parece dominar melhor os órgãos vocais do que no falar, pois modula a voz como a do animal e a maior ou menor distância em que se encontre. Nas suas excursões costuma identificar as plantas trincando uma folha; pelo gosto sabe dizer a que espécie pertence e determina-lhe o préstimo e a serventia. Refere uma *testemunha fidedigna* que, percorrendo certas regiões do Brasil Central, conheceu índios capazes de distinguir perfeitamente, a sete quilômetros de distância, o barulho de lenhadores derrubando madeira” (Holanda 2001: 22- grifos meus).

A “testemunha fidedigna” citada é Karl von den Steinen, em seu relato de viagem *Durch Zentral-Brasilien*, de 1886. Neste mesmo trecho, Sérgio Buarque cita também o livro de Karl von Martius, *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*, de 1867. Abundante no primeiro capítulo de *Caminhos e Fronteiras*, este tipo de referência à etnologia alemã pode ser encontrado no livro todo, em que Sérgio Buarque se reporta constantemente aos trabalhos de alguns etnólogos alemães que estiveram na América do Sul durante o século XIX e início do XX, a saber, Karl von Martius, Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich, Max Schmidt, Theodor Koch-Grünberg e Fritz Krause. Além das referências a tais etnólogos, as obras sobre a expansão colonizadora têm como uma de suas principais características este tipo de descrição detalhada e atenção aos aspectos miúdos do real nas situações analisadas.

O que se lerá a seguir, portanto, é uma tentativa de investigar esta relação da obra de Sérgio Buarque de Holanda com a etnologia alemã. Para isso, em primeiro lugar, procurarei revelar o contexto em que ele estava inserido quando produziu suas obras e de que modo tal contexto propiciou seu diálogo com a antropologia brasileira da época e com a etnologia alemã. Neste sentido, serão de grande importância os seguintes momentos da trajetória intelectual de Sérgio Buarque, alguns dos quais pouco estudados até agora: as consequências de sua temporada na Alemanha; seu envolvimento com o modernismo; sua atuação como diretor do Museu Paulista; e seu período na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, como professor e aluno. Em seguida, investigaremos como os estudos deste intelectual dialogam com os etnólogos alemães por ele citados, tanto do ponto de vista conceitual, quanto da organização das fontes.

A partir de algumas idéias expressas por vários dos autores acima mencionados, e de pesquisa inédita, pretendo traçar esta nova visão sobre parte importante da obra de Sérgio Buarque de Holanda.

Parte I

De São Paulo ao Rio, do Rio a São Paulo via Berlim : a trajetória de

Sérgio Buarque de Holanda

“Toda história é história contemporânea. Ou seja, nós sempre privilegiamos um aspecto em função de nossa realidade. Nós contamos a história a partir da vivência cotidiana dos nossos problemas, de nossa realidade. Os historiadores sempre foram e sempre serão presa fácil de seu tempo” Sérgio B. de Holanda¹⁴

O objetivo desta pesquisa, como já afirmado, é analisar o uso que Sérgio Buarque de Holanda fez dos livros de etnólogos alemães para a elaboração de alguns de seus estudos, revelando assim o diálogo deste intelectual com a etnologia alemã. Entretanto, este objetivo só será bem alcançado, isto é, só se chegará a um claro entendimento desta escolha teórica de Sérgio Buarque se, primeiramente, houver uma compreensão do contexto em que ele produziu tais trabalhos. Isto aponta, então, para a necessidade de uma investigação cuidadosa sobre a trajetória do autor, que revele o campo intelectual em que ele estava inserido, os autores com quem dialogava – através da teoria ou de suas relações pessoais –, as idéias a que esteve exposto e os projetos que ajudou a realizar. Desta forma, procurarei mostrar que autores, idéias e instituições mais influenciaram Sérgio Buarque na escolha dos temas, da metodologia e das fontes utilizadas em seus textos sobre a colonização da América Portuguesa.

Sérgio Buarque e o modernismo

O primeiro momento da carreira de Sérgio Buarque que nos interessa é seu envolvimento com o movimento modernista nos anos 1920. Tendo nascido e vivido na

¹⁴ Trecho de entrevista concedida por Sérgio Buarque à revista *Veja*, em 28 de janeiro de 1976.

cidade de São Paulo até seus 19 anos, o escritor se mudou com sua família para o Rio de Janeiro em 1921, e lá começou seu estudo de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais daquela cidade. O futuro advogado, contudo, já havia manifestado seu interesse pela literatura nacional em um artigo publicado em 1920 no jornal *Correio Paulistano*.

O artigo, intitulado “Originalidade Literária” (Holanda 1996a, vol.1: 35-41), já adianta duas questões caras aos modernistas. O jovem Sérgio começa seu manifesto, se assim o podemos chamar, indicando a ausência de originalidade da literatura nacional. Remonta aos relatos épicos dos primeiros cronistas e viajantes castelhanos para apontar que seus vizinhos portugueses, diferentemente, por terem encontrado “tribos selvagens e erradias que aqui habitavam” e não terem “uma impressão sutil da natureza do novo mundo”, deixaram de produzir obras semelhantes. Continua seu argumento afirmando que com o surgimento do romantismo indianista de Gonçalves Dias e José de Alencar, na segunda metade do século XIX, a literatura brasileira começou a se preocupar com temas originalmente nacionais. Termina seu artigo anunciando que “o Brasil há de ter uma literatura nacional, há de atingir, mais cedo ou mais tarde, a originalidade literária. A inspiração em assuntos nacionais, o respeito das nossas tradições e a submissão às vozes profundas da raça acelerarão esse resultado final” (Holanda 1996a, vol.1:41).

Observa-se, primeiramente, uma preocupação alarmada com o problema da originalidade da criação literária nacional. O movimento modernista expandiu esta questão para a arte como um todo, e ela permaneceu sendo o cerne deste movimento. A necessidade de romper com as tradições vigentes, apelo de Sérgio Buarque em seu primeiro artigo, constituiu também matéria central de seu livro de estréia.

Ao lado disso, percebe-se no texto citado que o caminho necessário para este rompimento com o passado é o investimento no elemento nacional. O indianismo

romântico dos autores de *I-Juca-Pirama* e *O Guarani* não deve ser imitado, afirma Sérgio Buarque, mas deve servir de exemplo de “inspiração em assuntos nacionais” (Holanda 1996a, vol.1:41). Esta solução – recorrer ao que é nacional como forma de quebrar com a tradição – também é a solução proposta em *Raízes do Brasil*. De fato, a questão do indígena – sua presença em terras americanas quando da colonização européia, seu legado para a sociedade nacional – é um tema recorrente nos livros do autor. Tratarei disso mais adiante.

O que importa ressaltar no momento é que já em seu artigo de estréia Sérgio Buarque manifestou e deixou claras algumas das preocupações que marcariam mais tarde seus trabalhos acadêmicos e o próprio movimento modernista como um todo. Em entrevista concedida quando era participante ativo do movimento, aos 23 anos, o então crítico de rodapé afirmou sobre o modernismo que a tendência para um “rompimento com a continuidade de nossa tradição é exatamente porque [o movimento] julga que essa tradição quase nunca refletiu o sentido da nacionalidade”.¹⁵ Prudente de Moraes Neto, que também foi entrevistado naquela ocasião, e que então contava 20 anos de idade, completou insistindo em que a tal tradição não passaria de um prolongamento das tradições alheias: “Precisamos, portanto, achar por nós mesmos o nosso caminho”.

Não foi ao acaso que exatamente estes dois jovens foram então escolhidos para uma entrevista sobre o modernismo. À época, isto é, no ano de 1925, os dois eram os fundadores e editores da revista *Estética*, que surgiu para substituir o extinto periódico modernista *Klaxon*.

Além de Sérgio Buarque de Holanda, outros escritores colaboravam como críticos de rodapé para jornais como o *Correio Paulistano* no início da década de 1920. Sentindo a

¹⁵ Entrevista concedida por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto ao jornal *Correio da Manhã*, em 19 de junho de 1925.

necessidade de um periódico em que pudessem manifestar livremente suas idéias e tornar públicas suas produções literárias, um grupo destes escritores fundou em 1922 o mensário *Klaxon* (Brito 1972). O grupo que se nomeava de redação era composto por Antônio Carlos Couto de Barros, Tácito de Almeida (1899-1940), Guilherme de Almeida (1890-1969), Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Oswald de Andrade, Rubens Borba de Moraes (1899-1986) e Luis Aranha. Eles se reuniam no escritório de advocacia de Tácito de Almeida e Couto de Barros, na rua Direita, em São Paulo, e planejavam as edições desta revista que, durando de maio de 1922 a janeiro de 1923, teve oito números publicados.

Nos artigos publicados em *Klaxon* seus redatores e alguns colaboradores, como Sérgio Buarque de Holanda e Graça Aranha (1868-1931), expressavam a nova atitude crítica que chamaram de modernismo. Rubens Borba de Moraes deu uma clara definição de como se pensavam estes modernistas em seu livro *Domingo dos Séculos*, afirmando que o que faziam era manifestar o direito de exprimir o seu próprio tempo de sua maneira, mas sem condenar os clássicos. Assim, ele afirmou: “Os artistas modernos são homens convencidos de que é preciso criar novas fórmulas, pois as que existem não traduzem mais a vida contemporânea. Bandeirantes do pensamento” (Moraes 2001a: 26). Entretanto, já afirmava com certo humor que o modernismo não seria eterno, que passaria assim como os românticos e os parnasianos também passaram: “Ninguém é dono do tempo. O leitor que tem cabelos brancos sabe disso melhor do que eu, que não os tenho graças ao tempo” (Moraes 2001a: 24). O mesmo escreveu no artigo “Balanço de Fim de Século” para *Klaxon* (Moraes 1922).

As contribuições para a revista compunham-se de contos, poesias, resenhas de livros, críticas de arte e propagandas de livros a serem lançados pelos colaboradores da

mesma. Quase todos os textos foram escritos em português, mas Sérgio Milliet (que então assinava “Serge Milliet”) e Manuel Bandeira publicavam suas poesias escritas em francês.

Além de ter sido o primeiro periódico modernista, empenhado em fazer conhecidas as idéias deste movimento, a revista foi pioneira no plano das artes gráficas e visuais, imprimindo em sua capa um desenho composto por uma grande letra “A” substituindo todos os “As” da frase “mensário de arte moderna”, escrita em letras pequenas. *Klaxon* divulgava desenhos em preto e branco de diversos artistas brasileiros, como Di Cavalcanti (1897-1976), Yan de Almeida Prado (1898-1987), Victor Brecheret (1894-1955), Anita Malfatti (1889-1964) e Tarsila do Amaral (1886-1973). Trazia também uma inovação na área da publicidade, com propagandas feitas por Guilherme de Almeida que destoavam do padrão vigente. Um interessante exemplo é a propaganda dos chocolates Lacta veiculada no primeiro número da revista, em que a palavra “coma” aparece escrita diversas vezes em vermelho em toda volta da página, e a palavra “Lacta” repetida diversas vezes no centro. As propagandas apareciam na contracapa do periódico.

O nome de Sérgio Buarque de Holanda não aparece com muita frequência nos índices da revista. Contudo, o escritor teve papel importante na divulgação da mesma. Em carta para este autor datada de 29 de abril de 1922, Mário de Andrade escreveu: “Sei que *Klaxon* sairá no dia 15 sem falta. É preciso que não te esqueças de que fazes parte dela. Trabalha pela nossa idéia, que é uma causa universal e bela, muito alta”.¹⁶ Este “trabalho pela causa” não se constituiu exatamente de muitas colaborações para a revista, ainda que Mário de Andrade as solicitasse em suas cartas. O futuro historiador colaborou com apenas um texto, intitulado “Antinous”, na edição de número 4 da revista (Holanda 1922).

¹⁶ Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda, de 29 de abril de 1922. Siarq: Cp 20.

Entretanto, era o representante de *Klaxon* no Rio de Janeiro, sendo responsável pelas assinaturas da revista naquela cidade.

Uma vez extinta a revista em 1923, os modernistas não tardaram em criar nova publicação. Por iniciativa de Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto, *Estética* foi lançada, em 1924, para substituir *Klaxon*. Com sede no Rio de Janeiro, a revista se propunha a “apresentar o modernismo antes em seus trabalhos de reconstrução que de demolição, deixando implícitas ou em segundo plano as contestações dos valores superados; e exercer a crítica do movimento de que participava, partindo do pressuposto de que só o próprio modernismo tinha condições para discutir e criticar suas proposições e suas obras” (Dantas 1974: xii).

O modelo para a revista foi sugerido por Sérgio Buarque, revelando seu conhecimento das produções mais atuais da literatura estrangeira: a revista inglesa dirigida por T.S. Eliot, *The Criterion*. Os dois editores da revista pediram colaboração de Mário de Andrade, Couto de Barros e Guilherme de Almeida, que aceitaram tal proposta. O último se prontificou a conseguir mais colaboradores em São Paulo, e por fim *Estética* acabou tendo um quadro de autores muito parecido com o de *Klaxon*. Porém, ao contrário desta, a revista editada no Rio de Janeiro teve duração de apenas três números, no período de um ano.

Diferentemente do primeiro periódico modernista, entretanto, em *Estética* foram publicados textos de crítica do próprio movimento, o que chegou a causar discórdia entre seus membros. Como afirmou Prudente de Moraes Neto, em entrevista dada em 1962, “quando *Estética* se permitiu criticar a obra e as idéias de Graça Aranha, o grupo ‘gracista’ brigou” (Morais Neto *apud* Silva 1974:xxi).

As divergências entre os modernistas se acentuaram então, e o rompimento com Graça Aranha viria a se concretizar com a publicação de “O lado oposto e os outros lados”,

em 1926. Neste artigo, Sérgio Buarque de Holanda criticou abertamente Graça Aranha, Tristão de Athayde (1893-1983), Ronald de Carvalho (1893-1935) e Guilherme de Almeida, citando seus nomes e afirmando que estes faziam uma literatura “bibelô”, queriam a arte sujeita a regras e ideais prefixados, eram modernistas “academistas”. Até mesmo Mário de Andrade foi criticado por sua “atitude intelectualista”, ainda que com muitas ressalvas. Para o ex-editor de *Estética*, “o que [eles] idealizam, em suma, é a criação de uma elite de homens, inteligentes e sábios, embora sem grande contato com a terra e com o povo” (Holanda 1996a:226). Ao contrário destes, o escritor aponta o grupo de Prudente de Morais Neto, Couto de Barros, Oswald de Andrade e Alcântara Machado como o ponto de resistência necessário para a criação de uma arte de expressão nacional.

Este artigo teve forte repercussão dentro do movimento modernista. De acordo com Francisco de Assis Barbosa “O lado oposto e os outros lados” “suscitara uma onda de intolerância que deixaria [Sérgio Buarque de Holanda] perplexo e desiludido” (Barbosa 1988: 42). O escritor, então, decidiu isolar-se do Rio de Janeiro e do contato com este movimento por algum tempo. Distribuiu sua biblioteca pessoal aos amigos, mudou-se para o Espírito Santo e lá exerceu a advocacia bem como o cargo de diretor do jornal *O Progresso* por dois anos. Voltou ao Rio em 1928 e logo no ano seguinte foi para a Alemanha trabalhar como correspondente internacional dos *Diários Associados*.

Antes de abordar a experiência alemã de Sérgio Buarque, porém, será interessante voltar a atenção para as relações entre seu envolvimento com o modernismo, as idéias expressas nos dois artigos citados, e seu livro de estréia, *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, quando o autor contava 34 anos.

Neste livro está claramente afirmada a necessidade de uma mudança radical que rompa com as tradições e a herança rural da sociedade brasileira tradicional para que se

possa construir uma sociedade democrática. Os primeiros quatro capítulos compõem uma tentativa de descrever e explicar o legado ibérico na formação do Brasil.¹⁷ Assim, através de comparações com a colonização espanhola do resto da América Latina, Sérgio Buarque mostra aquilo que, sendo específico do colonizador português, marcou as bases da formação do país, e quais os problemas daí decorrentes. Neste sentido a frase “somos ainda hoje uns desterrados em nossa própria terra” (Holanda 1998:31), presente logo no início do livro, marca a preocupação do autor com uma questão por ele já levantada em seus artigos de crítica literária durante o modernismo: a necessidade de rompimento com o antigo, com as tradições que são de outrem, para a criação da nacionalidade.

No último capítulo, intencionalmente chamado de “Nossa Revolução”, a necessidade deste rompimento é claramente indicada. Ela será efetiva, afirma o autor, quando o legado ibérico, o “iberismo”, for de fato substituído pelo “americanismo”, ou seja, pelo elemento nacional. De novo, ouvimos ecos do modernismo – a busca do nacional como solução.

Em artigo já citado, Antônio Arnoni Prado (Prado 1998) defende que o livro *Raízes do Brasil* pode ser entendido como uma metáfora das relações de Sérgio Buarque com o modernismo. No final de seu artigo, Prado mostra como a questão central para o escritor não era apenas opor-se ao grupo de “academistas” de Graça Aranha, mas a todos aqueles modernistas que, sob o pretexto de travarem discussões sobre a forma da arte, furtavam-se de uma atenção e ligação diretas com a realidade do país. Afirma o autor que, para Sérgio Buarque, “os modernistas da desordem, a exemplo dos modernistas da ordem, estão integrados, com as naturais diferenças de imaginação e talento, no quadro da subideologia

¹⁷ Tais capítulos se intitulam, nesta ordem, “Fronteiras da Europa”, “Trabalho e Aventura”, “Herança Rural” e “O Semeador e o Larilhador”.

dos que fazem tábula rasa do poder milagroso dos idéias para escapar à crueza da realidade circundante” (Prado 1998:80). Só depois de *Raízes do Brasil*, entretanto, tal opinião de seu autor ficaria clara.

Esta leitura da ligação entre *Raízes do Brasil* e o modernismo não esgota todos os aspectos da influência que este movimento teve na obra de Sérgio Buarque de Holanda. O interesse pelas questões nacionais é um aspecto que está claro. Mas é preciso atentar para *quais* elementos da nacionalidade o escritor aponta.

Neste sentido, há um aspecto importante do livro que deve ser considerado. Ao preparar a segunda edição do mesmo, em 1947, Sérgio Buarque de Holanda fez algumas alterações de conteúdo, reorganizou os capítulos, e incluiu novas passagens em alguns deles. Uma delas é de especial interesse aqui. No capítulo 4, “O Semeador e o Ladrilhador”, o autor incluiu uma nota intitulada “A língua-geral em São Paulo”, em cujo início consta a seguinte observação: “O assunto, que tem sido ultimamente objeto de algumas controvérsias, foi tratado pelo autor no *Estado de São Paulo* de 11 e 18 de maio e 13 de junho de 1945, em artigos cujo texto se reproduz, a seguir, quase na íntegra” (Holanda 1998:122).¹⁸

A matéria desta “nota” destoa um pouco do restante do livro. Seu foco principal, como o título sugere, é a língua usada pelos habitantes de São Paulo no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Relata o escritor que, neste período, os paulistas usavam a língua-geral, isto é, o tupi colonial, e não o português, para se comunicarem. Tal fato foi em grande medida determinado pela ocorrência das bandeiras em que, para poder sobreviver ao meio, os colonizadores tinham de contar com a ajuda e os conhecimentos dos indígenas.

¹⁸ O texto “A língua-geral em São Paulo” foi também publicado no livro organizado por Egon Schaden em 1976, *Leituras de Etnologia Brasileira*. Conferir Holanda 1976.

Assim, comunicavam-se com eles em língua nativa. As mulheres destes colonizadores, não se pode esquecer, desempenharam papel importante neste sentido. Sendo elas o “elemento conservador e estabilizador por excelência, o grande custódio da tradição doméstica” (Holanda 1998:124), transmitiam sua herança e sua tradição para seus filhos. Uma vez que os colonizadores se misturavam e se casavam muitas vezes com mulheres indígenas, era a sua língua que prevalecia no ambiente doméstico.

Sérgio Buarque aponta que o uso da língua-geral teve seu auge no século XVII, momento de auge também das bandeiras, e entrou em declínio a partir do século XVIII, em que as expedições bandeirantes também diminuíram e a vinda de portugueses para o estado de São Paulo aumentou.

O que resulta destas afirmações é a constatação do papel fundamental que desempenharam os índios na colonização do interior do país. Apenas com a ajuda destes, adotando seus costumes, seus hábitos, e notavelmente sua língua, é que o português foi capaz de se ajustar à nova terra. Sérgio Buarque termina este trecho do livro afirmando que “os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem. Como o grão de trigo dos Evangelhos, o qual há de primeiramente morrer para depois crescer e dar muitos frutos.” (Holanda 1998:33).

Vemos assim que um dos elementos nacionais aos quais o autor se reporta para pensar a formação histórica do país é o *indígena*. Não só em *Raízes do Brasil*, mas também nos posteriores *Monções* (de 1945, mesmo ano, portanto, dos artigos publicados no *Estado de São Paulo*), e especialmente em *Caminhos e Fronteiras* (de 1957), o tema do contato entre o colonizador e o nativo da terra é de central importância. Nestes dois livros, Sérgio Buarque continua a investigar a questão apontada em “A língua-geral em São Paulo” e

mostra como em vários aspectos da vida do colonizador foi necessário adotar as tradições e costumes indígenas para o sucesso da colonização. Como o autor afirmara em 1945,

“Mas se é verdade que, sem o índio, os portugueses não poderiam viver no planalto, com ele não poderiam sobreviver em estado puro. Em outras palavras, teriam de renunciar a muitos dos seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, o que é bem mais significativo, de sua linguagem. E foi, em realidade, o que ocorreu” (Holanda 1998:131-2).

Podemos dizer, então, que em *Raízes do Brasil* já estão antecipadas algumas das questões que seriam enfrentadas pelo autor em momentos posteriores de sua carreira, e que algumas delas tinham forte inspiração modernista.

Em artigo publicado no *Diário Carioca* em 1952, este autor escreveu, sobre o modernismo, que “a pesquisa do tradicional, do nacional, do regional, das artes e dos gostos populares, das manifestações localistas e folclóricas, foi de fato inseparável, e o foi desde o começo, do esforço de renovação” empreendido por este movimento.¹⁹ Como para o escritor, o indígena e a língua nacional constituíam também matéria de interesse dos autores modernistas com quem Sérgio Buarque conviveu.

Neste sentido, pode-se tomar como exemplo Mário de Andrade e suas auto-intituladas “viagens etnográficas” pelo Norte do Brasil, chegando também ao Peru e à Bolívia, nos anos de 1927-1929. A intenção deste modernista nestas explorações era conhecer os hábitos, os costumes, o folclore e as manifestações populares regionais,

¹⁹ Sérgio Buarque de Holanda, “Em torno da Semana”, original datilografado deste texto que foi publicado no *Diário Carioca* de 17 e 24 de fevereiro de 1952. Siarq: Pi 172.

“procurando entender uma particularidade do Brasil através da observação da vida do povo.” (Lopez 1976: 19).²⁰

Também suas investigações sobre mitos indígenas para a construção de um de seus mais conhecidos personagens, o Macunaíma, bem como o estilo específico de linguagem criada no romance de mesmo título (Andrade 1937), são exemplos do interesse modernista de que Sérgio Buarque compartilhava pela língua e pelos elementos nacionais. Vale lembrar que o próprio autor de “O lado oposto e outros lados” ressaltara, neste artigo, a importância das “estupendas tentativas para a nobilitação da fala brasileira” (Holanda 1996a:227) feitas por Mário de Andrade.

Havia mais interesses em comum que ligavam estes dois intelectuais. Para elaborar o “herói sem nenhum caráter”, Mário de Andrade utilizou os relatos do etnógrafo alemão Theodor Koch-Grünberg sobre as lendas indígenas que conheceu em sua viagem pela América do Sul entre 1911 e 1913. Trata-se do livro *Von Roraima zum Orinoco*, publicado em Berlim em 1917. Ora, tal livro foi também amplamente utilizado por Sérgio Buarque em *Caminhos e Fronteiras* para tratar dos costumes indígenas de que os portugueses se valeram durante suas jornadas sertão adentro.²¹

Com efeito, estes dois autores dialogavam não só através das idéias expressas em suas obras, mas também pessoalmente. Mesmo depois de extintas as duas primeiras revistas do modernismo, continuaram a colaborar um com o trabalho do outro. Nos primeiros anos da década de 1940 diversas cartas enviadas por Mário de Andrade atestam esta ligação.

²⁰ O livro *O Turista Aprendiz* (Andrade 1976) resultou da experiência destas viagens.

²¹ É importante ressaltar, aqui, que as lendas coletadas por Koch-Grünberg são provenientes de grupos indígenas da região norte da Amazonia, notadamente os macuxi. Mário de Andrade e Sérgio Buarque se utilizaram destas informações sem contudo qualificar exatamente a que grupo indígena se referiam, isto é, estes dois autores de certa forma minimizaram as diferenças étnicas quando trataram dos índios, construindo muitas vezes a imagem de um “índio genérico”.

No início de 1941 duas cartas se referem a uma coleção de cinco álbuns de Cândido Portinari que Mário havia comprado no Rio de Janeiro e que precisava que fossem enviadas a São Paulo. Pediu tal favor a Sérgio Buarque em 8 de março daquele ano, acrescentando que o amigo deveria lhe enviar “toda a referência bibliográfica que encontrar em suas leituras, referentes a artistas ou artífices paulistas ou trabalhando em São Paulo desde o início até o fim do século XIX”,²² para constarem nos fichários oficiais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).²³ No dia 21 do mesmo mês o autor de *Macunaíma* mandou ao colega um agradecimento pelo envio dos álbuns e pelo gentil pagamento das despesas de correio feitas pelo remetente.²⁴

Poucos anos depois mais uma série de correspondências foi trocada pelos dois intelectuais em virtude de uma pesquisa que Mário de Andrade estava conduzindo sobre tradições afro-brasileiras. Em 23 de julho de 1944 escreveu para Sérgio Buarque informando-lhe de que estava interessado na questão da mestiçagem entre brancos e negros no Brasil, e especialmente a aceitação do negro na sociedade nacional. Por isso estava pesquisando o lundu, que acreditava ser a primeira manifestação cultural africana que se nacionalizou no Brasil. Pediu então a opinião do amigo sobre este assunto.²⁵ Embora não se tenha acesso à resposta redigida pelo historiador paulista, pode-se deduzi-la da carta seguinte enviada por Mário de Andrade. Nela, seu autor agradece os comentários de Sérgio Buarque, que sugerira que o lundu havia sido trazido ao Brasil não pelos africanos e sim pelos portugueses. Apesar desta indicação, afirma o autor da carta, “não poderei investigar

²² Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda de 08 de março de 1941. Siarq: Cp 51.

²³ Esta instituição foi fundada em 1937 e seu primeiro diretor foi Rodrigo Mello Franco de Andrade.

²⁴ Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda de 21 de março de 1941. Siarq: Cp 52.

²⁵ Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda de 23 de julho de 1944. Siarq: Cp 65.

isso agora pois estou sem tempo”.²⁶ Nesta mesma carta Mário enviou uma cópia deste trabalho sobre o lundu e pediu ao amigo que fizesse uma apreciação do mesmo.

Pode-se identificar, assim, além da já discutida confluência de interesses e inspirações entre o escritor e seus colegas modernistas, mais uma herança deste movimento na carreira de Sérgio Buarque. Refiro-me às relações pessoais que ele construiu com alguns intelectuais durante seu período modernista, e que podem tê-lo influenciado não só na escolha de temas mas também no que concerne às atividades que desempenhou e instituições por que passou, anos após o fim do movimento.

Já tratamos da relação com Mário de Andrade, que durou até o fim da vida deste e levou Sérgio Buarque a proferir um elogioso discurso por ocasião da passagem dos 10 anos da morte daquele autor, em 1955.²⁷ Outro participante da Semana de 1922 que continuou a trabalhar em outros projetos ao lado de Sérgio Buarque foi Rubens Borba de Moraes. Como se pretende mostrar, este bibliófilo foi diretamente responsável pela tradução que o escritor paulista fez do livro do colono suíço Thomas Davatz, intitulado em português *Memórias de Um Colono no Brasil* e lançado em 1941 pela editora livraria Martins (Davatz 1941). Além desta tradução, Rubens Borba esteve, junto com Sérgio Milliet, também à frente da iniciativa de criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933, instituição pela qual Sérgio Buarque passou e que teve importância decisiva em sua trajetória profissional.

²⁶ Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda de 29 de julho de 1944. Siarq: Cp 66.

²⁷ Sérgio Buarque terminou este discurso afirmando: “Em nossa vida espiritual dos últimos tempos, não sei de outro que tenha sabido desempenhar tão liberalmente como ele a missão de guia. Mário de Andrade não nos deixou uma obra por todos os títulos admirável e cuja importância cresce dia a dia. Sem a sua ação, sem o seu exemplo, seríamos hoje diversos do que somos, e bem mais pobres”. Homenagem a Mário de Andrade pela passagem dos 10 anos de seu falecimento. Siarq: Pi 188.

A estas duas atividades da carreira do escritor voltaremos adiante. Devemos agora voltar um pouco no tempo e atentarmos à estadia de Sérgio Buarque em Berlim no final dos anos 1920.

O período na Alemanha: 1929-1930

Em meados de 1929, aos 27 anos de idade, Sérgio Buarque deixou o Brasil em direção à Europa numa viagem que marcaria sua carreira em termos de novas descobertas e experiências intelectuais. A princípio, viajaria à Rússia, Polônia e Alemanha para trabalhar como correspondente internacional dos *Diários Associados*, mas acabou não visitando o primeiro país, e fixando residência em Berlim, na Alemanha, entre os anos de 1929 e 1930. Lá, além de escrever artigos de jornal, trabalhou também como tradutor de filmes e escreveu para a revista bilíngüe *Duco*, órgão oficial do conselho de comércio brasileiro na Alemanha. Nesta revista era responsável pelos textos em língua portuguesa sobre o Brasil.

Sendo remunerado por estes trabalhos, pôde comprar livros e assistir algumas aulas na Universidade de Berlim. De maneira irregular, assistiu às aulas de História e Ciências Sociais do professor Friedrich Meinecke naquela universidade, e começou a ler autores alemães como Weber, o próprio Meinecke, Kafka e Rilke, os quais mais tarde usou para escrever várias de suas obras.

Havia levado para aquele país as notas de um ensaio (que iria se chamar “Teoria da América”), fruto de conversas com Prudente de Moraes Neto. Tendo descoberto nessa época a obra de Max Weber, incorporou idéias weberianas a este ensaio, que alguns anos depois daria origem a seu primeiro livro.²⁸ Naquele país ainda teve a chance de entrar em

²⁸ Sobre a presença de idéias e conceitos weberianos em *Raízes do Brasil*, conferir P. Monteiro 1999.

contato pessoalmente com alguns intelectuais alemães, como Thomas Mann, que entrevistou antes de voltar ao Brasil, em dezembro de 1929.²⁹

Em entrevista dada a Richard Graham (1982), Sérgio Buarque de Holanda afirmou que a influência que recebeu da historiografia alemã foi puramente conjectural e acidental. Disse ainda que o fato de ter vivido na Alemanha não é suficiente para deduzir que foi influenciado por autores alemães, mas confirmou que as aulas que assistiu na Universidade de Berlim “sugeriram novos caminhos” para seus estudos, e que as leituras de Max Weber foram muito importantes para o desenvolvimento de suas idéias em *Raízes do Brasil*. Neste sentido, ao ser perguntado por Richard Graham sobre quando se tornou um historiador de fato, Sérgio Buarque respondeu:

“Para a revista bilíngüe [*Duco*] eu escrevi artigos tentando explicar o Brasil para os alemães. Só quando você está longe é que consegue ver seu próprio país como um todo. Você o encara sob uma perspectiva diferente. E o Brasil não é fácil de se entender; é difícil” (Graham 1982: 5).

Esta é uma constatação importante. O escritor afirmara, então, que se tornar um historiador significa aprender a ver seu objeto “de longe, como um todo”, e assim passar a encará-lo “sob uma perspectiva diferente”. Ora, pode-se dizer que este também é o caminho para se tornar um antropólogo, se entendermos tal afirmação como a fórmula antropológica de tornar estranho o que é familiar, e familiar o que é estranho. Este passo fundamental para o antropólogo, que é o distanciar-se do objeto para poder em seguida aproximar-se dele, foi também dado por Sérgio Buarque nesta ocasião de sua estadia na Alemanha.

²⁹ Texto de autoria de Sérgio Buarque sobre esta entrevista pode ser encontrado na *Revista do Brasil* (conferir Holanda 1987).

Não pretendo, com isso, afirmar que este autor, tão conhecido por sua atuação como historiador, fosse também um antropólogo. Contudo, é preciso ressaltar que a maneira com que Sérgio Buarque tratava seus objetos incorporava também um olhar antropológico, atento aos detalhes – tão significativos quanto muitas vezes despercebidos – do tema investigado.

Além disso, ainda que ele próprio tenha afirmado que recebeu uma influência “conjetural e acidental” da historiografia alemã, o fato de ter vivido naquele país e ter aprendido o idioma alemão lhe proporcionou a chance de ter sido, como afirmou, “talvez o primeiro brasileiro a citar Weber numa publicação” (Graham 1982: 5), e de construir uma obra na qual as referências a autores alemães são características marcantes, como veremos.

Assim, podemos considerar que a experiência germânica de Sérgio Buarque de Holanda desempenhou um papel fundamental na direção que seus estudos tomaram.

A volta ao Rio de Janeiro

Em dezembro de 1930 o escritor retornou ao Brasil e, fixando residência novamente no Rio de Janeiro, continuou trabalhando como crítico de rodapé para jornais,³⁰ como fez até meados da década de 1950.³¹

Em 1936 foi contratado como professor de literatura comparada da seção de línguas estrangeiras da Escola de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal. Ao mesmo tempo, desempenhava a função, naquela mesma instituição, de professor-assistente da

³⁰ Entre estes periódicos, constam *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, *Jornal de Minas*, *Revista Nova*, e *O Espelho*, na década de 1930, e *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Folha da Manhã* e *O Estado de São Paulo*, nas décadas de 1940 e 1950.

³¹ Alguns de seus artigos publicados até 1944 estão reunidos na primeira edição do livro *Cobra de Vidro* (Holanda 1978 [1944]). A segunda edição, de 1978, contém alguns textos publicados até 1952. Em *Tentativas de Mitologia* consta outra série de artigos publicados, em sua maioria, originalmente na década de 1950 (Holanda 1979a).

cátedra de História Moderna e Contemporânea, cujo titular era o francês Henri Hauser. Quando este professor deixou a universidade, Sérgio Buarque assumiu a cátedra de História das Américas, e nela trabalhou até 1939, por ocasião da extinção da Universidade do Distrito Federal.

Entre 1939 e 1943 Sérgio Buarque foi supervisor da seção de publicações do Instituto Nacional do Livro, onde trabalhou ao lado do amigo Mário de Andrade, que em 1939 fora nomeado chefe da seção de enciclopédia e do dicionário da mesma instituição. De acordo com Marcus Carvalho, neste instituto “Sérgio Buarque teve a oportunidade de fazer a vez de editor, decidindo sobre traduções, sugerindo, aprovando ou dispensando publicações, buscando parcerias com casas editoras.” (Carvalho 2003:191).

A parceria com editoras foi, de fato, uma tarefa que o historiador desenvolveu no início da década de 1940. Neste sentido, além de cuidar das publicações do Instituto Nacional do Livro, Sérgio Buarque também fez duas traduções que foram publicadas por duas das mais importantes editoras do período: a livraria Martins e a Nacional. Antes de tratarmos destas duas traduções, será interessante contextualizar o surgimento destas editoras e das coleções que elas publicaram.

Como afirma Heloisa Pontes (1989), motivados pela Revolução de 1930, diversos intelectuais brasileiros passaram a nutrir um crescente interesse em estudar o passado e os problemas políticos do Brasil, e a escrever “retratos do país”. Este interesse levou a um *boom* editorial ocorrido exatamente na década de 1930, com a criação de diversas novas editoras, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e no Rio de Janeiro, e com a impressão de livros brasileiros em território nacional. Os títulos editados, em sua maioria, tratavam de questões ligadas ao país – fossem romances, relatos de viagem ou outros gêneros – pois “o

clima era favorável a tudo que dissesse respeito ao Brasil.” (Pontes 1989:377). Neste contexto surgiram coleções como a *Brasiliana*, da editora Nacional, a *Documentos Brasileiros*, da José Olympio Editora e a já citada *Biblioteca Histórica Brasileira*, da Livraria Martins Editora.³² Vale ressaltar que estas três editoras foram também criadas no período citado.

A Livraria Martins, mais “nova” delas – pois começou a funcionar em 1940 – tinha sua sede em São Paulo. Seu proprietário, José de Barros Martins, conseguiu reunir um grupo de colaboradores, muitos deles oriundos da Universidade de São Paulo ou do Departamento de Cultura daquela cidade, composto entre outros por Sérgio Milliet, Mário de Andrade, João Cruz Costa, Herbert Baldus, Donald Pierson e Rubens Borba de Moraes. Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, tinha a Casa José Olympio como editora de seus livros.

Rubens Borba de Moraes, então diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, estava intensamente envolvido em alguns projetos editoriais da Editora Martins. Com o objetivo de ampliar a coleção de textos de cronistas e viajantes estrangeiros sobre o Brasil, traduzidos para a língua portuguesa, ficou responsável pela coleção *Biblioteca Histórica Brasileira*. Este objetivo não era aleatório uma vez que, como vimos, o interesse sobre os problemas do Brasil aumentava e, nesse sentido, “os viajantes, por oferecerem um conhecimento seguro sobre a flora, a fauna, os costumes e a geografia física e humana do Brasil no século passado [XIX], tornaram-se uma fonte obrigatória de consulta para todos que se propunham a interpretá-lo” (Pontes 1989:393, acréscimos meus).

³² É interessante lembrar que o primeiro volume da coleção *Documentos Brasileiros*, então dirigida por Gilberto Freyre, foi justamente *Raízes do Brasil*.

Uma das traduções feitas por Sérgio Buarque saiu exatamente nesta coleção. De fato, o historiador auxiliou Rubens Borba de Moraes na organização dos livros para publicação na *Biblioteca Histórica Brasileira*. Os dois amigos trocaram intensa correspondência sobre o assunto entre os anos de 1939 e 1943, e através dela podemos acompanhar o desenvolvimento desta publicação.

Data de dezembro de 1939 a primeira carta de Rubens Borba de Moraes endereçada a Sérgio Buarque guardada no acervo pessoal do historiador, escrita em papel timbrado da Biblioteca Municipal de São Paulo. Nela o primeiro relata que iria pedir a Yan de Almeida Prado o livro escrito pelo suíço Thomaz Davatz sobre sua experiência como colono numa fazenda em São Paulo para emprestar ao segundo, para que este o lesse e dissesse se valeria a pena ser traduzido. Pelo tom da carta fica claro que os dois já haviam conversado sobre a coleção *Biblioteca Histórica Brasileira*, uma vez que Borba de Moraes completou assim a informação: “O primeiro número de minha coleção está no prelo e sai com um atraso de 10 dias. Mas no dia 20 ou 25 está na rua. Em janeiro sai o meu St. Hilaire. Se você pudesse me aprontar o Davatz para fevereiro seria o ideal. É curtinho e fácil”.³³ O exemplar foi de fato mandado a Sérgio Buarque alguns dias mais tarde, seguido de uma carta de Antônio Carlos Couto de Barros que avisava: “Rubens [Borba de Moraes] informa que já enviou a você o Davatz e pergunta quanto você cobra pela tradução.”³⁴

Percebe-se que o editor da coleção estava empenhado em organizar a publicação dos volumes e a recrutar tradutores para os mesmos. Valendo-se de sua ampla gama de contatos em São Paulo e no Rio de Janeiro, acionava diversos de seus antigos companheiros do

³³ Carta de Rubens Borba de Moraes a Sérgio Buarque de Holanda de 8 de dezembro de 1939. Siarq: Cp 38.

³⁴ Carta de Antônio Carlos Couto de Barros a Sérgio Buarque de Holanda de 19 de dezembro de 1939. Grifos do autor. Siarq:Cp 39.

movimento modernista para ajudarem-no em seus empreendimentos. Assim, escreveu em janeiro de 1940 a Sérgio Buarque requisitando uma série de favores, entre os quais que este pedisse a José Honório Rodrigues para escrever a Rubens Borba informando quando seu livro ficaria pronto e quanto cobraria; que pedisse também a seu cunhado, residente em Paris, que tirasse cópias de uma série de manuscritos; e finalmente acrescentando, após informar que o volume de Rugendas da coleção *Biblioteca Histórica* estava pronto, “Por que você não escreve um artigo em algum jornal sobre a coleção? Veja se me arranja aí [Rio de Janeiro] um pouco de publicidade em torno da coleção.”³⁵

Em maio de 1940 Sérgio Buarque enviou a Rubens Borba a tradução do livro de Davatz, e o editor, muito satisfeito com o resultado, escreveu de volta uma carta bastante empolgada sobre a questão da colonização do Estado de São Paulo. Tendo sido assinalado para a tarefa de escrever um prefácio para a obra, Rubens Borba comentou:

“Direi somente isto: A história da colonização em S. Paulo está toda ela por fazer (...). A bibliografia que existe é enorme mas toda ela (pelo menos a mais conhecida) emana de fontes oficiais, de propaganda de colonização e de relatórios consulares. A única que se conhece do outro lado, do colono, é o Davatz. Daí sua importância. A Biblioteca Histórica Brasileira empenhada em fornecer documentos valiosos e selecionados aos estudiosos publicará diversas obras referentes a esse assunto. Inicia com o Davatz.”³⁶

E, em seguida, completou com uma sugestão:

“Se você acha que seria útil fazer-se um ‘prefácio estudo’ sobre a questão eu te peço que o faça. O que você acha? Seria talvez melhor. Eu sou tão apaixonado

³⁵ Carta de Rubens Borba de Moraes a Sérgio Buarque de Holanda de 24 de janeiro de 1940. Siarq:Cp 40. Acréscimos meus.

por essa questão do estudo da colonização, tenho estudado tanto esse problema, que gostaria de escrever até um livro sobre o assunto. Mas eu tenho uma vasta preguiça de escrever livros. Prefiro ‘fazer’ livros. É mais divertido. Mas você por que não escreve esse livro? Vamos, avante! Faça um prefácio para o Davatz com as diretrizes do futuro livro. Que tal? Responda-me sobre o negócio.”

O prefácio do livro foi então escrito por Sérgio Buarque de Holanda. Nele, o autor de fato faz um breve estudo da história das colônias estrangeiras nas fazendas cafeeiras em São Paulo, indicando o período em que a vinda de colonos germânicos foi maior, e quando ela foi substituída pela vinda de italianos. Além disso, o historiador relata também as dificuldades enfrentadas por estes colonos e os empecilhos que encontraram durante seu trabalho agrário no interior de São Paulo. Dadas as péssimas condições de trabalho oferecidas pelos donos das terras, estes colonos tiveram experiências duras, como as relatadas por Thomas Davatz, afirma o historiador.

Um aspecto deste prefácio é interessante. Ao descrever as dificuldades dos trabalhadores para lidar com a terra e começar suas plantações, Sérgio Buarque afirma que os colonos europeus muitas vezes tiveram de deixar seus conhecimentos prévios de lado e adotar as técnicas indígenas de cultivo do solo, como “as derrubadas e queimadas brutais para o estabelecimento de plantações” (Holanda 1941:xvi). Assim como em “A língua-geral em São Paulo”, também neste texto vemos a preocupação do escritor em mostrar como a presença e o conhecimento dos índios nativos foi decisiva para êxito da ocupação europeia do país.

³⁶ Carta de Rubens Borba de Moraes a Sérgio Buarque de Holanda de 18 de maio de 1940. Grifos do autor. Siarq:Cp43.

Não é possível determinar até que ponto a sugestão de que escrevesse um livro sobre a colonização de São Paulo de fato influenciou Sérgio Buarque a estudar tal questão. Entretanto, nos anos que se seguiram este autor efetivamente se dedicou à pesquisa sobre a colonização e a expansão paulista nos séculos XVII e XVIII, sendo que sua primeira publicação de um livro sobre o assunto é a obra *Monções*, de 1945.

É interessante que se faça aqui uma breve digressão sobre o estudo da colonização em São Paulo. Com efeito, até as primeiras décadas do século XX os estudos sobre a colonização paulista e as bandeiras não faziam mais que mistificar a imagem de um bandeirante herói capaz de vencer as dificuldades do meio e assim colonizar o interior do Brasil. Como exemplo, basta citar as obras de historiadores como Alfredo Ellis Jr. (1896-1974) e Affonso Taunay (1876-1958), que fora professor de Sérgio Buarque no Colégio São Bento entre 1915 e 1918.³⁷

Para o autor de *Monções*, ao contrário, o sucesso da empresa do colonizador só ocorreu graças ao conhecimento indígena. A miscigenação com o índio, bem como a própria presença do nativo acompanhando o colonizador, permitiram a realização das bandeiras e a criação de um vínculo entre invasor e nova terra. Afirma o historiador que, desde as primeiras tentativas, as bandeiras que saíram de São Paulo foram bem-sucedidas graças ao contato entre índios e brancos, e não a uma suposta natural capacidade heróica do bandeirante.

Sobre este assunto, mais uma carta de Rubens Borba de Moraes vale ser mencionada. Escrita provavelmente no início da década de 1940, o editor conta a Sérgio Buarque que montara, ao lado de Caio Prado Jr. e alguns colegas da Faculdade de Filosofia

da USP “uma ‘sociedade paulista de estudos históricos’ com o fim de pesquisa e trabalho histórico sob o ponto de vista econômico e social e não nos métodos narrativos e cronológicos tipo Instituto Histórico.”³⁸ Sobre a diretoria deste grupo, Rubens Borba informa que faziam parte dela Jean Gaugé e Eduardo França, da Faculdade de Filosofia, e Caio Prado Jr.

Havia um interesse claro na renovação dos estudos históricos no Brasil, que deixasse de lado os moldes da tradição historiográfica paulista. Por isso, escreveu o editor, “quero agora estabelecer a ponte com o pessoal do Rio e pensei em você e o José Honório Rodrigues como colaboradores ativos. O que você acha? (...) Não entrou, e não se pensa em convidar, os Taunays etc. É uma coisa a parte (...) Nada de academicismos e V. Exas.”

Sérgio Buarque de Holanda fazia parte deste grupo de intelectuais que desejava renovar os estudos em ciências humanas no Brasil. Desde o envolvimento de alguns – incluindo este autor – com o movimento modernista e sua busca de renovação artística e literária, até esta tentativa de propor uma nova maneira de estudar e pensar a história do Brasil, passando pelas iniciativas editoriais de tornar públicos todos aqueles livros que poderiam contribuir para a interpretação do país, estes intelectuais viveram aquilo que Antonio Candido chamou de “a incrível atmosfera de paixão pelas coisas sociais que aconteceu depois de 30.” (Pontes 2001:5), estabelecendo novos parâmetros para o desenvolvimento dos estudos sobre o Brasil.

O historiador paulista ainda colaborou com Rubens Borba em mais uma publicação, desta vez o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (conferir Moraes e Berrien 1949),

³⁷Para uma discussão sobre o mito do bandeirante na história do Brasil, conferir J. Monteiro 1994. Sobre a obra de Alfredo Ellis Jr., conferir J. Monteiro 2002. Sobre a vida e a obra de Affonso d’E. Taunay, ver Oliveira Jr 1994.

que se tratava de um guia de fontes bibliográficas para o estudo de problemas brasileiros em diversas disciplinas. Inicialmente escrito para ser publicado em 1943, este volume, projeto conjunto de Rubens Borba e William Berrien, da Universidade de Harvard, foi publicado em 1949. Tendo sido feito em conjunto com tal universidade americana, o *Manual* seguia os padrões do *Handbook of Latin American Studies*, publicado anualmente por aquela instituição desde 1936. Sérgio Buarque escreveu a introdução para o verbete “História – período colonial”, cuja bibliografia fora elaborada por Rubens Borba e Alice Canabrava (Holanda 1949a).

O que importa ressaltar desta relação de Sérgio Buarque de Holanda com Rubens Borba de Moraes no período citado é a participação do primeiro no projeto editorial do segundo. Através da tradução que fez de Thomaz Davatz, e do conhecimento dos outros volumes da coleção da *Biblioteca Histórica*, Sérgio Buarque esteve em contato direto com as obras de diversos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil.³⁹

Um ano após a publicação da tradução de Davatz, o escritor paulista publicou uma segunda tradução, desta vez pela editora Nacional. Tratava-se do livro do padre alemão Wilhelm Schmidt *Etnologia Sul-Americana* (W. Schmidt 1942).⁴⁰ O contato do historiador com o projeto editorial da Nacional é muito relevante: se o trabalho para a editora Martins permitiu que ele conhecesse os volumes da *Biblioteca Histórica*, o trabalho para a Nacional deixou à disposição do autor uma série de obras de etnólogos alemães que foram traduzidas

³⁸ Carta de Rubens Borba de Moraes a Sérgio Buarque de Holanda, sem data. Uma vez que ela foi escrita em papel timbrado da Biblioteca Municipal de São Paulo, como as outras deste mesmo remetente aqui citadas, deduz-se que tenha sido escrita no início da década de 1940. Siarq:Cp376.

³⁹ Rubens Borba de Moraes ainda pediu a Sérgio Buarque que traduzisse mais duas obras de viajantes germânicos. Tratava-se de *Aus Meine Tagebuch*, do príncipe Adalbert da Prússia, e de *Viagem a Província do Rio de Janeiro e São Paulo*, de Johann Tschudi. Ambos pedidos foram negados.

⁴⁰ O conteúdo deste livro será discutido na parte 2 desta dissertação.

e publicadas, no início da década de 1940, na coleção *Brasiliiana*, da qual sua tradução de Wilhelm Schmidt também fez parte.

Com efeito, alguns dos etnólogos citados por Sérgio Buarque em *Monções e Caminhos e Fronteiras* tiveram suas obras publicadas em tal coleção. Como exemplos, podemos elencar, de Karl von Martius *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* (Martius 1939); do príncipe de Wied-Neuwied, *Viagem ao Brasil* (Wied-Neuwied 1940); de Max Schmidt *Estudos de Etnologia Brasileira* (M. Schmidt 1942); e de Karl von den Steinen, *O Brasil Central* (von den Steinen 1942).

No mês de setembro de 1944, Sérgio Buarque deixou o Instituto Nacional do Livro e ingressou como diretor da divisão de consultas da Biblioteca Nacional, lá permanecendo até 1946.⁴¹ No mesmo mês, Rubens Borba de Moraes foi nomeado chefe da divisão de preparação nesta instituição. O historiador Rodolfo Garcia (1873-1949) era, a este tempo, diretor da biblioteca, e o convívio com ele pode ter ajudado Sérgio Buarque a desenvolver suas habilidades para a pesquisa histórica. Além disso, este período na Biblioteca Nacional certamente lhe proporcionou a chance de tomar conhecimento de todo o acervo de manuscritos e livros referentes à história do Brasil desta instituição. Com efeito, em palestra dada na década de 1960 sobre fontes para pesquisa histórica, o escritor citou a importância do acervo daquela biblioteca. Explicando inicialmente o assunto do qual trataria, afirmou:

“Pensei primeiramente nas fontes impressas, e neste caso poderia incluir não apenas documentos de primeira mão, fontes primárias do gênero dos Inventários e Testamentos ou dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como de toda a vasta documentação de viajantes,

naturalistas, escritores de toda a espécie, inclusive poetas (como o autor das Cartas Chilenas, para citar só um exemplo ilustre), e neste último caso o material seria quase inesgotável”.⁴²

Do mesmo modo, no prefácio à primeira edição de *Monções*, o autor agradece às pessoas e instituições que lhe facilitaram a pesquisa em documentos inéditos e obras raras, e incluiu em sua lista o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional. (Holanda 1990:14).

Vemos, assim, que o trabalho no Instituto Nacional do Livro e na Biblioteca Nacional proporcionou a Sérgio Buarque o contato com projetos editoriais consonantes com seus próprios interesses de pesquisa. Além disso, nestas instituições o historiador pôde ter acesso a uma série de livros e documentos que mais tarde usou na elaboração de suas obras.⁴³

O trabalho no Museu Paulista: desenvolvimento da etnologia brasileira

Em 1946, aos 44 anos, Sérgio Buarque de Holanda deixou o Rio de Janeiro em direção a São Paulo, cidade em que fixaria residência até o fim de sua vida. A mudança foi motivada pela obtenção do cargo de diretor do Museu Paulista. Segundo sua esposa, Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda, ele teria sido informado de que a direção do museu estava vaga após a saída de Affonso d’E. Taunay naquele ano. Então, telefonou a Paulo

⁴¹ Certidão de nomeação de Sérgio Buarque de Holanda como Diretor da Divisão de Consultas da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1944. Siarq: Vp34.

⁴² Siarq: Pi 170 (grifos do autor). O documento não contém título, data ou qualquer especificação sobre a ocasião em que Sérgio Buarque deu tal palestra. Entretanto, pelo conteúdo do texto, em que os trabalhos iniciais do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) são citados, deduzimos que o evento tenha ocorrido no início da década de 1960.

⁴³ Para uma análise mais detalhada da atuação de Sérgio Buarque nestas duas instituições, conferir Carvalho 2003.

Duarte e pediu que este lembrasse seu nome ao governador do Estado, Macedo Soares, para ocupar tal vaga.⁴⁴

A iniciativa deu certo e Sérgio Buarque foi de fato nomeado diretor do Museu Paulista em março daquele mesmo ano. Exerceu esta função até o ano de 1956, quando se afastou de tal instituição para dar aulas de história como professor contratado da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo. Só seria exonerado do cargo de diretor do Museu no ano de 1958, em que, tendo passado por concurso para obter a cátedra de História da Civilização Brasileira naquela faculdade, veio a ser professor livre-docente da mesma.⁴⁵

A direção de Sérgio Buarque trouxe várias inovações para o Museu Paulista. Por isso, vale a pena nos reportarmos à história deste museu para melhor situarmos a reforma de 1946.

O Museu Paulista contribuiu de maneira importante para o desenvolvimento dos estudos etnológicos e históricos em São Paulo. Tendo sido construído entre 1885 e 1890, foi criado com a aquisição de coleções de história natural e de objetos indígenas em 1893 e aberto ao público em 1895. Seu perfil original era o de museu de história natural, com um caráter enciclopédico: suas coleções, que versavam sobre história zoológica do reino animal e história natural do homem, eram compostas por peças utilizadas como evidências dos estágios evolutivos e regidas por premissas e normas científicas (Meneses 1994:574).

Seu primeiro diretor foi o cientista natural alemão Hermann von Ihering (1850-1930), formado em medicina e membro da Sociedade Etnológica de Berlim. Von Ihering

⁴⁴ Nota explicativa de Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda, anexa aos documentos pessoais do historiador doados ao Siraq/Unicamp. Abril de 1988. Siraq:Vp180.

veio ao Brasil em 1880 e foi pesquisador-viajante do Museu Nacional (RJ) antes de assumir a direção do Museu Paulista no ano de sua fundação. Tinha grande interesse em Zoologia, sendo os moluscos sua especialidade. Ao assumir a diretoria do museu, procurou expandir sua coleção e torná-lo de fato um museu sul-americano especializado em ciências naturais, cujas coleções deveriam ser compostas de peças coletadas em diversas regiões do continente e analisadas segundo os padrões europeus da época (Lopes 1997:270). A intenção de von Ihering era claramente transformar o Museu Paulista numa instituição nos moldes e no nível dos museus europeus, para que pudesse dialogar com eles. Veremos como esta intenção não foi exclusiva deste diretor ao longo da história do museu.

Em 1895 von Ihering criou a *Revista do Museu Paulista*, e os textos nela apresentados tratavam de temas tão variados como história do Brasil, arqueologia, botânica, zoologia e paleontologia. Aos poucos ela passou a publicar artigos voltados para apenas duas áreas do conhecimento, isto é, se especializou em botânica e zoologia, refletindo assim os interesses do diretor (Schwarcz 1993). Por motivos de cunho político, incluindo a Primeira Guerra Mundial, von Ihering deixou o Brasil em direção à Alemanha no final de 1915.

Em 1916 Affonso d'E. Taunay assumiu a diretoria do Museu Paulista, trazendo grandes mudanças para o mesmo. Taunay era um historiador especialmente interessado na questão da colonização e do bandeirismo paulista, assim criou as seções de história nacional e de etnografia, antes inexistentes no museu. As coleções relacionadas a estes temas foram também aumentadas pelo novo diretor, que lançou os *Anais do Museu Paulista* em 1922, publicação centrada em temas de história nacional que, para ele, era

⁴⁵ Certidão de contagem de tempo de serviço de Sérgio Buarque de Holanda- Secretaria da Educação- Museu Paulista. AMP: P14. Certidão de exoneração de Sérgio Buarque de Holanda do cargo de diretor do Museu

compreendida a partir de uma perspectiva notadamente paulista. Taunay abria assim uma nova fase dos estudos do Museu Paulista, acentuada pelas saídas das seções de botânica e zoologia do museu, respectivamente em 1927 e 1939.⁴⁶ Por ocasião destas saídas, a *Revista do Museu Paulista* foi temporariamente suspensa.

Como aponta Meneses (1944), a mitologia do bandeirante herói foi em parte forjada no Museu Paulista. Durante a direção de Affonso Taunay a seção de história servia como espaço privilegiado de estudos da história paulista, tida como história nacional. Como veremos adiante, a entrada de Sérgio Buarque na direção deste museu mudou o rumo das investigações feitas ali, assim como suas obras do período propuseram um novo tipo de interpretação – menos romântica, podemos afirmar – do processo de colonização do interior da América Portuguesa.

Uma segunda e importante fase da mudança do Museu Paulista viria em 1946.⁴⁷ Nesta reforma Sérgio Buarque de Holanda passou a ser o diretor do museu. Ele implementou algumas mudanças e fez duas contratações que marcariam o novo perfil daquela instituição.

Tendo começado a trabalhar no museu em abril de 1946, em setembro daquele mesmo ano Sérgio Buarque indicou ao secretário da educação do estado de São Paulo, Plínio Caiado de Castro, a contratação de dois funcionários para a recém-criada seção de etnologia do Museu Paulista. Estes funcionários eram o etnólogo alemão Herbert Baldus (1899-1970) e o etnólogo gaúcho Harald Schultz (1909-1965).

Paulista. AMP:P14.

⁴⁶ A seção de botânica passou a integrar outro organismo e a de zoologia se tornou o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

⁴⁷ Duas importantes mudanças posteriores foram a incorporação do Museu à USP (em 1963) e o desmembramento do acervo etnológico, incorporado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (em 1989).

Graças à obtenção de uma suplementação orçamentária para a contratação de um técnico para o museu naquele ano, foi possível propor o nome de Herbert Baldus para tal cargo. Naquele período a coleção de etnografia da instituição encontrava-se abandonada, suas peças não organizadas ou catalogadas, sendo que algumas delas já estavam inutilizadas. Assim, fazia-se necessária a contratação de um funcionário para a organização de tal coleção. Esta era uma das incumbências de Herbert Baldus, que também incluíam a busca de peças para o aumento desta coleção e o preparo do material de colaboração a ser publicado na *Revista do Museu Paulista*. Por isso, ao se reportar ao secretário da educação, Sérgio Buarque escreveu:

“Não creio que alguém esteja em melhores condições para se encarregar da organização do referido material do que o Prof. Baldus que se tem distinguido por numerosas publicações sobre assuntos de Etnografia americana e brasileira e por trabalho de campo em São Paulo, Paraná, Mato Grosso, região do Chaco e Paraguai oriental (...). Como professor catedrático da Escola Livre de Sociologia e Política (...) desde 1939, tem contribuído largamente para a formação de estudiosos desse assunto.”⁴⁸

Um dos alunos de Baldus na Escola Livre de Sociologia e Política foi precisamente Harald Schultz. Sobre ele, Sérgio Buarque afirmou:

“Na qualidade de organizador e chefe do serviço de documentação fotocinematográfica e sonora do Serviço de Proteção aos Índios sob orientação do general Cândido Rondon, teve oportunidade de travar conhecimento com os problemas etnográficos brasileiros, participando de várias expedições a tribos e

⁴⁸ Carta de Sérgio Buarque de Holanda ao secretário da educação do estado de São Paulo Plínio Caiado de Castro, de 26 de setembro de 1946. AMP:P200.

agrupamentos indígenas do Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e noroeste de São Paulo.”⁴⁹

Harald Schultz foi indicado para a função de assistente de etnografia, para trabalhar ao lado de Herbert Baldus. Seu contrato, a princípio, deveria valer apenas até o final de 1946. Contudo este etnólogo continuou trabalhando no Museu Paulista até seu falecimento em 1965. Ambas as contratações foram aprovadas e os dois etnólogos passaram a trabalhar para o Museu Paulista já em 1946. Em 1947 Herbert Baldus foi nomeado chefe da seção de etnologia pelo governador Adhemar de Barros.

Este pesquisador teve um papel notadamente importante no desenvolvimento da seção de etnologia do museu. Como afirma Luiz Henrique Passador (2002), como representante do Museu Paulista Baldus participou de e organizou vários congressos no Brasil e no exterior, estabelecendo contatos com antropólogos brasileiros e estrangeiros. Deste modo ele pretendia colocar o museu numa rede de ligações com outros centros de pesquisa em antropologia – e é importante ressaltar sua preferência por instituições e pesquisadores germânicos. Baldus foi o “principal articulador dessa conexão entre o Brasil e os estudiosos germânicos nas décadas de 30 a 60 do século passado [XX], principalmente a partir de sua entrada nos quadros do Museu Paulista” (Passador 2002:100, acréscimos meus).

De fato, entre os anos de 1946 e 1953 este pesquisador se empenhou em manter contato com etnólogos e diretores de museus europeus e norte-americanos e tentar travar com eles relações de intercâmbio acadêmico e institucional. Neste período ele trocou mais de 300 cartas com pesquisadores como, entre outros, Richard Thurnwaldt, do Institut für

⁴⁹ Carta de Sérgio Buarque de Holanda ao secretário da educação do estado de São Paulo Plínio Caiado de Castro, de 27 de setembro de 1946. AMP:P200.

Soziologie und Ethnologie de Berlim; Franz Casper, do Museum für Völkerkunde de Hamburgo; Fritz Krause, etnólogo que vivia em Leipzig; Alfred Métraux, etnólogo francês; Robert Lowie, etnólogo austríaco radicado nos EUA; F. Ryden, diretor do Museu de Etnografia de Goteburgo; e Ema Ness, diretora do Museu Etnográfico de Oslo.⁵⁰

Em geral, tais cartas contêm agradecimentos pelo envio de publicações ou pedidos dessa ordem, especialmente de exemplares de revistas de antropologia das instituições a que os remetentes e destinatários das cartas pertenciam; avisos de recebimento de publicações; perguntas e respostas pontuais sobre o conteúdo das publicações; comentários sobre congressos internacionais, como o Congresso de Americanistas que ocorreu em 1952, em Cambridge; sugestões bibliográficas (as dadas por Baldus incluíam textos de Melville Herskovitz, Ralph Linton, Donald Pierson e Artur Ramos); e especialmente convites de Baldus para outros pesquisadores para que publicassem textos na *Revista do Museu Paulista*.

Além disso, algumas cartas contêm um tom bastante pessoal e revelam o círculo de relações sociais que Baldus estabelecera com alguns etnólogos alemães, tanto nos anos de sua formação naquele país quanto nos congressos internacionais que freqüentava. Neste sentido, uma carta enviada em meados de 1950 por Baldus a seu antigo professor, Richard Thurnwald, indica uma grande intimidade entre os dois: Baldus agradece o envio de uma publicação (chamada “Probleme der Fremdheit”), envia abraços à esposa de Thurnwald, lamenta a distância entre os três, comentando que sente saudades de seu tempo em Berlim, e avisa ainda que havia mandado café brasileiro de presente para o casal.⁵¹

⁵⁰ Este conjunto de cartas, em sua maioria escritas em alemão, contém tanto as enviadas quanto as recebidas por Herbert Baldus. AMP: P249 a P252.

⁵¹ Carta de Herbert Baldus a Richard Thurnwald. São Paulo, 14 de julho de 1950. AMP: P251.

A correspondência recebida pelo etnólogo também demonstra a importância que ele tinha para outros antropólogos no exterior, e a confiança que nele depositavam. As cartas enviadas por Fritz Krause, sempre longas e em tom amigável, são bom exemplo disso. Em novembro de 1952 o morador de Leipzig escreveu ao amigo Baldus explicando as dificuldades que a política da Alemanha Oriental impunha ao seu trabalho como antropólogo: problemas com a permissão de sair do país o teriam impedido de participar do 30º. Congresso Internacional de Americanistas, naquele ano, em Cambridge. Krause acrescentou, ainda, um pedido para que Baldus escrevesse uma carta oficial, explicando os motivos que o levavam a enviar, periodicamente, livros pelo correio para o etnólogo de Leipzig, insistindo que o recebimento dos mesmos era fundamental para que Krause pudesse exercer seu ofício de antropólogo. Aparentemente, os pacotes enviados por Baldus pareciam suspeitos aos olhos do correio da Alemanha Ocidental, e os livros nunca chegavam.⁵²

Vemos assim que Herbert Baldus teve central relevância no desenvolvimento não só da seção de etnologia do Museu Paulista, mas também da antropologia brasileira como um todo. Através de sua atuação neste museu, ele ajudou a colocar a antropologia brasileira em contato com as instituições e pesquisadores estrangeiros desta disciplina. Em outras palavras, Baldus teve um papel de “articulador das relações entre a Antropologia brasileira e os demais centros produtores na Europa e Américas.” (Passador 2002:99).

Além da contratação de Baldus, mais uma iniciativa de Sérgio Buarque de Holanda foi importante no sentido de incentivar as pesquisas etnológicas feitas no Museu Paulista e, conseqüentemente, no Brasil. Em novembro de 1946 este diretor manifestou ao secretário da educação de São Paulo a intenção de retomar a publicação da *Revista do Museu*

⁵² Carta de Fritz Krause a Herbert Baldus. Leipzig, 27 de novembro de 1952. AMP: P251.

Paulista. Lembrando que a revista havia sido extinta em 1938, afirma que desde então diversos institutos científicos nacionais e estrangeiros haviam solicitado a retomada de sua publicação, o que atestaria sua importância. Dada a suficiência de verbas para este fim, Sérgio Buarque aponta que já teria preparado um primeiro número para o relançamento:

“Assim tenho em vista contribuições obtidas pelo Prof. Herbert Baldus, técnico de Etnografia do Museu relativas a assuntos etnológicos. Estão neste caso a importante monografia acerca da organização social dos tupinambá, de autoria do Prof. Florestan Fernandes e também a tradução feita pelo Dr. Egon Schaden, da obra clássica de Paul Ehrenreich sobre a etnografia brasileira, que pela primeira vez se publicará em nossa língua.”⁵³

A proposta foi aprovada e a nova série da revista começou a ser publicada a partir de 1947, com um perfil muito diferente daquele das revistas publicadas até 1938. Até então, os artigos impressos tratavam majoritariamente de assuntos referentes às ciências naturais, especialmente zoologia.

A partir de 1947, a publicação passou a veicular quase exclusivamente textos de antropologia. Analisando o conteúdo da revista nestes dois períodos, isto é, o primeiro de 1895 a 1938, e o segundo de 1947 a 1956,⁵⁴ chegamos a dados esclarecedores: no primeiro período foram publicados no total 228 artigos, dos quais 65% sobre zoologia, 10% sobre antropologia, 8% são biografias, 4% sobre lingüística, 4% sobre geologia, 1% sobre botânica e 1% sobre arqueologia, sendo 6% sobre outros assuntos. No segundo período, dos 74 artigos publicados, 74% são sobre antropologia, 8% são biografias, 6% sobre arqueologia, 4% sobre história, 1% sobre lingüística e 7% tratam de outros assuntos.

⁵³ Carta de Sérgio Buarque de Holanda ao secretário da educação do estado de São Paulo Plínio Caiado de Castro, de 13 de novembro de 1946. AMP:P200.

⁵⁴ Este foi o período durante o qual Sérgio Buarque de Holanda foi diretor do Museu Paulista.

Os artigos de antropologia publicados pela revista formavam um conjunto bem ilustrativo do que se considerava o domínio desta ciência naquela época. Em boa parte, eram artigos voltado para a etnologia indígena, escritos por etnólogos alemães e traduzidos para o português por Herbert Baldus ou Egon Schaden.⁵⁵ Neste grupo de artigos, figuram quatro textos de Max Schmidt (no volume 1 da nova série, 1947); a tradução da segunda parte de “Vom Roraima zum Orinoco”, de Theodor Koch-Grünberg (volume 7 da n.s., 1953); o artigo “Contribuições para a Etnologia do Brasil”, de Paul Ehrenreich (volume 2 da n.s., 1948), e “Máscaras grandes do alto Xingu”, de Fritz Krause (volume 12, n.s., 1960). No domínio da etnologia indígena, também eram veiculados artigos do próprio Herbert Baldus, Harald Schultz, Alfréd Métraux, Curt Nimuendaju, Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão.

Esta revista tinha uma inclinação maior pra os estudos relacionados a grupos indígenas. Entretanto, os estudos de comunidade, importante vertente da antropologia do período, também tinham lugar na revista. Como exemplo podemos citar, de Donald Pierson e Carlos B. Teixeira, “Survey de Pecinguaba” (volume 1, n.s., 1947); de Charles Wagley e Thales de Azevedo, “Sobre métodos de campo no estudo de comunidade” (volume 4, n.s., 1950); e uma série de resenhas de obras desta vertente como aquela escrita por Gioconda Mussolini sobre o livro *Cunha* (volume 3, n.s., 1949).

É preciso situar a *Revista do Museu Paulista* ao lado dos outros periódicos que veiculavam a produção em ciências sociais nas décadas de 1940 e 1950, no Brasil. Com efeito, ela foi um dos periódicos mais importantes do período na área de ciências sociais, juntamente com as revistas *Sociologia* e *Revista de Antropologia*. Estes eram importantes

⁵⁵ Sérgio Buarque de Holanda traduziu dois artigos deste conjunto, ambos de Fritz Krause: “Alcova de parto entre os Bakairi” e “Tatuagem de unha de dedo de um índio Yamarikumá”, que saíram no volume 6 da revista

meios de divulgação da produção em ciências humanas no país, e serviam de palco para as disputas travadas entre grupos que defendiam diferentes tipos de abordagens dentro deste campo do conhecimento (Jackson 2003:57).

Neste sentido, vale ressaltar algumas diferenças entre a *Revista do Museu Paulista*, a *Sociologia* e a *Revista de Antropologia*.⁵⁶ A primeira, liderada por Herbert Baldus, veiculava uma gama variada de artigos, mas, como vimos, privilegiava os estudos de etnologia indígena. Já *Sociologia*, dirigida primeiramente por Emilio Willems, e em seguida (depois de 1949) por Oracy Nogueira e Donald Pierson, divulgava as pesquisas feitas na Escola Livre e Sociologia e Política, onde estes pesquisadores lecionavam, e dava mais ênfase aos estudos de comunidade. A *Revista de Antropologia*, fundada e dirigida por Egon Schaden a partir de 1953, marcava a perspectiva deste editor e da USP, onde ele trabalhava.

As três revistas, portanto, podem ser vistas como representantes de três núcleos ou grupos de pesquisa da antropologia de então. Se *Sociologia* representava a produção da ELSP, a *Revista do Museu Paulista* e a *Revista de Antropologia* serviram, respectivamente, como “instâncias de legitimação para Herbert Baldus (...) e Egon Schaden.” (Jackson 2003:82).

Sobre a publicação que mais interessa neste momento, isto é, a *Revista do Museu Paulista*, vale ressaltar o papel central que desempenhou publicando alguns textos que viriam a se tornar clássicos das ciências sociais no Brasil. De acordo com Luiz Jackson, esta revista “supriu por vezes a carência do mercado editorial de então, publicando vários trabalhos na íntegra.” (Jackson 2003:62). Entre estes trabalhos publicados na íntegra, vale

(1952).

mencionar o já citado “A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá”, de Florestan Fernandes (1952), e “A Moda no Século XIX” de Gilda de Mello e Souza (1951).

Na reforma do Museu Paulista de 1946, os *Anais do Museu Paulista* continuaram a ser publicados, trazendo textos sobre história nacional. Esta outra publicação do museu também veiculava estudos importantes no domínio da história. Neste sentido, é importante lembrar a publicação, no volume 13 dos *Anais*, do artigo de Sérgio Buarque de Holanda “Índios e Mamelucos na Expansão Paulista” (Holanda 1949b), que mais tarde viria a constituir a primeira parte do livro *Caminhos e Fronteiras*.

A existência destas duas publicações especializadas reflete a relação desde então presente entre antropologia e história nas pesquisas científicas. No caso específico do Museu Paulista afirmou seu terceiro diretor que “a conexão íntima entre os modernos estudos de história do Brasil e os de etnologia requer a aliança, no mesmo instituto, entre as duas disciplinas” (Holanda 1947: 10). Deste momento em diante as pesquisas em etnologia e história passaram a ser os temas centrais deste museu, ficando de lado de uma vez por todas as ciências naturais.

Durante o período em que foi diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque se afastou do cargo por alguns dias por ocasião de viagens à França, em 1949, e aos Estados Unidos, em 1950. Nos anos de 1953 e 1954 afastou-se para dar aulas de literatura e história do Brasil na Universidade de Roma. Nestas três ocasiões quem o substituiu no cargo de direção foi o etnólogo Herbert Baldus. Melhor preparado para o trabalho de campo e a pesquisa do que para assumir cargos administrativos como este, Baldus parece ter tido uma experiência pouco agradável na condição de diretor em exercício do museu. Por mais de

⁵⁶ Para uma análise comparativa mais elaborada destas três revistas, assim como dos periódicos *Revista do Arquivo Municipal*, *Anhembi* e *Revista Brasiliense*, conferir Jackson 2003.

uma vez, em cartas enviadas a Sérgio Buarque quando este estava na Itália, Paulo Mendes de Almeida, amigo do escritor e conhecedor dos assuntos internos do Museu Paulista, informou o diretor afastado da situação estressante em que se encontrava o etnólogo alemão, dada a falta de recursos do museu: “O Baldus, ao que tenho sabido, está ficando aloprado com os negócios do nosso pobre esquecido museu”, e brincando com o sotaque do alemão, completa: “[Baldus diz] Em boa horrra Sérrrrgio caiu forrra”.⁵⁷

Após voltar para o Brasil em dezembro de 1954, Sérgio Buarque reassumiu a direção do Museu Paulista mas só exerceu tal cargo no ano de 1955, pois como já afirmado, a partir do ano seguinte começou a dar aulas de história na Universidade de São Paulo. Herbert Baldus passou a ser oficialmente o diretor do museu em 1956 e exerceu esta função até sua substituição por Mário Neme em 1959.⁵⁸

O período em que esteve na direção do Museu Paulista foi relevante para a carreira de Sérgio Buarque de Holanda. Naquela instituição, ao implementar as reformas e contratações que deram novo impulso aos estudos de etnologia do museu, este diretor entrou em contato com o que havia de mais moderno em etnologia naquela época, tanto através da publicação de artigos na revista do museu quanto do convívio com etnólogos como Herbert Baldus e Harald Schultz. Além disso, a perspectiva adotada nos seus trabalhos do período que se inicia em 1945 também podem ter sofrido o impacto do trabalho naquela instituição. Vejamos.

Ao analisar as coleções e a organização do Museu Paulista em vários períodos, Ulpiano Meneses ressalta a maneira particular através da qual os estudos lá conduzidos discutiam o conhecimento histórico:

⁵⁷ Carta de Paulo Mendes de Almeida a Sérgio Buarque de Holanda de 13 de maio de 1954. Siarq: Cp 153.

“Por certo, seu papel não poderá duplicar o de outros organismos de produção do saber histórico existentes na Universidade, mas teria que respeitar a especificidade (e o privilégio) do museu enquanto museu, forma de operar com o mundo das coisas físicas, dos objetos, na produção de sentido. Assim, o rumo certo parece ser o estudo (histórico) da *cultura material, isto é, da dimensão física, empírica, até sensorial, da produção e reprodução do social*” (Meneses, 1994:577 – grifos meus).

Os estudos feitos e publicados por Sérgio Buarque de Holanda durante seu período no museu partem exatamente do estudo da cultura material para entender a dinâmica do processo de expansão para o oeste do território da colônia nos séculos XVII e XVIII. Em *Caminhos e Fronteiras*, o autor busca os indícios da transformação da vida cotidiana do bandeirante exatamente nos elementos da vida material que este usava em suas entradas no sertão. Assim, são os remédios, os alimentos, os caminhos percorridos e as técnicas em geral que Sérgio Buarque analisa para mostrar como as excursões dos bandeirantes só foram possíveis graças à incorporação, por parte destes, de costumes e elementos da vida material do nativo, revelando dessa forma as transformações do legado ibérico.

Sabe-se que a cultura material era uma questão importante para os autores da geração de Sérgio Buarque. Nesse sentido, basta lembrarmos de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (2000), com todas as suas referências à alimentação, por exemplo. Contudo, importa ressaltar a maneira específica com que Sérgio Buarque trata este tema. Os elementos da vida material servem menos como *exemplo* dos hábitos dos indígenas e bandeirantes do que como *pistas, indícios* de como a vida destes dois grupos sofreu transformações mútuas no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Tais elementos não são

⁵⁸ Carta de Sérgio Buarque de Holanda ao secretário da educação do estado de São Paulo, Vicente de Paula

provas ou evidências e sim *sinais* de como se processou a “produção e reprodução do social”, como afirmou Meneses acima. A diferença está no tratamento destes elementos, em que a ênfase é dada não no resultado final do contato entre estes dois grupos, mas sim no processo e na mudança que tal contato engendrou.⁵⁹

É possível, portanto, afirmar que o contato com as pesquisas etnológicas feitas e publicadas pelo Museu Paulista tenha chamado a atenção de Sérgio Buarque para este tipo de interpretação dos acontecimentos históricos e sociais, baseado na observação de elementos da cultura material.⁶⁰

Porém, sua experiência em outra instituição paulista no mesmo período também despertou o interesse deste autor para questões etnológicas. É de tal experiência que trataremos a seguir.

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo

Para bem entendermos a experiência de Sérgio Buarque de Holanda na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, é necessário situar esta escola no ambiente intelectual paulistano das décadas de 1940 e 1950. Por isso, vale a pena contextualizar o surgimento da mesma.

Em meados da década de 30 foram criadas duas instituições na cidade de São Paulo voltadas para o ensino e a pesquisa em ciências humanas. Eram duas faculdades: a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP, de 1933) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e

Lima, de 04 de dezembro de 1956. AMP: P203.

⁵⁹ A inspiração para as afirmações deste parágrafo vêm da definição de paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1990). Esta ligação entre o trabalho de Sérgio Buarque e as idéias de Guinzburg já foi objeto de observação e análise de Laura de Mello e Souza (1995) e Marcos Cezar de Freitas (1996).

⁶⁰ A relação entre a etnologia alemã, o conceito de cultura material dela derivado, e o uso deste conceito por Sérgio Buarque de Holanda será tratado na parte 2 desta dissertação.

Letras da USP (de 1934). Cada uma destas escolas se desenvolveu de uma maneira particular, criando uma “cultura” distinta em função de sua origem.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP foi criada em 1934 durante o governo de Armando de Salles Oliveira e teve Antonio de Almeida Prado como seu primeiro diretor. Logo após sua criação, um grupo de professores da França foi recrutado para lecionar nesta universidade – grupo do qual fazia parte o recém-formado filósofo Claude Lévi-Strauss. A chamada missão francesa teve forte influência na organização da Faculdade de Filosofia. Como afirma Limongi, na USP “a inspiração e a reprodução do modelo francês são evidentes” (Limongi 1989: 222). Como consequência, o ensino nesta faculdade era mais teórico e geral, pouco voltado às questões de ordem prática nas ciências humanas. O grupo de alunos era bastante heterogêneo, sendo constituído de filhos de famílias de classe alta, professores primários comissionados, filhos de famílias imigrantes e ainda alguns alunos de classe baixa, como Florestan Fernandes (Pontes 1998:143).

Já a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo foi fundada com características bem diferentes. A iniciativa de sua criação partiu, segundo Rubens Borba de Moraes, de um grupo de pessoas que, após a revolução constitucionalista de 1932, concluíram que “não havia gente informada sobre política, sobre sociologia, sobre economia, sobre, enfim, novas idéias de administrar e de conduzir a política de um país” (Moraes 2001b: 128). Este grupo, formado pelo próprio Rubens Borba, Mário de Andrade, Tácito de Almeida, Couto de Barros e Sérgio Milliet, procurou Cyro Berlink e Roberto Simonsen, que apoiaram a idéia e ajudaram a concretizar a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. É notável que o grupo inicial idealizador da idéia tenha sido todo composto de integrantes do movimento modernista. Como afirmou Rubens

Borba, “isso tudo vem da Semana de Arte Moderna, daquele grupinho da Semana de Arte Moderna” (Moraes 2001b:132).

Precisamente por causa destas motivações originais, o perfil da escola era diverso do da Faculdade de Filosofia da USP. Nos cursos, a ênfase era dada às questões práticas, à pesquisa de campo, à formação de “funcionários técnicos” que viessem a atuar nas políticas públicas do estado de São Paulo e do país. Esta escola tinha um caráter mais intervencionista e empirista que a faculdade da USP. Também seus alunos tinham perfil profissional diferente: eram, em sua maioria, advogados, médicos e engenheiros já formados que tinham interesse em estudar questões de sociologia, economia etc.

Havia, porém, similaridades importantes entre as duas escolas, sobretudo no que se refere ao perfil de recrutamento social de seus estudantes. Tanto na USP quanto na ELSP os alunos que freqüentavam o curso de ciências sociais compunham um grupo diferente do grupo de alunos dos cursos universitários mais tradicionais de São Paulo, como medicina, direito e engenharia. Como aponta Sergio Miceli, nas ciências sociais o contingente era formado por uma quantidade expressiva de mulheres, e os alunos provinham muitas vezes de famílias imigrantes, judias ou famílias tradicionais empobrecidas. Nos cursos de direito, ao contrário, havia poucas ou nenhuma mulher, e os estudantes eram membros de famílias tradicionais, ocupando posições de status e de destaque na sociedade paulista da época (Miceli 2001).

Bem como no caso da USP, também na ELSP foram convidados diversos professores estrangeiros para lá lecionar. Entre eles estavam Herbert Baldus, Horace Davis, Samuel Lowrie, Donald Pierson e Radcliffe-Brown (este último só trabalhou na escola durante o ano de 1942).

Além destas duas instituições, também o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo desempenhou um papel importante no desenvolvimento das pesquisas etnográficas durante a década de 30. Idealizado e dirigido por Mário de Andrade entre 1935 e 1938, deste órgão partiu a iniciativa para que Dina Lévi-Strauss desse um curso sobre etnografia, fundado principalmente na coleção etnográfica que ela e o marido, Claude Lévi-Strauss, haviam reunido durante sua primeira expedição no Brasil central (1935-36). O curso durou um ano e a partir dele foi criada, em 1937, a Sociedade de Etnologia e Folclore, que tinha como diretor Mário de Andrade e como primeira-secretária a própria Dina Lévi-Strauss. Segundo Grupioni, “a Sociedade propiciava um espaço de encontro intelectual, do qual participavam vários dos professores da Faculdade de Filosofia da USP” (Grupioni 1998: 127). Também a partir de um financiamento dado pelo Departamento de Cultura de São Paulo, o casal Lévi-Strauss pôde realizar sua segunda expedição, em 1938-39.

Foram estabelecidas relações íntimas entre o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo e a Escola Livre de Sociologia e Política. Como aponta Limongi, estas relações “estão na origem de algumas das primeiras pesquisas empíricas realizadas por professores e alunos da ELSP que tomam por objeto de estudo a cidade de São Paulo e as incipientes e mal-definidas políticas reformistas gestadas pelo Departamento de Cultura” (Limongi 1989: 220).

A relação entre as duas faculdades paulistas estava embasada num clima de rixa e competição entre elas. Tal competição era ainda fortificada pela proximidade dos professores e alunos das duas instituições. No caso dos professores, havia alguns que davam aula simultaneamente na ELSP e na USP, como Emilio Willems, Robert Mange e Raul Briquet. Mesmo os que não lecionavam no mesmo lugar, se encontravam nos espaços de produção e pesquisa em ciências sociais. O comentário de Mário Wagner Vieira da

Cunha sobre o professor uspiano Claude Lévi-Strauss é um bom exemplo da relação por vezes hostil entre estes pesquisadores:

“Havia uma briga muito grande entre ele [Lévi-Strauss] e Baldus, porque Lévi-Strauss pegava todos os livros de antropologia na biblioteca e levava pra casa, e como eram os únicos livros existentes no Brasil – naquele tempo era uma pobreza enorme de livros – eles ficavam sempre de briga. Havia uma competição, Baldus olhava para Lévi-Strauss e dizia assim: ‘Ô menino, você não sabe nada!’. E Lévi-Strauss respondia: ‘Não, mas vou saber’” (Cunha 2001:112).

Havia também alunos que transitavam entre as duas faculdades. Um exemplo a ser lembrado é Florestan Fernandes que, tendo concluído sua graduação na USP, defendeu seu mestrado na ELSP sob orientação de Herbert Baldus (“A Organização Social dos Tupinambá”, de 1947 – cf. Fernandes 1948), e depois voltou à USP, defendendo em 1951 sua tese de doutorado “A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá” (cf. Fernandes 1970). Apesar de tê-la escrito sob a orientação formal de Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes dedicou-a aos seus mestres Herbert Baldus e Roger Bastide (este, professor da USP), o que mostra o intercâmbio intelectual e acadêmico entre as duas universidades nas décadas de 1940 e 1950.

Foi neste contexto de intensa circulação acadêmica que Sérgio Buarque de Holanda passou a integrar o quadro de professores da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1947. Lá deu aulas de História Econômica do Brasil desde aquele ano até 1955, com interrupções parcial em 1949 e integral em 1953 e 1954, por ocasião de suas viagens à

França e à Itália, respectivamente.⁶¹ Assim como sua experiência no Museu Paulista, o trabalho nesta escola proporcionou a Sérgio Buarque o contato com pesquisadores de diversas áreas, inclusive de etnologia. Nesta instituição também trabalhou ao lado de Herbert Baldus que, como veremos, teve papel muito importante em sua carreira.

É o segundo período de Sérgio Buarque na ELSP que ilumina este ponto. No ano de 1957 o historiador ingressou novamente nesta escola, mas desta vez como aluno do curso de mestrado em Ciências Sociais.

De acordo com Octávio da Costa Eduardo, importantes professores da USP foram alunos de pós-graduação da ELSP, onde ele lecionou. Entre eles, estava Sérgio Buarque de Holanda, “que bateu às nossas portas para aqui fazer pós-graduação em Ciências Sociais. O curso incluía a matéria História Social e Econômica do Brasil, meio diplomaticamente encontrado para o grande historiador poder se candidatar à cátedra de História do Brasil da Universidade de São Paulo” (Eduardo 2001:24).

Sérgio Buarque obteve em 30 de julho de 1958 o grau de mestre em Ciências Sociais após a defesa, no dia 4 daquele mês, da dissertação “Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos”.⁶²

Com efeito, a iniciativa do autor para obter tal título deve ter sido motivada pelos requisitos acadêmicos necessários para o concurso de cátedra a que se submeteu na Faculdade de Filosofia da USP em outubro de 1958. Em seu *curriculum vitae*, preparado para ser apresentado neste concurso, consta que “colou grau de Bacharel em Ciências

⁶¹ Curriculum Vitae de Sérgio Buarque de Holanda apresentado por ocasião de seu concurso para cátedra na USP, 1958. Siarq: Vp88.

⁶² Comprovante da Divisão de Estudos Pós-Graduados da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 30 de julho de 1958. Referente aos estudos de pós-graduação completados por Sérgio Buarque de Holanda. Siarq:Vp 84.

Jurídicas e Sociais na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1957, tendo concluído o curso, no mesmo estabelecimento, em 1925”.⁶³

Percebe-se assim que as exigências do concurso o levaram a buscar os certificados necessários para a participação no mesmo: obteve, primeiramente, o certificado de ter concluído a graduação, para em seguida desenvolver sua dissertação de mestrado na ELSP e obter mais este grau. Entende-se deste modo inclusive a escolha do tema de seu mestrado, que parece ter sido um estudo preparativo para sua tese de cátedra “Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil”.

Entre a dissertação de mestrado e a tese de cátedra, que mais tarde foi publicada sob forma de livro, há diferenças que devem ser ressaltadas. Ambas têm como período delimitado a época dos descobrimentos portugueses, e ambas tratam da formação de algum aspecto da vida social e mental portuguesa em tal período, bem como recorrem à Espanha e à colonização da América espanhola como contraponto. Entretanto, se em *Visão do Paraíso* (Holanda 2000) Sérgio Buarque se preocupou em investigar as fantasias e idéias míticas que os colonizadores tinham com relação ao novo mundo ao aqui aportarem, em “Elementos Formadores...” sua atenção estava voltada para a composição social da população portuguesa quinhentista.⁶⁴

Assim, o autor inicia seu texto com um capítulo sobre a configuração da economia e do Estado portugueses que propiciaram as grandes navegações, as descobertas e a colonização majoritariamente litorânea da América Portuguesa e de Goa na primeira metade do século XVI. Termina tal capítulo afirmando que a configuração da nação portuguesa era então “uma breve epítome dos mundos explorados pelos seus homens”. Por

⁶³ *Curriculum Vitae*, 1958. Siarq: Vp 88. Grifos meus.

isso, nos capítulos seguintes, Sérgio Buarque se debruça sobre as incursões portuguesas no norte da África, que trouxeram os mouros negros à Portugal, e sobre a presença dos judeus na terra ibérica, durante e depois da Inquisição. Tendo deixado marcas definitivas nos traços físicos e na vida social dos portugueses, os mouros negros e os judeus eram os chamados elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos.

Por isso, afirma sobre os negros em Portugal:

“Acrescentando-se a uma população que já comportava tantos componentes heterogêneos, contribuíram eles para fazer do Portugal quinhentista e seiscentista um autêntico melting-pot de raças, como só seriam mais tarde certas conquistas ultramarinas e o são, ainda em nossos dias, as várias nações do Novo Mundo.”⁶⁵

Em *Visão do Paraíso* não há tamanha apreciação da composição social da sociedade portuguesa nos séculos XVI e XVII. Ainda assim, podemos supor que este estudo de mestrado tenha servido de base para Sérgio Buarque desenvolver sua tese de cátedra. Do ponto de vista das fontes utilizadas, “Elementos Formadores...” apresenta um tipo de orquestração de bibliografia e documentos de diferentes teores bastante típica deste autor. Observamos, neste sentido, a utilização de obras literárias (como o teatro de Gil Vicente e a *Divina Comédia* de Dante) conjugadas com documentos de época (como os relativos ao Santo Ofício), assim como com livros de outros historiadores (como o de Hermann Wätjen sobre a colonização holandesa em Pernambuco).

Apesar de ser importante a constatação dos motivos que o fizeram buscar seu título de mestrado na ELSP, é preciso atentar também às disciplinas que constam do histórico

⁶⁴ Original datilografado da dissertação “Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimientos”. Siarq:Pi 175.

escolar de mestrado de Sérgio Buarque de Holanda. Elas revelam muito do papel de Herbert Baldus na carreira do escritor, e sua análise nos impede de atribuir uma função estritamente pragmática para o segundo período de Sérgio Buarque naquela escola.

Além de uma disciplina sobre história do Brasil, o histórico escolar do escritor apresenta também as seguintes matérias: “Índios da América do Sul”; “Problemas de Aculturação”; “Índios do Brasil”; “Problemas de Mudança Cultural”; “Pesquisas no Brasil” e “Alemão”. O professor que assinava como responsável por todas essas disciplinas era o mesmo: o etnólogo Herbert Baldus.⁶⁶

Não se pode ter certeza se o historiador de fato assistia às aulas ou chegou a cursar estas disciplinas. Contudo, o simples fato de elas constarem do histórico do autor indica que ele as escolheu – ao menos burocraticamente, para cumprir as exigências para a titulação – em detrimento de uma série de outras, mais voltadas para a sociologia, que também eram então oferecidas. Este fato mostra o interesse do escritor pelas questões discutidas pela antropologia no período. Mostra, também, que sua relação com Herbert Baldus não se limitava aos projetos do Museu Paulista, e refletia um interesse comum pelo estudo do que então se chamava de contato cultural e aculturação.

Com efeito, do ponto de vista do conteúdo das pesquisas feitas, podemos notar que a preocupação da antropologia com processos como a aculturação, a mestiçagem, as culturas híbridas, e a mudança cultural marcou as décadas de 1930 a 1950. Como apontou Florestan Fernandes, o estudo sobre mudança cultural era feito em quatro unidades

⁶⁵ Original datilografado da dissertação “Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimientos”, p.138. Siarq:Pi 175. Grifos do autor.

⁶⁶ Histórico das disciplinas cursadas por Sérgio Buarque de Holanda na Escola Livre de Sociologia e Política, 1958. Siarq: Vp 85.

diferentes: os grupos indígenas, as culturas afro-brasileiras, as culturas camponesas e as culturas transplantadas pelos imigrantes (Fernandes 1958:39).

Interessa aqui contextualizar os estudos de mudança entre grupos indígenas, afinal o contato com Baldus e o trabalho no Museu Paulista proporcionaram a Sérgio Buarque o conhecimento exatamente desta vertente da antropologia do período.

Entre os muitos trabalhos da época que se preocupavam com esse tipo de problema, vale mencionar o de Herbert Baldus, que foi um dos primeiros pesquisadores a alertar para a necessidade de se estudar tais temas em seu *Ensaio de Etnologia Brasileira*, de 1937. Neste livro, o etnólogo alemão define o termo “cultura” e a disciplina etnológica:

“‘Cultura’, no sentido que lhe dão os etnólogos, é a expressão harmônica total do sentir, pensar, querer, poder, agir e reagir de uma unidade social, expressão essa que nasce de uma combinação de fatores hereditários, físicos e psíquicos, com fatores coletivos morais, e que unida ao equipamento civilizador (instrumentos, armas etc), dá à unidade social a capacidade e a independência necessárias à luta material e espiritual pela vida. *Um dos problemas principais da etnologia é estudar a mudança contínua desta expressão e as causas desta mudança.*” (Baldus 1937: 17 – grifos meus).

Segundo Egon Schaden, esta preocupação de Baldus com a mudança cultural vinha de sua formação berlinense com o etnólogo Richard Thurnwald (1869-1954).⁶⁷ Como discípulo deste, Baldus “sofrera a influência da teoria funcionalista propugnada pelo mestre e (...) via no estudo da mudança cultural um meio propício para utilizar os princípios metodológicos propostos pelos adeptos desta teoria” (Schaden 1976: 14). Além disso, para

⁶⁷ Richard Thurnwald fez pesquisas na Nova Guiné e na Melanésia, e foi professor da Universidade de Berlim. Seus trabalhos seguiam preocupações funcionalistas e debatiam especialmente com a escola dos círculos culturais, do padre Wilhelm Schmidt. Menos preocupado com questões históricas do que Schmidt, Thurnwald se interessou pelos eventos típicos das sociedades e procurou entender seus mecanismos de funcionamento (Lowie 1946: 294-303).

Baldus, o estudo da mudança cultural deveria servir de base para a formulação de políticas indigenistas no país, sendo esta uma das questões que mais marcaram sua carreira e sua atuação como antropólogo.⁶⁸

Com efeito, os estudos de mudança cultural, até o início da década de 1960, buscavam traçar a difusão de traços culturais entre diferentes grupos, e registrar as mudanças de cultura que levavam a perdas e alterações do que consideravam ser a cultura original de um grupo. Assim, vários trabalhos se preocupavam em descobrir se determinado grupo indígena ainda era essencialmente indígena em seus costumes ou se já havia se assimilado à sociedade nacional. O seguinte comentário de Florestan Fernandes, em um balanço escrito em 1958 sobre os estudos de aculturação indígena, é ilustrativo das idéias sob as quais a noção de aculturação estava construída: “a tendência limite, nas condições de contato contínuo e intenso dos índios com os brancos, consiste na ‘mudança total’ das culturas indígenas, com a desagregação e a *progressiva substituição da herança cultural nativa pela cultura das populações brasileiras circundantes.*” (Fernandes 1958:39 – grifos meus).

Este tipo de abordagem estava fortemente embasado nos estudos norte-americanos sobre aculturação, que eram uma das preocupações centrais da antropologia nos Estados Unidos então. De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira, no Brasil “a influência americana sobrepuja as demais [britânica e francesa]” (Cardoso de Oliveira 1994:42) no que concerne os estudos de aculturação.⁶⁹

⁶⁸ Sobre a obra e a trajetória de Herbert Baldus, conferir Passador 2002.

⁶⁹ Neste sentido, um texto publicado em 1936 por Robert Redfield, Ralph Linton e Melville Herskovits, o “Memorandum for the study of acculturation”, serviu de guia para os estudos de aculturação norte-americanos e conseqüentemente ecoou também nos estudos brasileiros. Em tal texto os autores tratam aculturação como a recepção, perda e incorporação de traços culturais por parte de uma cultura em contato (direto, indireto, contínuo ou intermitente) com outra, que a domina. O fenômeno é estudado como uma equação, cujos resultados possíveis são a *aceitação* (a cultura mais fraca assimila os valores e padrões culturais da outra em

Contudo, na década de 1950 alguns antropólogos brasileiros começaram a repensar esta forma de entender a mudança cultural e a propor interpretações mais dinâmicas deste processo. O discurso de Eduardo Galvão na primeira reunião brasileira de antropologia, ocorrida no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1953, refere-se diretamente à necessidade de se atentar não apenas à difusão de traços da cultura ocidental, mas sim ao processo total de mudança desencadeado pelo contato entre culturas:

“Nas monografias sobre grupos indígenas os capítulos de aculturação ou de mudança cultural sofrem ainda de certa limitação que advém da falta de conhecimento da cultura cabocla ou da frente pioneira que entra em contato com o índio. As observações, ou a constatação de aculturação são acentuados em torno de alguns elementos de cultura material, como ferramentas, roupas, utensílios domésticos e idéias religiosas. Nossa preocupação maior tem sido a de reconstituir a cultura tradicional. O que não está errado, pois essa reconstrução histórica é essencial para se compreender o mecanismo das mudanças que tiveram lugar, mas que de certo modo nos tem tolhido, ou pelo menos, não facilitado a visão de problemas mais dinâmicos. O objetivo da antropologia, afinal de contas, não é apenas descrever as culturas indígenas como se encontram no momento, mas o de tentar alcançar a dinâmica e o funcionamento de transmissão e de mudança cultural.” (E. Galvão 1957:71 – grifos meus).

Os trabalhos de Darcy Ribeiro e de Roberto Cardoso de Oliveira – especialmente seu conceito de *fricção interétnica* (Cardoso de Oliveira 1994) são representativos deste novo tipo de abordagem dos problemas de aculturação. Além disso, este processo de mudança engendrado pelo contato dos índios com o mundo dos brancos, acreditava-se então, levaria à destribalização e à eventual extinção das sociedades indígenas. Por isso os

sua totalidade), a *adaptação* (elementos tradicionais e externos se combinam e formam uma unidade cultural mista), ou a *reação* (surgimento de movimentos contra-aculturativos que buscam manter a cultura original

estudos de etnologia deste período traziam também importantes conclusões e considerações sobre a política indigenista nacional. A ligação entre pesquisa antropológica e indigenismo, que já estava presente na antropologia brasileira, ganhou impulso com os trabalhos deste período.

Sérgio Buarque, como sabemos, publicou *Caminhos e Fronteiras* em 1957, livro que também estava inserido neste conjunto de investigações sobre mudança cultural. Ainda que partindo de um foco diferente das demais obras citadas, pois tinha como foco principal a história, este estudo apresenta uma investigação aprofundada de como os modos de vida do indígena e do colonizador português se transformaram mutuamente para dar lugar a um novo modo de vida, a uma nova cultura: a do bandeirante.⁷⁰ Vale ressaltar que este livro foi publicado exatamente na época em que Sérgio Buarque fez seus cursos de pós-graduação com Herbert Baldus.

Podemos afirmar, desse modo, que, se por um lado a intenção desse escritor ao procurar a ELSP foi de fato obter o grau de mestre para poder fazer o concurso na USP, por outro ele aproveitou a oportunidade para aprofundar seus conhecimentos sobre temas antropológicos, conhecimento este que foi utilizado pelo autor para escrever *Caminhos e Fronteiras*.

Sérgio Buarque de Holanda, historiador: uma presa fácil de seu tempo?

A epígrafe deste texto, retirada de uma entrevista concedida por Sérgio Buarque em 1976, comporta a idéia de que um historiador está sempre sujeito às influências das preocupações de seu tempo. Se por um lado parece exagerado e um tanto reducionista

sem novos elementos). (Redfield *et. al.* 1936)

afirmar de um intelectual que seja “presa fácil” de seu tempo, por outro é pertinente dizer que uma obra está sempre em diálogo com o contexto em que foi produzida.

Assim procuramos, nesta parte da dissertação, investigar os diversos momentos da carreira profissional de Sérgio Buarque de Holanda com o objetivo de entender quais relações, instituições e experiências o influenciaram no desenvolvimento de parte de sua obra. Não pretendemos com isso afirmar que o que este autor escreveu foi fruto único e direto destas experiências, mas sim mostrar como o entendimento de uma obra acadêmica passa também pelo conhecimento da vida e da trajetória de seu autor.

⁷⁰ Na parte 2 desta dissertação a questão de como Sérgio Buarque interpreta a mudança cultural será discutida com mais vagar.

Parte II

Os etnólogos alemães na conquista do oeste

A construção da obra

Neste capítulo analisaremos os livros *Monções*, de 1945 (bem como sua versão estendida, de 1990) e *Caminhos e Fronteiras*, de 1957.⁷¹ Em ambos Sérgio Buarque de Holanda trata da expansão da colonização portuguesa para o oeste do território da colônia nos séculos XVII e XVIII. O foco central desta análise será o diálogo que este historiador estabeleceu, nestes textos, com a antropologia, especialmente em sua vertente alemã.

Estes dois trabalhos podem ser destacados como um conjunto especial da obra de Sérgio Buarque de Holanda não só pelo seu tema em comum (isto é, a expansão colonizadora portuguesa), mas também pelo ponto de vista que adotam: neles, o conhecimento e as técnicas indígenas são tomados como os instrumentos que possibilitaram as bandeiras, monções e o povoamento do interior da colônia em geral.

Além disso, os dois livros são fruto de um mesmo interesse e esforço de pesquisa do autor. Na nota à primeira edição do livro sobre as viagens fluviais dos colonizadores, Sérgio Buarque esclarece:

“Nas páginas que se seguem, não tive o propósito de tentar uma história sistemática e rigorosamente cronológica das monções setecentistas. Nem era minha intenção separá-las de um estudo onde, em quadro mais amplo, se analisassem aspectos significativos da implantação e expansão, em terra brasileira, de uma civilização adventícia. (...). Esse estudo acha-se realizado

⁷¹ Alguns capítulos destes livros foram publicados também sob forma de artigo: de *Monções*, o capítulo “Caminhos do Sertão” teve sua segunda versão publicada na Revista de História (Holanda 1964) e em seguida foi incorporado à terceira edição do livro (Holanda 1990). De *Caminhos e Fronteiras*, o capítulo “Índios e Mamelucos na Expansão Paulista” fora publicado pelos Anais do Museu Paulista em 1949 (Holanda 1949b), e “As Técnicas Rurais no Brasil durante o século XVIII” nas Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em 1953 (Holanda 1953).

apenas em parte. Se puder retomá-lo depois de uma interrupção forçada, que talvez ainda se prolongue por alguns anos, há de incluir a parte sobre Monções, que agora vai publicada separadamente.” (Holanda 1990:13)

De fato, após 12 anos, o estudo sobre a expansão da civilização portuguesa nas terras da colônia foi publicado, sob forma do livro *Caminhos e Fronteiras*. Em sua introdução, o historiador indica que tal livro é uma continuação do anterior:

“Já no prefácio àquela obra [*Monções*] fora assinalado o intento, que presidira à sua própria elaboração, de incluí-la em quadro mais amplo, onde se apresentariam certos aspectos significativos da implantação em terra brasileira de uma civilização adventícia (...). O fato é que aquela obra fora, não só pensada mas redigida, em sua versão inicial e ainda sumária, juntamente com os capítulos que formam a primeira seção do atual volume.” (Holanda 2001:10 – acréscimos meus)

Percebe-se, assim, que *Caminhos e Fronteiras* e *Monções* são livros que estão ligados não só pelo tema comum, mas como resultados de uma mesma preocupação e de uma pesquisa continuada do autor.

Esta parte da obra de Sérgio Buarque foi produzida ou publicada pela primeira vez exatamente no período intermediário entre a publicação dos dois livros pelos quais hoje é mais conhecido – *Raízes do Brasil*, cuja sua primeira edição saiu em 1936 e a segunda, contendo várias alterações, em 1945, e *Visão do Paraíso*, publicado em 1959. Contudo, o interesse do historiador pelo tema da colonização do interior do país não se esgotou com a publicação do segundo livro sobre o assunto, em 1957.

Isto pode ser melhor compreendido através da análise da elaboração das três edições do livro *Monções*. Publicado primeiramente em 1945, o livro era fruto de estudo sobre as navegações fluviais dos portugueses no Brasil, mas se inseria num interesse maior do autor

sobre a expansão da civilização portuguesa pelo interior do novo mundo. Tendo vindo a lume com a ressalva de que um estudo mais alentado sobre o tema ainda estava por ser feito, *Monções* teve tiragem reduzida e esgotou-se rapidamente. A segunda edição, entretanto, só apareceu em 1976, e sem alterações de conteúdo devido ao envolvimento de Sérgio Buarque com outros projetos, como ele mesmo justificou (Holanda 1990:9).

Isto não significava, porém, que o historiador não se dedicasse a novas pesquisas sobre as navegações e as entradas para o interior da colônia no período que separou a primeira da segunda edição do livro. O próprio Sérgio Buarque ressaltou tal fato, na nota à 2ª edição: “Nada me impediu, contudo, de ocupar-me durante estas décadas, com intermitências mais ou menos dilatadas, de coligir nova documentação sobre navegações fluviais setecentistas e oitocentistas e seus reflexos na vida brasileira” (Holanda 1990:9).

Com efeito, em seu conjunto de documentos pessoais consta um esboço de um projeto de pesquisa em que o autor pretendia fazer

“o levantamento e a coleta de fontes para o estudo da navegação dos rios entre S. Paulo e o extremo oeste do Brasil durante os séculos XVIII e XIX. Esse estudo visa a ampliar consideravelmente em nova edição, que atualmente se elabora, a obra *Monções* de autoria do abaixo assinado, a qual, publicada pela primeira vez em 1945, se encontra de há muito completamente esgotada”.⁷²

Este projeto foi enviado a uma agência de fomento à pesquisa e, em 1965, o auxílio requerido foi concedido.⁷³ A investigação parece ter sido conduzida em algum momento dos quatro anos que se seguiram à outorga, uma vez que em 1969 a mesma agência de fomento enviou ao historiador um ofício informando a aprovação da prestação de contas

⁷² Anotações de pesquisa. Siarq: Pi 1315/68:101.

⁷³ Termo de outorga e aceitação de auxílio à pesquisa da FAPESP. São Paulo, 9 de junho de 1965. Siarq: Vp109.

relativa ao auxílio concedido.⁷⁴ Ou seja, o interesse do autor pelo tema da entrada para o sertão, que se iniciara em 1942 no Rio de Janeiro,⁷⁵ perdurou por pelo menos mais três décadas.

O resultado bruto desta pesquisa, que incluiu estudo de fontes manuscritas do Arquivo e da Biblioteca Pública do Estado do Mato Grosso, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Biblioteca Nacional, pode ser encontrado nas anotações de pesquisa de Sérgio Buarque. Cerca de 20 cadernos contêm cópias de documentos diversos referentes às entradas pelo sertão, às bandeiras e às monções do período colonial. Neste conjunto destacam-se três tipos de fontes: primeiro, uma série de cartas escritas por exploradores portugueses ao rei de Portugal relatando a descoberta do ouro, bem como suas expedições pelo sertão e as dificuldades e confrontos com grupos indígenas ao longo do caminho.⁷⁶ Segundo, dados numéricos sobre a produção e os preços de produtos agrícolas assim como de listas de criação de animais nos regiões do Mato Grosso e São Paulo, entre 1600 e 1800. Terceiro, documentos referentes às cidades de Itu, Sorocaba, Porto Feliz e Cuiabá, incluindo vários recenseamentos de moradores destas cidades ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Vemos, então, de que se compunham as fontes documentais usadas por Sérgio Buarque para escrever seus estudos sobre as monções e as bandeiras: cartas de colonizadores dos séculos XVII e XVIII e registros oficiais do governo da colônia sobre as cidades da rota do ouro. Ao lado destes documentos, o autor faz referência a trabalhos de outros estudiosos da história do Brasil, como Capistrano de Abreu, Affonso Taunay,

⁷⁴ Ofício de aprovação de prestação de contas da FAPESP. São Paulo, 13 de março de 1969. Siarq: Vp 122.

⁷⁵ Anotações de pesquisa. Siarq: Pi 1315/68:101.

⁷⁶ Estas cartas podem ser encontradas em muitas partes das anotações de pesquisa do autor. Conferir, por exemplo, Pi 347/15:15 e Pi 348/15:27.

Alfredo Ellis Jr, Paulo Prado e Caio Prado Jr. Além disso, ele se refere com muita frequência aos livros de alguns etnólogos alemães que fizeram expedições na América do Sul entre os séculos XIX e XX. Este último conjunto de obras, isto é, o uso que Sérgio Buarque fez dele, será o foco central deste texto. Como se pretende mostrar, as obras dos viajantes alemães não serviu apenas de fonte de dados, mas também de fonte de inspiração metodológica para o historiador brasileiro.

Interessa-nos portanto entender dois pontos: de que maneira ele organizou este material dentro dos textos, e a partir de que conceitos e linhas de interpretação ele transformou seus dados em uma análise da história da colonização do interior do novo mundo nos séculos XVII e XVIII.

A etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque

Começemos pelo segundo ponto. Apresentaremos, no texto que segue, os principais argumentos de *Monções* e de *Caminhos e Fronteiras* ressaltando algumas particularidades e características que revelam como seu autor usou noções caras à antropologia para confeccionar seus argumentos.

Monções, como já afirmado, é um livro que trata das viagens fluviais feitas pelos exploradores portugueses durante os séculos XVII e XVIII. Partindo de Porto Feliz em direção a Cuiabá, estas viagens foram motivadas pela falta de negros para dar conta do trabalho necessário na região sudeste da colônia. De acordo com o autor, os colonizadores saíam à procura de índios que, melhor adaptados às condições do ambiente americano, poderiam substituir o braço escravo (Holanda 1990). Esta busca se deu tanto por via terrestre, nas bandeiras, quanto por via fluvial, através das monções. E, tanto em um caso quanto no outro, a adaptação do projeto europeu às técnicas indígenas foi fundamental.

Após esta constatação, o autor tece uma explicação detalhada sobre como o transporte fluvial era feito. A explicação inclui uma descrição de como eram construídas as embarcações, tanto no seiscentos quanto no setecentos, ressaltando que os métodos e o material empregado vinham da tradição indígena. Assim, afirmando que os rios e as correntezas impunham necessidades específicas para o sucesso da jornada, conclui: “O reino vegetal dita, por conseguinte, não só as dimensões como a própria configuração dos barcos, ao mesmo passo em que fornece a matéria de que eles são feitos.” (Holanda 1990:30).

O terceiro capítulo trata da descoberta do ouro no início do século XVIII, e do movimento rumo ao extremo oeste da colônia que tal descoberta engendrou. Depois da afirmação de que a busca deste metal precioso fez aumentar a frequência, o número e a importância das viagens fluviais, o autor volta no tempo e mostra que a técnica da navegação teve sua fase de maior desenvolvimento com o declínio das bandeiras (Holanda 1990:73), estabelecendo assim uma ordem cronológica para os dois tipos de exploração do sertão.

Tendo feito tal separação, Sérgio Buarque passa a comparar as monções e as bandeiras e chega a uma conclusão sobre a diferença entre as duas atividades. Para ele, apesar de ambas atividades serem desenvolvidas pelas mesmas pessoas, as monções deixam menor espaço às vontades individuais e têm uma “ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens” (Holanda 1990:72).

O próximo capítulo é dedicado à descrição das viagens fluviais em si. Para isso, Sérgio Buarque usa como fonte principal cartas e diários dos membros das expedições, manuscritos setecentistas sobre a navegação fluvial, bem como documentos oficiais do

período. Usando tal material, o historiador relata os encontros e conflitos com grupos indígenas sofridos pelas expedições, assunto recorrente das cartas e diários. Assim, Sérgio Buarque sugere que os Paiaguá seriam os índios mais temidos pelos monçoneiros, por terem sido “durante meio século e mais, o grande flagelo dos navegantes das monções.” (Holanda 1990:104). Acrescenta, ainda, que no presente pouco se sabe sobre estes índios, sequer se existiram de fato como grupo, ou se tiveram contato com outros indígenas: “Nenhum homem de ciência chegou a coligir dados seguros, que permitam esclarecer as conexões possíveis entre esse e outros grupos indígenas de nosso continente.” (Holanda 1990:104).

O capítulo final do livro segue o rumo das monções e trata da alimentação dos navegantes durante a jornada, e das dificuldades para levar e conservar os alimentos. Termina, em seguida, com a chegada das monções em Cuiabá, seu destino final, e com uma breve descrição do comércio durante a jornada.

Um dos pontos centrais do livro é afirmar a importância da adaptação dos europeus aos costumes indígenas no decorrer da conquista do sertão. No caso das monções, esta adaptação começava com a construção das embarcações. Por isso, Sérgio Buarque dedica muitas páginas de seu livro à descrição detalhada de como as canoas, jangadas e balsas eram fabricadas, usando para isso relatos de jesuítas e cartas de exploradores que explicavam como tais construções eram feitas. A ênfase é sempre colocada no fato de que os métodos utilizados haviam sido aprendidos com os índios. Assim, por exemplo, após explicar que tipos de madeira eram usados para a fabricação de canoas (ubás, pirogas e samaueiras), o historiador completa:

“*Um fato positivo*, em todo caso, é que recorrendo à matéria-prima indígena, os primeiros colonos e seus descendentes também mantiveram a técnica de

construção naval dos naturais da terra. Não se pode afirmar que, durante a era colonial, o imigrante europeu tenha acrescentado grande coisa à arte de navegação interior, tal como já a encontrara, praticada entre o gentio.” (Holanda 1990:28 – grifos meus).

A adaptação aos costumes indígenas é considerada, neste trecho, um fato positivo. Porém essa apreciação positiva da influência indígena não domina todas as partes do livro, especialmente se compararmos a versão escrita para a primeira edição, em 1945, e a versão publicada postumamente.

Na terceira edição de *Monções*, de 1990, aparecem como anexo três capítulos que haviam sido reescritos pelo autor após a publicação da segunda edição, em 1976. Em um deles, “Caminhos do Sertão”, Sérgio Buarque descreve alguns aspectos da vida material dos sertanistas em que os europeus foram os responsáveis pela introdução de elementos desconhecidos do outro grupo, como no caso de instrumentos de cultivo como machado, foice e enxada, e espécies animais como galinhas, porcos, bois e cavalos. Tem-se assim logo a constatação da contribuição européia para a construção da vida no novo mundo: o contato cultural contou, portanto, com elementos novos trazidos pelas duas sociedades. O uso destes novos elementos é objeto de análise do autor. Ao tratar dos cavalos, introduzidos pelos europeus, Sérgio Buarque constata que eles eram utilizados sem o uso de ferraduras, e acrescenta:

“É fácil imaginar como essa ignorância ou ausência de um acessório que permite ao cavalo circular em toda estrada e suportar grandes pesos devesse diminuir-lhe o uso e utilidade. Neste particular o colonizador europeu, além de expor-se à ação transformadora do convívio com o indígena, *retrocedeu* nos séculos XVI e XVII a condições que a Europa medieval tinha superado desde os séculos XI e XII e que o Extremo Oriente irá dentro em pouco ultrapassar.

(...). Idêntica *involução* ocorre aliás em outros setores, especialmente na lavoura.” (Holanda 1990:169 – grifos meus).

Identifica-se neste trecho um outro tipo de valorização da adaptação aos costumes nativos. Há, para Sérgio Buarque, uma hierarquia dos usos e costumes, e o fato de o europeu ter tido de se adaptar aos hábitos indígenas nem sempre significou avanço ou progresso do ponto de vista das técnicas. O historiador revela sua crença na existência de uma evolução dos costumes humanos, pelo menos do ponto de vista das técnicas materiais, e mostra assim um paradoxo: para poder alcançar algum progresso em suas atividades exploratórias, os colonizadores tiveram entretanto de “rebaixar seu patamar de civilidade, retrocedendo a padrões mais rudes e primitivos” (Blaj 1998:37). Vale ressaltar que o subtítulo desta parte do texto é exatamente “Volta à Idade Média”.⁷⁷

Com esta breve comparação, é possível constatar dois pontos. Em primeiro lugar, percebe-se que a opinião do historiador sobre a adaptação aos costumes nativos não é única ou linear: ele a considera como uma necessidade para a sobrevivência, mas está atento aos diversos aspectos da vida no novo mundo em que, por um lado, o europeu adotou técnicas nativas e, por outro, aqueles em que foi o colonizador quem trouxe a novidade. Estes dois aspectos, quando vistos em conjunto, mostram uma dinâmica que permitiu o sucesso das monções e bandeiras e que, acima de tudo, foi o motor da criação de um terceiro estilo de vida que se instalou no novo mundo: não o do indígena ou do europeu, mas sim do americano.

⁷⁷ Em *Caminhos e Fronteiras* esta idéia do retrocesso aparece literalmente. Sobre a adoção por parte dos portugueses do costume indígena de observar as pegadas no chão e os galhos quebrados de árvores para identificar o caminho feito pelos inimigos, Sérgio Buarque comenta: “O retrocesso a condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e com o habitante da selva, é uma etapa necessária nesse feliz processo de aclimação [entre invasor e nova terra]” (Holanda 2001:21).

Isto nos leva ao segundo ponto. Quando trata dos elementos introduzidos pelo europeu e de como foram usados, ou da adaptação dos costumes indígenas por parte dos adventícios, Sérgio Buarque está tratando de questões sobre contato cultural e mudança cultural. Este ponto nos permite afirmar a proximidade destes trabalhos do historiador com a antropologia.

Conforme indicado no capítulo anterior, a discussão sobre mudança cultural estava na ordem do dia da antropologia brasileira nas décadas de 1930-1950, especialmente através de estudos etnográficos e estudos de comunidade. Porém, não é exatamente nos antropólogos ou na antropologia brasileira que Sérgio Buarque se inspirou para tecer seus argumentos, e sim na etnologia alemã, como ficará claro a seguir.

Devemos começar constatando o conhecimento que o historiador tinha da etnologia alemã. Neste sentido, o fato de o autor de *Raízes do Brasil* ter traduzido uma das principais obras da teoria difusionista alemã é de fundamental relevância.

Trata-se do texto do padre Wilhelm Schmidt “Kulturkreise und Kulturschichten in Südamerika”, publicado em 1942 pela Editora Nacional sob o título *Ethnologia Sul-Americana* (W. Schmidt 1942). Originalmente um artigo do volume de 1913 da revista *Zeitschrift für Ethnologie*, este livro propõe um tipo de análise das culturas indígenas sul-americanas baseada no estudo de sua vida econômica e material. O objetivo da análise seria descobrir, através da observação de objetos e técnicas comuns a mais de um grupo, quais povos teriam entrado em contato entre si, identificando assim as rotas de migração dos povos dentro do continente. As conexões históricas seriam a explicação de fatos como a transmissão de mitos indígenas, e da mudança cultural entre os grupos indígenas. Em última análise as semelhanças e diferenças entre os povos se deveriam também a estas ligações.

Segundo Robert Lowie, os difusionistas alemães – dos quais Wilhelm Schmidt foi um dos mais importantes – viam “a humanidade como um todo conectado e trataram de combinar os fatos antropológicos com os arqueológicos”, de modo a reconstruir a história humana em sua totalidade. (Lowie 1946:228). Assim, faz sentido que a conexão histórica e o contato entre os diferentes povos sejam o foco desta teoria.

Voltemos aos textos de Sérgio Buarque, então. Ainda que não defenda abertamente a idéia dos círculos culturais, ele faz uso dela sem nomeá-la. Há alguns trechos de *Monções* que deixam isto claro.

Após apresentar o problema do livro, no primeiro capítulo, e em seguida explicar como era feito o transporte fluvial no segundo, no terceiro capítulo, chamado “Ouro”, o historiador trata da descoberta deste metal precioso e das dificuldades encontradas em se obtê-lo. Assim, ele explica que a tal descoberta motivou a ida de muitos exploradores para a região de Cuiabá, no início do século XVIII, e que a jornada entre Porto Feliz e a região das minas desafiava o explorador com vários tipos de empecilhos. A necessidade de se levar e de se conservar mantimentos durante a navegação, por exemplo, era um problema que só foi resolvido aos poucos com a introdução da lavoura e a criação de animais nos locais em que os colonizadores se instalavam (Holanda 1990:54). Além disso, foi necessário se desenvolver embarcações que suportassem a grande quantidade de homens e objetos transportados, bem como regular o fluxo fluvial que muito aumentou nas primeiras décadas do setecentos (Holanda 1990:57).

Nestas jornadas, a presença em grande quantidade de mosquitos tornava necessário o uso de algum tecido para proteção de tripulantes e passageiros das canoas, e uma das soluções encontradas foi o uso de um objeto de pano chamado “mosquiteiro”. Depois de fazer esta afirmação, o autor especula sobre a origem do objeto:

“O próprio mosquiteiro não parece ter sido utilizado, ou sequer conhecido, nesses primeiros tempos. Tudo tenderia a indicar que, ao surgir mais tarde com as monções, foi elemento adventício, transplantação, talvez, do tradicional mosquiteiro da Europa.” (Holanda 1990:61).

Em seguida, aponta seu uso entre os índios:

“Depoimentos bem mais recentes [que as crônicas seiscentistas] ainda registram seu emprego fora da Amazônia, entre diferentes grupos indígenas, como os Yucaré e os Guató: nada prova, em todo o caso, que nestes últimos exemplos não seja resultado do contato com os brancos.(...) Que tal instrumento ocorresse entre os Omagua e tribos vizinhas, quando ainda estivessem de qualquer comércio com europeus, parece mais do que presumível. E se a difusão cingiu-se especialmente a essa área restrita, foi sem dúvida pela dificuldade, entre povos tão primitivos e isolados, de se obterem tecidos próprios.” (Holanda 1990:61).

Sérgio Buarque não chega a uma conclusão sobre a proveniência do mosquiteiro. Contudo, sua preocupação em tratar detalhadamente da origem deste objeto é um bom exemplo de como o historiador não só conhecia mas também dialogava com os pressupostos da teoria difusionista que, ao menos durante o início do século XX, fizera parte da antropologia.

Evidentemente, o autor de *Monções* não tem por objetivo chegar a uma história totalizante da humanidade, nem de procurar as conexões históricas entre os grupos indígenas da América do Sul. Porém, a determinação da origem indígena ou adventícia dos objetos e costumes dos sertanistas – uma constante nos textos de Sérgio Buarque – sugere que ele fazia uso pelo menos do método do difusionismo, ainda que com um objetivo diferente. Afinal, se para os difusionistas culturais o estudo da cultura material dos povos indígenas era o caminho para entender as migrações, e contatos entre eles, e portanto a

história da humanidade, para Sérgio Buarque a cultura material é o meio para entender o contato entre índios e colonizadores ou, em outras palavras, “a base para a reconstrução do passado histórico” (Blaj 1998:30).

Do mesmo modo, quando trata dos grupos indígenas encontrados pelos exploradores durante as viagens fluviais, Sérgio Buarque cita os Guaicuru e explora a origem do uso do cavalo entre eles. Afirma, primeiramente, que este grupo indígena, quando encontrado pela primeira vez pelos colonos, já estava de posse de uma série de objetos europeus, como cavalgadas e armas, além de estar usando cavalos. Sobre o uso destes animais, supõe que tenha sido introduzido pelos espanhóis: “Essa aquisição deu-se, certamente, nos momentos iniciais da colonização e foi tão rápida que, em geral, as mais antigas reminiscências deixadas no conquistador, por semelhantes tribos, já os apresentam inseparáveis de seus cavalos.” (Holanda 1990:94). Em seguida, traça hipóteses sobre como tal aquisição teria ocorrido:

“Embora não se conheçam as etapas históricas dessa aquisição tudo inclina a crer que ela não terá exigido da parte do Guaicuru nenhuma readaptação violenta a novas normas de existência. Em outras palavras, sua vida não precisou suportar nenhuma transformação verdadeiramente radical, para acomodar-se ao uso do equino.” (Holanda 1990:95).

Percebe-se neste trecho, novamente, uma preocupação não apenas em se estabelecer a origem do uso do cavalo entre estes índios, mas também a atenção ao passo anterior: definir que objetos e técnicas faziam parte, originalmente, de que cultura, e mostrar como se deu a aquisição por parte da outra. Em outras palavras, Sérgio Buarque buscava entender a mudança cultural através da aquisição e troca de objetos e técnicas. Isto está de acordo com os métodos da teoria difusionista.

Contudo não é apenas ao difusionismo que Sérgio Buarque se reporta. O historiador indica conhecer correntes teóricas que se opunham às idéias difusionistas, e chega a oferecer exemplos de fatos que poderiam render argumentos a uma ou outra. Assim, quando trata, logo no início do livro, das embarcações indígenas usadas pelos europeus, afirma que o aparecimento de um tipo específico destas, feita de couro – a pelota

“parece oferecer argumento aos etnólogos empenhados no combate às teorias exageradamente difusionistas. Em seu notável estudo sobre a navegação entre os povos indígenas de nosso continente, Georg Friederici, referindo-se à pelota e ao seu correspondente norte-americano, o *bull-boat* – cuja disseminação geográfica teria coincidido inicialmente com a do bisão –, não hesitou em apontar esse fato como belo exemplo em favor da tese de que a similitude do meio natural ou das condições de vida tende a gerar identidade ou similitude de costumes.” (Holanda 1990: 25).

Neste trecho de *Monções*, o autor parece estar fazendo alusão à corrente teórica desenvolvida pelo etnólogo Adolf Bastian na Alemanha, na segunda metade do século XIX, e que ficou conhecida como teorias das idéias elementares ou *Elementargedanken*. Para Bastian, existe uma unidade psíquica da humanidade que produz nos homens em todos os lugares idéias elementares semelhantes, isto é, todos os povos do mundo têm estas idéias elementares graças a uma lei psíquica geral. Estímulos externos diferentes provocariam reações diferentes, e daí surgiriam as diferenças (e também similaridades) entre os povos, divididos no que Bastian chamou de “áreas culturais” (Lowie 1946: 50).

Em uma crítica a esta teoria – feita em defesa da sua própria – o padre Wilhelm Schmidt afirmou que a tese dos *Elementargedanken* se limita a defender que o meio físico é o que constrange o homem a formar um tipo ou outro de cultura, isto é, a variedade do meio físico levaria à variedade de culturas. Porém, continua Schmidt, esta tese não dá conta, por

si só, da questão de como um grupo humano age e tem influência sobre outro (W. Schmidt 1942:224).

No trecho citado de *Monções*, Sérgio Buarque atribui ao alemão Georg Friederici o intento de dar argumentos à teoria de Bastian. Ainda que o historiador brasileiro não tenha citado literalmente o etnólogo berlinense, é lícito supor que conhecesse bem suas idéias uma vez que dentre os etnólogos alemães que são citados tanto em *Monções* quanto em *Caminhos e Fronteiras*, alguns foram discípulos de Bastian ou adeptos de suas idéias.⁷⁸

Isto não significa que o autor transitasse e se utilizasse igualmente dos pressupostos e idéias das duas teorias. Em seus textos há, como vimos, uma tendência a procurar a origem cultural dos costumes que fazia parte do método difusionista. O que importa ressaltar, com a afirmação de que Sérgio Buarque estava familiarizado com mais de uma teoria da etnologia alemã, é que de fato o conjunto de idéias antropológicas formadas por estas correntes serviu de base para o historiador formular sua própria maneira de entender o processo estudado. Em outras palavras, mesmo não tendo aderido a uma ou outra teoria, seu conhecimento de ambas permitiu que usasse um conceito específico, central para ambas, que serviu de fio condutor de sua análise.

Estamos nos referindo ao conceito de cultura material. Tanto em *Monções* quanto em *Caminhos e Fronteiras*, para levar a cabo sua investigação Sérgio Buarque fez do estudo da cultura material o caminho para a compreensão da dinâmica do contato entre colonizadores e indígenas no novo mundo, e dos processos sociais daí decorrentes.

Neste sentido, Ilana Blaj apontou que

⁷⁸ Karl von den Steinen foi, entre os etnólogos alemães que vieram à América do Sul entre a segunda metade do século XIX e o início do XX, aquele que sofrera mais forte e direta influência de Bastian. A partir de um encontro acidental entre os dois na Polinésia em 1880, von den Steinen se interessou pela etnologia começou a realizar viagens exploratórias em vários lugares do mundo (cf. Schaden 1956).

“o notável historiador não se aproxima dos múltiplos elementos da vida e da cultura material como mera ilustração, o que implicaria no reducionismo, nem com perguntas feitas aprioristicamente, o que transformaria as produções e reproduções da vida concreta em simples corroboração. Ao contrário, deixa que os elementos da cultura material falem por si e, desta forma, revelem as múltiplas dimensões da vida real, as dimensões do social, do mental e do cotidiano.” (Blaj 1998:30).

De fato, como já afirmado no capítulo precedente, Sérgio Buarque não foi o único intelectual de sua geração a tratar do tema da cultura material. Contudo, a maneira específica com que este historiador usa este conceito o aproxima dos etnólogos alemães que ele mesmo cita em seus trabalhos, uma vez que a cultura material era um ponto central de atenção da etnologia alemã no século XIX, em suas duas principais vertentes.

Tanto para a teoria das idéias elementares quanto dos círculos culturais, a cultura material era um aspecto fundamental para a compreensão do desenvolvimento dos povos. Para os adeptos da teoria de Bastian, identificando os aspectos da vida material dos grupos humanos chegar-se-ia a conclusões sobre as idéias que deram origem aos seus usos e costumes. Já segundo os teóricos da *Kulturkreise*, através da análise comparativa da vida material dos povos seria possível descobrir que culturas entraram em contato entre si e se modificaram mutuamente.

Mesmo antes do aparecimento destas duas correntes teóricas, os pesquisadores-viajantes alemães estudavam e registravam suas impressões sobre a cultura material dos povos indígenas que conheceram na América do Sul.

O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, por exemplo, publicou em 1820 o relato da viagem que fizera ao Brasil entre 1815 e 1817, em que descreve em detalhe o seu encontro com os índios botocudos. Em seu *Viagem ao Brasil* (Wied-Neuwied 1940),

Neuwied inicia o capítulo dedicado àqueles índios com uma descrição de sua constituição física e dos ornamentos e pinturas que usavam no corpo. O viajante ressalta sua agilidade e aptidão para os exercícios físicos, destacando sua habilidade para caçadas na mata, mas também registra o que interpreta como sua indolência e preguiça. Em seguida, descreve seus utensílios domésticos e suas armas, assim como o uso destes objetos. Os costumes alimentares dos botocudos e o modo como obtêm seus mantimentos foram também objeto de atenção de Neuwied.

Contudo, no livro estas descrições estão sempre misturadas à descrição da fauna e da flora das regiões visitadas, formando uma imagem de que o índio faz parte deste cenário e da natureza do mesmo modo que as plantas e os animais. Aliás, freqüentemente os botocudos são comparados a animais: ao descrever o encontro de sua expedição com estes índios, comenta que estavam eles “nus e pardos, como os animais da mata.” (Wied-Neuwied 1940:238). Isto fazia parte da visão que este e outros viajantes-pesquisadores tinham do índio no início do século XIX. Para aqueles homens, “nas florestas virgens, a espécie humana ainda não se elevou acima do estado de incultura que por toda parte caracterizou a sua existência primitiva.” (Wied-Neuwied 1940:475).

A mesma visão tinha Karl von Martius, considerado por Herbert Baldus como o fundador da etnografia brasileira (Baldus 1940). Este naturalista bávaro publicou, junto com seu colega Johann Spix, um relato da viagem que fizeram entre 1817 e 1820 pelo Brasil, intitulado *Viagem ao Brasil* (Spix e Martius 1976), em que os índios também aparecem descritos ao lado de espécies vegetais e animais. Além desta obra, sozinho von Martius escreveu um estudo sobre a medicina dos índios do Brasil chamado *Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros* (Martius 1939). Nele, von Martius se dedicou a um estudo minucioso da estrutura física dos habitantes do novo mundo, bem

como de seus hábitos alimentícios, dos tipos de doenças que mais os afligiam e dos métodos e remédios que usavam para curá-las.

Uma das preocupações o autor, em seu segundo estudo, foi mostrar o que os costumes e objetos usados pelos indígenas podem revelar sobre o contato que tiveram com outros grupos de outras regiões. Assim, ele afirma:

“Em geral, muitos fatos parecem indicar que, entre as numerosas nações e tribos brasileiras e os povos mais civilizados do Novo Mundo, desde alguns séculos, só tinha havido poucas relações. Os primeiros isolaram-se sem sofrer influência alguma daquele centro de mais elevada cultura, vivendo sempre no seu círculo restrito de bárbaros selvagens” (Martius 1939:253).

Já nos trabalhos de etnólogos do final do século XIX, influenciados pelas teorias das idéias elementares e dos círculos culturais, a utilização da cultura material como chave para entender a origem das culturas aparece com mais clareza. A crença na inferioridade dos índios em relação aos europeus, contudo, continua. Vejamos três exemplos.

Um trecho do relato de viagem *O Brasil Central*, do etnólogo alemão Karl von den Steinen (1855-1929), é muito esclarecedor neste sentido. Após ter descrito seu encontro com os grupos indígenas do Xingu, o autor lamenta a ação devastadora da civilização européia em seu contato com os chamados “povos primitivos”, e ressalta a importância de coleções de peças etnográficas para que a existência destes povos fosse documentada:

“O que os nossos museus conservam da imagem de antigos tempos é no fundo uma miserável coleção de coisas em série. Dentro de um armário de vidro está a vida de um povo! Mas, na falta de coisa melhor, esses trapos coloridos e esses vasos maravilhosos servirão para testemunhar às gerações vindouras o desenvolvimento da humanidade, e, por isso, assumem progressivamente a importância de documentos, embora pareçam bagatelas”. (von den Steinen 1942: 378).

Em seguida, arrisca uma comparação:

“Virá o dia em que um machado de pedra terá o mesmo valor em ouro, quanto um desenho de Leonardo. Certamente não se compara o instrumento rudimentar dos bárbaros com a criação de um gênio, mas ambos serão um dia igualmente raros, e, então, é bem compreensível que a nossa ciência se ressinta muito mais da falta de objetos autênticos, colecionados para o estudos de povos e períodos históricos, do que pela perda desta ou daquela obra de arte (...)” (von den Steinen 1942:378).

Estes ‘documentos de museu’, isto é, objetos da cultura material, serviriam de prova e indício de como viveram os chamados povos primitivos. Para este etnólogo, e os outros de sua geração, a coleção, preservação e estudo destes objetos levaria o pesquisador a descobertas sobre a história da humanidade.

Os trabalhos de dois outros etnólogos alemães, que trabalharam ao lado de Karl von den Steinen, também revelam como o estudo da cultura material era central para estes pesquisadores.

Paul Ehrenreich (1855-1914) acompanhou von den Steinen em sua segunda excursão pelo Xingu, em 1887, e fez estudos entre os índios botocudo, carajá e puri. Um de seus mais importantes trabalhos, “Beiträge zur Völkerkunde Brasiliens” – um estudo sobre os carajá – foi publicado na Alemanha em 1891 e sua tradução, feita por Egon Schaden, saiu no segundo número da nova série da *Revista do Museu Paulista*, em 1948. No artigo, chamado em português de “Contribuições para a Etnologia do Brasil”, Ehrenreich “dedicou especial atenção à cultura material, às danças de máscaras e à mitologia” (Balduz 1948:9) e tratou também da questão do contato destes índios com os brancos.

O artigo começa com uma justificativa de por que o autor estudou os carajá:

“Impunha-se a tarefa [para a etnologia dos índios no Brasil] de seguir os rastros daquelas antigas migrações de povos, no intuito de encontrar tribos karaib que formassem o elo de ligação entre os dois grupos dessa grande família étnica tão afastados um do outro. Algumas observações faziam presumir que os Karajá do baixo Xingu e do curso médio do Araguaia fossem um ‘missing link’ da corrente.” (Ehrenreich 1948:17-8 – acréscimos meus).

Fica claro já neste trecho que uma das preocupações que norteou o trabalho de pesquisa foi justamente investigar a relação dos carajá com outros povos indígenas, tentando descobrir as suas rotas migratórias e sua origem comum. Além do estudo de sua distribuição geográfica, esta investigação incluiu também a análise de diversos objetos da cultura material deste povo.

Com efeito, a descrição e análise da cultura material dos carajá toma cerca de um terço do artigo, e é bastante detalhada. Paul Ehrenreich coletou e descreveu técnicas e objetos como peças de vestuário, adornos corporais, costumes alimentares e preparação dos alimentos, utensílios do dia-a-dia como canoas e armas, cerâmica, indústria têxtil, instrumentos musicais, máscaras, remédios e costumes medicinais deste grupo indígena. O artigo inclui ainda várias ilustrações contendo desenhos destes objetos.

Ao descrever tais objetos e seu uso, o etnólogo faz também comentários sobre as mudanças ocorridas desde o contato dos carajá com os europeus. Neste sentido, quando introduz o item “instrumentos e utensílios”, faz logo uma ressalva: “Apesar da múltipla aplicação de recursos estranhos, a indústria desse povo conservou em tudo o seu caráter tribal. A indústria dos Karajá felizmente não sofreu *ainda* a decadência que se verifica quase sempre em conseqüência da importação de produtos europeus.” (Ehrenreich 1948:42 – grifo meu). Isto é, assim como von den Steinen, Ehrenreich acredita na inevitabilidade da

destruição da cultura carajá por causa de seu contato com os costumes e técnicas do velho mundo.

Além de estudar a cultura material carajá, bem como alguns aspectos de sua vida social como a organização do parentesco, o direito e os mitos, o etnólogo berlinense também coletou uma série de objetos da vida material deste povo com o intuito de formar uma coleção etnográfica e expô-la em museus na Alemanha. Sobre tal coleção, ele afirmou:

“Embora incompleta de vários pontos de vista, a coleção de documentação etnológica por mim adquirida entre os Karajá pode ser considerada a primeira que dá uma idéia mais ou menos exata das condições de vida e de cultura desse importante povo até hoje quase inteiramente desconhecido.” (Ehrenreich 1948:18).

Paul Ehrenreich acreditava, assim como os outros etnólogos de seu tempo, que as coleções de objetos etnográficos serviam para representar e caracterizar a cultura e o modo de vida dos povos indígenas.

Os trabalhos desenvolvidos por Max Schmidt (1874-1950) são também bons exemplos do uso da noção de cultura material entre os etnólogos alemães. Em seu livro *Estudos de Etnologia Brasileira*, resultado de sua viagem etnológica de 1900-1901 na região do Xingu, isso aparece claramente. Dividido em duas partes, respectivamente “Peripécias das minhas viagens ao Rio Novo” e “Resultados de minha viagem ao Rio Novo”, o livro traz um capítulo dedicado ao estudo da “Infiltração da cultura européia nas cabeceiras xinguanas” (M. Schmidt 1942: 268-248).

A divisão do livro em duas partes, e cada uma delas em sub-capítulos, já é em si reveladora. Na primeira parte o etnólogo trata das situações por ele vividas durante sua viagem, especificando as datas de partida e chegada nas localidades visitadas, o meio de

locomoção utilizado, e as dificuldades e surpresas encontradas durante a viagem. Na segunda parte, por sua vez, não há lugar para narrativas de ‘peripécias’, como na primeira, pois ela contém apenas os ‘resultados’ da viagem, isto é, as informações e descobertas sobre os índios guató que Max Schmidt encontrou. Estas informações são relativas à vida material e à vida social deste grupo, sendo que os aspectos da cultura material aparecem com maior destaque. Assim, após uma breve resenha histórica sobre estes índios, segue um capítulo dedicado aos ‘elementos etnográficos’, subdividido nos itens “região habitada”, “navegação”, “habitação”, “leito e banco de assento”, “indumentária e ornamentos”, “objetos de caça ou armas”, “alimentação e preparo da comida”, e “trançados e tecelagem”. Em seguida, Max Schmidt faz um estudo da língua deste povo.

Apenas após esta descrição detalhada da vida material e da linguagem dos guató o autor se dedica ao estudo das conseqüências do contato entre estes índios e os europeus, e escreve um capítulo sobre o tema. Esta ordenação dos capítulos ilustra bem o pensamento antropológico alemão do século XIX e início do XX: era preciso, em primeiro lugar, descobrir como era a cultura indígena em questão, e isso se fazia através do estudo de sua cultura material e de sua linguagem. Tendo estes elementos em vista, seria possível entender o processo de mudança vivido pelo grupo após seu contato com a civilização européia.

Com base nesta crença Schmidt comenta, no capítulo citado, que um dos maiores problemas para os estudos etnológicos era o fato de não ser possível determinar com precisão, especialmente no caso de elementos da cultura material, se tais elementos seriam originais dos grupos indígenas ou se neles foram introduzidos pelos europeus (M. Schmidt 1942:268). Em sintonia com as opiniões de Karl von den Steinen – de quem, aliás, fora discípulo – o etnólogo continua:

“Se uma civilização como a européia atua de repente e com demasiado ímpeto, sobre uma outra, diferente dela, que não atingiu ainda um grau tão elevado de desenvolvimento, é certo que a cultura européia exercerá influência mais ou menos aniquiladora sobre ela. Os representantes desta última perdem os seus valores culturais em virtude da diversidade de seus bens (...).” (M. Schmidt 1942:268)

Tem-se aí novamente a idéia de que o encontro com os europeus levaria à destruição dos povos indígenas.

Chegamos assim a uma importante conclusão. Os etnólogos alemães citados por Sérgio Buarque, que em sua maioria atuaram entre a segunda metade do século XIX e o início do XX, tinham como arcabouço teórico as idéias de duas correntes diferentes para as quais a cultura material era um conceito central. Acreditava-se, então, que o conjunto de objetos e técnicas da vida material serviam para caracterizar uma cultura e o modo de vida de um povo. Os aspectos da vida social como o parentesco, a religião e os mitos eram também estudados, mas a cultura material servia de instrumento privilegiado para se averiguar o estágio de desenvolvimento de um povo e as influências que este recebera do contato com outro povo.

Como fica claro nos três exemplos citados, as coleções etnográficas coletadas pelos antropólogos se constituíam exatamente de objetos da cultura material que deveriam ser expostos em museus, estudados e analisados para se caracterizar uma cultura ou se determinar o grau de destruição da mesma, resultado do contato com a civilização européia. Acreditava-se, acima de tudo, que o contato entre duas culturas diferentes resultaria na aniquilação daquela considerada mais fraca, e a cultura material era a expressão mais clara dos resultados deste contato.

Sérgio Buarque de Holanda também se utilizou do conceito de cultura material em seus estudos, mas o desfecho de seus trabalhos é diferente da conclusão a que chegavam os alemães. Nos exemplos indicados do livro *Monções*, fica claro como o historiador se reportava à uma técnica da escola difusionista, isto é, buscar as origens dos objetos da cultura material. Em *Caminhos e Fronteiras*, como veremos a seguir, o uso desta técnica é ainda mais evidente: o autor escolhe alguns aspectos da vida material dos sertanistas e vai mostrando a origem – freqüentemente indígena – de tais aspectos, através dos dados que recolhe tanto de relatos de cronistas quanto da etnologia alemã, com a finalidade de mostrar como a herança indígena foi fundamental para o sucesso da empresa colonizadora. Tratemos deste livro, então.

Caminhos e Fronteiras é composto de uma coletânea de artigos escritos por Sérgio Buarque durante as décadas de 1940 e 1950. Sua estrutura apresenta uma ordem específica, que assim como em *Monções* não compõe uma narrativa linear e cronológica sobre como e quando os eventos ocorreram, mas propõe uma interpretação das grandes mudanças ao longo do tempo suscitadas pelo movimento de entrada em direção ao sertão. O livro se divide em três partes: na primeira delas, “Índios e Mamalucos”, o autor aborda as situações surgidas do contato entre índios e colonizadores, e explica como, em muitas destas situações, foi necessário ao europeu adotar costumes e técnicas próprias do estilo de vida indígena. Na segunda e terceira partes, respectivamente chamadas “Técnicas Rurais” e “O Fio e a Teia”, Sérgio Buarque trata da lenta recuperação do legado indígena e do legado europeu, após o contato inicial. Como veremos, no meio rural as tradições e técnicas indígenas se sobrepuseram às adventícias, e no meio urbano foram os costumes e condutas portuguesas que dominaram.

Logo na introdução da obra o historiador paulista se refere à questão da cultura material e justifica a atenção dada, no decorrer de seu estudo, a este aspecto da vida dos sertanistas:

“A acentuação maior dos aspectos da vida material não se funda, aqui, em preferências particulares do autor por esses aspectos, mas em sua convicção de que neles o colono e seu descendente imediato se mostraram muito mais acessíveis a manifestações divergentes da tradição européia do que, por exemplo, no que se refere às instituições e sobretudo à vida social e familiar em que procuraram reter, tanto quanto possível, seu legado ancestral.” (Holanda 2001:12).

Esta justificativa sugere que a escolha do autor tenha se fundado em uma razão objetiva, isto é, a maneira como a interação entre europeus e índios se processou. Contudo, como pretendemos mostrar, tal escolha também se pautou no conhecimento da literatura etnológica alemã, que elegeu, no século XIX, a cultura material como chave analítica para entender a história e o desenvolvimento dos povos.

Na primeira parte de *Caminhos e Fronteiras* encontra-se a maior parte das referências e citações desta literatura. Isto não se dá por acaso: os nove capítulos que a compõem tratam das situações de contato entre brancos e índios, e este era um tema ao qual os etnólogos alemães deram atenção específica.

Novamente, bem como no caso da obra de Max Schmidt, é a divisão do livro a primeira indicação desta escolha pela cultura material. A parte “Índios e Mamalucos” é composta de capítulos sobre os seguintes temas: os caminhos e as maneiras de caminhar pelo sertão; a obtenção de água nas jornadas; a cera e o mel; os hábitos alimentares indígenas; caça e pesca; remédios naturais; doenças e medicina; o uso dos cavalos; e o início das viagens fluviais. A segunda parte, “Técnicas Rurais”, comporta capítulos sobre a

agricultura em geral e os utensílios nela empregados; os trigais; o milho; o monjolo; e as ferramentas de trabalho rural. A terceira parte, “O Fio e a Teia”, se compõe de um capítulo sobre as técnicas de tecelagem européias; um sobre a indústria têxtil caseira; e finalmente um último sobre as redes e as redeiras.

Em cada um destes capítulos, Sérgio Buarque vai seguindo as pistas – informações e dados – deixadas por suas fontes, especialmente relatos de cronistas e obras de etnologia, e assim recompõe as situações vividas pelos sertanistas e a incorporação de traços da vida material dos índios por parte dos portugueses.

Na primeira parte do primeiro capítulo, chamada “Veredas de Pé Posto”, Sérgio Buarque explica que, durante os primeiros tempos da colonização, os portugueses usavam as veredas e atalhos feitos pelos índios para se guiar pelo sertão. Estas veredas e atalhos eram feitos de diversas maneiras, por exemplo através de seqüências de galhos cortados à mão “espaço a espaço”, como indicou von Martius em livro sobre etnografia e língua indígena sul-americanas.⁷⁹ Quando não era possível usar esse sistema de cortar galhos de árvores, os índios se guiavam pelo sol e pelas estrelas

“com tal habilidade que, segundo referem crônicas quinhentistas, dois tupinambás degredados da Bahia para o Rio de Janeiro e levados por mar conseguiram, depois de fugir, tornar por terra ao seu país, caminhando mais de trezentas léguas através de mataria e parcialidades hostis. Durante a noite marcavam as horas, em alguns lugares, pela observação das estrelas e constelações. Durante o dia, pela sombra que o polegar deixa na mão.” (Holanda, 2001: 20).

Este trecho nos permite explorar a questão de como Sérgio Buarque retratou os índios, isto é, que imagem deles transmitiu em seu trabalho. Nota-se, neste trecho, uma

acentuação das qualidades sensoriais dos nativos da terra: eles saberiam sobreviver em meio à natureza graças à sua capacidade de observá-la e tirar dela os subsídios e recursos materiais para sua existência.

Isso ocorria, afirma o historiador, porque o índio teve de se acostumar, desde criança, “a uma natureza cheia de caprichos” (Holanda 2001:19), e a ter de ser móvel e flexível. Por isso, sabia bem caçar, pescar, rastrear abelhas, e ver no escuro. Além destas habilidades sensoriais, os índios teriam também, segundo Sérgio Buarque, um aguçado senso de orientação. Sabiam como descrever a geografia do país, os rios e seus afluentes, e a localização de outras tribos indígenas, assim como podiam desenhar muito bem mapas na areia da praia.

Percebe-se, assim, que o historiador paulista atribuía aos índios uma capacidade de observação e percepção da natureza. Ora, de acordo com Eduardo Viveiros de Castro, “o tema das ‘três raças’ na formação da nacionalidade brasileira tende a atribuir a cada uma delas o predomínio de uma faculdade: aos índios a percepção, aos africanos o sentimento, aos europeus a razão (...)” (Viveiros de Castro 2002:187). O intuito deste antropólogo, ao fazer tal afirmação, é ressaltar a idéia da inconstância da alma selvagem que, segundo ele, estaria presente em diversos autores que trataram do índio no Brasil, desde os missionários até outros mais modernos como Gilberto Freyre e o próprio Sérgio Buarque de Holanda.

Não interessa aqui averiguar se Viveiros de Castro estaria correto em seu argumento com relação ao historiador paulista.⁸⁰ Entretanto, esta breve menção à tal atribuição de

⁷⁹ Sérgio Buarque se refere ao livro de Martius *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*, de 1867.

⁸⁰ De qualquer maneira, vale ressaltar que Viveiros de Castro se refere ao livro *Raízes do Brasil*, na sua primeira edição de 1936, cujo conteúdo foi modificado nos anos seguintes e que não pode ser considerado representativo de uma suposta visão única de Sérgio Buarque sobre os índios. De fato, como bem aponta Robert Wegner (2000), há profundas mudanças no pensamento deste autor entre a primeira edição de seu livro de estréia e os dois livros ora analisados. Assim, quando se atribui um ou outro tipo de visão a Sérgio

faculdades que dotou o índio da percepção pode ser confirmada no trecho citado de *Caminhos e Fronteiras*. Neste sentido, o historiador sustenta que

“Em lugar de ser simples escravo de suas aptidões naturais, dos cinco sentidos, que tinha excepcionalmente apurados, o índio tornava-se, assim, o senhor de um admirável instrumento para triunfar sobre as condições mais penosas e hostis. Podia disciplinar metodicamente muitas daquelas aptidões; criar e recriar mil e um recursos adequados a cada situação nova, sujeitar-se, onde fossem necessários, a comportamentos que lhe garantissem meios de subsistência.” (Holanda 2001:22).

Especialmente na primeira parte de seu livro, Sérgio Buarque constrói a idéia de que os índios no novo mundo seriam perspicazes, dotados de aguçado sentido e percepção no trato com a natureza. Por isso sabiam tão bem caminhar pelas matas, encontrar água no sertão, se guiar pelas estrelas, e ouvir e observar de longe a aproximação do inimigo.

Vale notar que as capacidades atribuídas aos índios se relacionam sempre às necessidades e imposições da vida material. Não poderia ser diferente, pois o caminho narrativo trilhado pelo historiador estava baseado exatamente numa recomposição da vida material dos sertanistas.

Assim como no caso da orientação geográfica, o conhecimento nativo foi crucial para a sobrevivência do europeu em suas jornadas no que se refere à obtenção de água e de alimentos. Por isso, Sérgio Buarque dedica quatro capítulos desta primeira parte do livro à descrição da busca por mantimentos. Começa explicando os meios pelos quais os índios descobriam onde havia água no sertão (buscando rios ou plantas específicas), e afirma: “Em regra, esses meios decorrem da extraordinária capacidade de observação da natureza, peculiar a esses homens e inatingível para o civilizado.” (Holanda 2001:37). Para o

Buarque, é preciso ter em mente de que momento de sua trajetória e de seu desenvolvimento como intelectual

historiador, foi a intimidade com a natureza que permitiu aos índios e, conseqüentemente, também aos colonizadores, a sobrevivência no meio.

Quando atribui ao índio a capacidade de observar a natureza, e de ser íntimo dela, o autor de *Caminhos e Fronteiras* de fato estabelece uma forte identificação do indígena com a natureza em si, isto é, ele a conhece pois faz parte dela de uma maneira vital: acostumado aos seus “caprichos”, o índio aprendeu a sobreviver com o que a natureza lhe oferecia. O europeu, por sua vez, não saberia, sozinho, atingir este nível de interação com o meio natural. Esta identificação do índio com a natureza perpassa todos os capítulos do livro.

Da mesma maneira que em *Monções*, neste segundo livro o autor continua lançando mão do recurso de buscar a origem de um costume para explicar como se deu a interação entre a cultura nativa e a adventícia no novo mundo. Por exemplo, ao discutir a obtenção de mel, usado na alimentação, Sérgio Buarque questiona a origem desta técnica. Segundo o autor, antes do contato com os europeus os índios já conheciam alguns meios de obter mel, mas “é pouco verossímil que sem esse mesmo contato chegassem nossos índios ao sistema relativamente avançado de apicultura que supõe o recurso a cortiços escolhidos e convenientemente adaptados pelo homem.” (Holanda, 2001: 47).

O objetivo do autor, neste livro, é entender o contato entre as duas culturas e as mudanças desencadeadas por tal contato. Entretanto, se há no texto uma ênfase na explicação de como os costumes indígenas foram incorporados pelos europeus, também há trechos em que o autor se dedica a analisar como os índios adotaram técnicas européias. O trecho acima citado sobre a apicultura é um bom exemplo disso. Diferentemente da interpretação dos etnólogos alemães, que previam a destruição dos povos indígenas por causa do encontro com os brancos, para Sérgio Buarque o contato cultural é uma via de

se está tratando.

mão dupla. Neste sentido, ele chega a sustentar que a “solidariedade cultural logo se estabeleceu aqui entre o invasor e a raça subjugada” (Holanda 2001: 69).

Ironicamente, o uso do adjetivo “subjugada” na frase acima denuncia os limites de tal solidariedade. Não se trata de defender que Sérgio Buarque tenha apontado uma convivência pacífica e ausente de conflitos entre índios e colonizadores, mas evidenciar que o historiador se preocupou em mostrar as contribuições dos dois povos para a elaboração de um modo de vida condizente com as necessidades dos sertanistas.

Esta interação entre técnicas indígenas e os costumes europeus fica clara quando o autor descreve os remédios usados durante as bandeiras. Segundo o historiador, os jesuítas foram os primeiros a utilizar o conhecimento indígena sobre a fauna e a flora para fazer remédios, depois também os colonizadores europeus os usaram para fazer o que ficou conhecido por “remédio de paulistas” (Holanda 2001: 77). A medicina sertaneja foi criada a partir do conhecimento indígena e do conhecimento do velho mundo, misturados um com o outro: ocorreram “processos de racionalização e assimilação a que o europeu sujeitou muitos de tais elementos [da tradição indígena], dando-lhes novos significados e novo encadeamento lógico, mais em harmonia com os seus sentimentos e seus padrões de conduta tradicionais.” (Holanda 2001: 83).

Na segunda parte de *Caminhos e Fronteiras* o resultado do contato entre índios e colonizadores é vista a partir dos costumes do mundo rural. Sérgio Buarque se refere primeiramente às técnicas de agricultura, afirmando que o contato com os nativos da terra no período pós-conquista fez com que os europeus aprendessem as técnicas “primitivas” de trabalhar com o solo, e as adotassem. Os europeus haviam trazido instrumentos como o arado, a foice, a enxada e o machado, mas estas ferramentas não alteraram o modo de usar a terra. O motivo disso, sustenta o autor, foi que “as próprias condições que, no Brasil,

impediam o desenvolvimento do uma lavoura estável vieram a fornecer, por outro lado, a persistência dos processos rotineiros herdados, quase sem mudança, do indígena” (Holanda 2001:205).

Por isso, ele afirma, a resistência das técnicas rurais indígenas é uma característica marcante do período do sertanismo, que pode ser exemplificada pela construção das canoas usadas nas monções. Também foi marcante a adoção, na dieta do sertanista, de alimentos tipicamente indígenas, como a mandioca, o milho, o feijão e o tocinho de porco. Os métodos usados na produção destes alimentos eram ainda, de modo geral, os mesmos usados pelos índios.

A conclusão a que Sérgio Buarque chega é de que o europeu adotou produtos e métodos indígenas desconhecidos e não os modificou, só aperfeiçoou aqueles por eles já conhecidos (Holanda 2001: 169). O mesmo não ocorreu no domínio da vida urbana, em que as técnicas introduzidas pelos adventícios se sobrepuseram aos costumes locais.

A vida nas cidades é o tema da terceira e última parte do livro, “O Fio e a Teia”, dedicada ao exame das técnicas têxteis. Sérgio Buarque explica que, por volta de 1550, começou-se a se falar da necessidade de tecelões, pois no Brasil havia muito algodão e os índios precisavam de roupas. Essa necessidade de roupas foi uma iniciativa dos jesuítas, e através das cartas escritas por estes Sérgio Buarque estuda a implantação da indústria têxtil no país. Em São Paulo, esta atividade se iniciou no começo do século XVII, e não tinha grande papel se compara da às atividades de agricultura. Os ofícios de fiação e tecelagem eram desempenhados por índios e mamelucos, pois esta atividade era vista como indigna. Contudo, usavam-se técnicas européias, e não indígenas, na produção têxtil. (Holanda 2001:229). A fabricação de redes constituiu a única exceção neste domínio, uma vez que

este objeto de origem local, imediatamente adotado pelo europeu, continuou sendo feito de acordo com as técnicas indígenas.

Uma constatação de Sérgio Buarque sobre o uso do tear indígena pelos portugueses é um bom exemplo do argumento que foi repetido no decorrer de todo o livro. O autor aponta que “a adoção generalizada do tear indígena ilustra bem a atitude constante nos portugueses durante a era da colonização, em face dos elementos que desde cedo acolheram da civilização material dos primitivos habitantes da terra.” (Holanda 2001:250).

De fato, a adoção dos aspectos da cultura material indígena, por parte dos colonizadores, constitui ponto central do livro do historiador paulista. Como exposto anteriormente, Sérgio Buarque escolhe uma série destes elementos e explica como se deu a adoção destes pelos adventícios. Analisa também os objetos e técnicas do velho mundo que se mantiveram inalterados durante o período das entradas para o sertão. Nos dois casos, a ênfase do autor é nestes objetos e técnicas: sua origem, seu uso, sua aplicação.

Assim como os etnólogos alemães por ele citados, o historiador usa exatamente o conceito de cultura material para compreender como se constituía a vida de um povo. No caso dos alemães, tratava-se dos povos indígenas, no caso de Sérgio Buarque, dos sertanistas. Ademais, como faziam os alemães, o historiador utilizou os objetos e técnicas da vida material como chave analítica para entender o contato entre os grupos indígenas e os europeus.

Contudo, há uma diferença fundamental no resultado da análise feita pelos etnólogos alemães e aquela feita por Sérgio Buarque. Neste sentido, Laura de Mello e Souza observou que, em *Monções e Caminhos e Fronteiras*, seu autor fez um estudo “minucioso das técnicas e práticas da vida cotidiana – cuja inspiração veio da etnologia de

Koch-Grünberg, Nordenskiöld, Friederici, mas produziu resultados metodológicos originais.” (L. Souza 1995:10).

Ora, se a inspiração que a historiadora menciona se reflete na escolha da cultura material como ponto de partida para entender o processo das bandeiras, o resultado original está na visão que Sérgio Buarque de Holanda tem dos efeitos do contato entre índios e brancos. Como vimos, para os alemães este contato resultaria, cedo ou tarde, na aniquilação dos índios – o contato cultural teria, para eles, um efeito destrutivo. O historiador paulista, entretanto, relativiza esta idéia. Para ele, do encontro entre portugueses e índios nasceu o sertanista, e com ele a possibilidade da colonização de novos territórios. Assim como os alemães, nosso autor previa o desaparecimento dos índios, mas não por causa de uma suposta aniquilação de sua gente e seus costumes, e sim graças à transformação do indígena em mameluco.

Enquanto os etnólogos alemães estavam mais preocupados em entender a difusão de traços da cultura ocidental entre os índios e os efeitos destruidores disso, Sérgio Buarque, em sintonia com os estudos sobre mudança cultural da antropologia brasileira da década de 1950, construiu uma análise do processo de mudança desencadeado pelo contato entre a cultura indígena e a portuguesa que, para ele, levou à elaboração do modo de vida do sertanista.

Um lugar para a etnografia

Nas obras analisadas de Sérgio Buarque, a etnologia alemã teve importância, como vimos, por ter sido fonte de inspiração teórica do autor. Além disso, como procurarei argumentar, os livros de etnografia têm papel fundamental na economia dos textos, isto é, na organização formal dos argumentos.

Como já afirmado, nos dois livros analisados Sérgio Buarque utiliza um conjunto de fontes e bibliografia composto por documentos de época, como cartas, diários de viagem, relatos quincentistas, atas da câmara municipal de São Paulo, inventários e testamentos, além de literatura sobre história do Brasil e sobre etnologia.

Dois conjuntos de textos se destacam pelo uso diferenciado que o autor faz deles: os relatos coloniais e os livros de etnologia. Sérgio Buarque usa tais fontes quando se refere aos grupos indígenas, isto é, ele as usa como fontes de dados sobre a vida dos índios no Brasil. Porém há uma diferença no tratamento destes dois conjuntos. Como pretendo mostrar, a literatura etnológica não serviu apenas de inspiração conceitual, como mostramos acima, mas também recebeu um lugar específico dentro da ordenação das fontes feita pelo autor. Para que isso fique claro, é preciso começar constatando que estes dois tipos de texto têm características que os distinguem.

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (1990), os relatos mais consistentes sobre o Brasil começaram a surgir a partir de 1550 e foram escritos por homens com perspectivas e origens diferentes: cronistas ibéricos ligados à colonização (como missionários e administradores), autores não-ibéricos envolvidos no escambo, autores católicos (como o francês André Thévet) e autores protestantes (como Hans Staden e Jean de Léry, que estiveram entre os Tupinambá). Apesar das diferenças entre os relatos destes autores, em geral a imagem dos índios do Brasil que divulgavam era a de gentios “sem fé, sem lei e sem rei”, e de canibais ou antropófagos.⁸¹ Do mesmo modo, a aparente facilidade com que estes índios adotavam e em seguida deixavam de lado os costumes ou

⁸¹ Como nota Manuela Carneiro da Cunha (1990:99), havia uma importante diferença entre os dois termos no século XVI: “canibais são gente que se *alimenta* de carne humana; muito distinta é a situação dos tupi [antropófagos] que comem seus inimigos por *vingança*”.

ensinamentos dos missionários fez com que fossem correntes, nos relatos daqueles colonizadores, comentários sobre a inconstância dos indígenas (Viveiros de Castro 2002).

Vale notar, contudo, que estes escritores europeus nunca duvidaram de que os povos que encontraram fossem também humanos. Como apontou o antropólogo Thales de Azevedo,

“Os missionários jesuítas, mandados para o Brasil em 1549 e nos anos seguintes, vinham imbuídos das idéias da época sobre as distinções morais e intelectuais entre europeus, cristãos e civilizados, e, de outro lado, bárbaros, selvagens, gentios e pagãos, que enraizavam em Aristóteles, Platão, Plínio, Lactâncio. Não punham em dúvida, entretanto, a natureza humana dos selvagens achados nos novos continentes.” (Azevedo 1976: 368)

Se por um lado os índios faziam parte da humanidade ao lado dos europeus, por outro seus costumes eram estranhos o suficiente para que parecessem, aos olhos dos colonizadores, humanos inferiores. Neste sentido, a prática do canibalismo ou da antropofagia saltava aos olhos dos homens do velho mundo, especialmente dos missionários, e contribuía para que os últimos formassem uma imagem dos indígenas em que fatos observados e o imaginário que traziam consigo se misturavam: “Os jesuítas portugueses enviados ao Brasil haviam de misturar suas impressões do contacto com os índios às teorias de Aristóteles sobre a natureza inferior e, por assim dizer, infra-humana dos *bárbaros*” (Azevedo 1976: 369 - nota 7).

Não se pode deixar de levar em conta que o objetivo de escritores como Jean de Léry, Hans Staden e os missionários era descrever a realidade que conheceram no novo mundo para os leitores europeus. Assim, esta descrição era pautada pela necessidade de mostrar uma profunda diferença entre os homens encontrados na nova terra – isto é, os índios – e os próprios europeus.

Thekla Hartmann mostrou, no caso da iconografia do século XIX, como esta necessidade levou muitos pintores e seus copiadore s a retratar os indígenas realçando elementos exóticos para exacerbar uma diferença que, como não estava marcada no corpo, só podia ser retratada através da cultura. Por isso a ênfase em cenas de barbárie, retratos de índios nus, de deformações corporais e de práticas antropofágicas (Hartmann 1975: 7).⁸² Do mesmo modo, a narrativa dos cronistas pode ter dado mais atenção aos costumes e práticas indígenas que realçavam a alteridade e o exotismo dos habitantes da terra, não exatamente por uma escolha intencional mas talvez graças a um olhar pré-direcionado.

O registro dos etnógrafos citados por Sérgio Buarque passa por outra perspectiva. Treinados em universidades alemãs, estes cientistas vieram à América do Sul buscar dados e informações entre algumas sociedades indígenas pois estavam preocupados em entender questões, postas para a ciência daquele período, sobre as diferenças e similaridades entre os grupos humanos, de maneira geral, assim como sobre o modo de vida específico dos grupos visitados.

Para Florestan Fernandes, as preocupações e contribuições dos etnólogos estrangeiros que estiveram no Brasil a partir de meados do século XIX

“criavam modelos de trabalho altamente apreciáveis nalguns pontos: valorização da pesquisa de campo, importância atribuída à descrição sistemática da realidade observada pelo sujeito-investigador (...), constituição de coleções

⁸² Datados do século XVII, quatro quadros do pintor holandês Albert Ekhou t são bons exemplos de como a representação do indígena passava antes de tudo pela diferenciação que o olhar europeu imprimia a esses grupos. Trata-se dos retratos *Mulher Tupi* (1641), *Mulher Tapuia* (1641), *Homem Tupi* (1643) e *Homem Tapuia* (1643). Nos retratos dos tupi, o homem e a mulher são pintados com vestimentas, ela carregando uma criança e um barril d'água. Já o homem e a mulher tapuia aparecem despidos, ele acompanhado por uma cobra, e ela carregando uma cesta com pedaços de carne humana. (Cf. Carneiro da Cunha 1992: caderno em cores entre as páginas 110 e 111). Vale lembrar que então os tupi eram tidos como gente “domesticável”, índios civilizados, e os tapuia eram considerados canibais e perigosos. Esta visão aderida de fato ao “etnocentrismo tupi”, isto é, a visão dos próprios tupi sobre eles mesmos e os outros povos indígenas (Carneiro da Cunha 1990:108).

etnográficas e análise comparativa de situações tribais diferentes. Mas, também se patentearam as conseqüências negativas de interpretações unilaterais, que procuravam no estudo dos indígenas brasileiros esclarecimentos que ele não poderia fornecer, a propósito de estados anteriores da Humanidade, por exemplo (...).” (Fernandes 1958: 31).

Um bom exemplo do tipo de olhar lançado pelos etnólogos pode ser encontrado em um artigo de Max Schmidt sobre a relação entre a forma e a função das casas indígenas na região do Xingu (M. Schmidt 1922). O etnólogo indica o problema da seguinte forma: afirma, primeiramente, que para conseguir entender a relação entre a forma da construção das casas e a função das mesmas seria preciso conhecer os costumes de vida dos índios dentro e em torno da casa. Para isso, seria preciso viver com os indígenas durante algum tempo, o que de fato foi feito por algumas grandes expedições científicas em terras indígenas. Contudo, alerta: “quando se tem uma expedição numa aldeia a vida [do grupo indígena] fica evidentemente alterada”, afirmando em seguida que a curiosidade e estranhamento que se tem pelo outro tornam pouco confiáveis os relatos e observações sobre a vida econômica dos povos (M. Schmidt 1922:442 – tradução minha).

É interessante notar aqui a diferença entre a etnografia feita por Max Schmidt e aquela praticada pelo assim chamado pai fundador da disciplina antropológica, ou pelo menos de sua versão com trabalho de campo, Bronislaw Malinowski. Em sua obra *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (Malinowski 1976), publicado no mesmo ano do texto citado de Schmidt, o autor se esforça em convencer seu leitor da veracidade dos fatos narrados e de sua legitimidade enquanto observador. A idéia era que Malinowski, tendo vivido por um certo tempo entre os trobriandeses, havia observado seu modo de vida de maneira imparcial, e por isso poderia descrevê-lo e analisá-lo.

Entretanto, como mostra James Clifford (1998:18), a foto que aparece no frontispício da edição de 1922 de *Os Argonautas...* é denunciadora. Ela registra uma fila de trobriandeses observando a troca cerimonial do kula, sendo que o último deles, ao invés de estar olhando para a fila ou seus colegas, está de fato olhando para o fotógrafo! Isto é, a cena fotografada não mostra apenas uma manifestação de um evento importante da vida trobriandesa, mas também a presença do antropólogo registrando este fato e fazendo parte do evento. Ao contrário de Malinowski, Max Schmidt denunciava este tipo de interferência em seu texto.

É preciso lembrar que Max Schmidt desenvolveu suas pesquisas no início do século XX, época em que as concepções e preocupações da ciência eram muito diferentes das idéias divulgadas um século antes. Por isso, não é possível igualar as afirmações de Max Schmidt às de Karl von Martius, por exemplo, que como vimos fez seus estudos nas primeiras décadas do século XIX e tinha concepções bem mais radicais sobre o lugar hierárquico que os povos indígenas ocupariam numa escala de evolução social.

Apesar disso, os trabalhos produzidos pelos pesquisadores alemães no século que decorreu entre as viagens de von Martius e as de Max Schmidt tinham a intenção de conhecer cientificamente e estudar os costumes e a vida dos indígenas, com o objetivo de se entender a evolução da humanidade. Os autores dos relatos coloniais, ao contrário, estavam comprometidos com outros valores, como já indicado. Vemos, assim, que há uma diferença fundamental entre os dois tipos de registro: o dos relatos coloniais era pautado pela necessidade de explicar os índios aos europeus, encaixando-os nos valores e idéias da época, muito pregados à religião. O registro dos etnólogos, por sua vez, era embasado em pesquisas e tinha um caráter mais científico, isto é, ligado ao que a ciência do período procurava compreender.

Interessa agora entender como estes tipos diferentes de fontes foram utilizados por Sérgio Buarque, pois dentro dos textos do autor há uma ordenação específica deste material que, como veremos, tem implicações importantes.

Após apresentar uma idéia ou argumento, Sérgio Buarque recorre às fontes primárias, isto é, documentais, para citar exemplos do fato que ele quer comprovar, ou então às fontes secundárias, textos de outros historiadores ou estudiosos sobre o tema em questão. Estes dois tipos de fonte são usados lado a lado e a ambos é atribuído o mesmo valor.

Assim, por exemplo, em *Monções*, o autor afirma que as embarcações utilizadas pelos sertanistas tinham como modelo as embarcações dos indígenas, e passa a descrever os diferentes tipos de embarcações existentes bem como a construção das mesmas: as canoas de casca requeriam uma construção pouco dispendiosa, e “permitia que fossem elas abandonadas, sem maior prejuízo, onde quer que se tornassem inúteis. *Sabe-se que* os antigos paulistas costumavam largar suas canoas de casca nos maus passos, fabricando-as de novo quando precisavam delas” (Holanda 1990:20 – grifos meus). Tal informação o historiador retirou do diário de viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida, escrito entre 1780 e 1790.⁸³

Do mesmo modo, ao explicar o uso das jangadas, Sérgio Buarque indica como provas deste uso uma descrição da expedição de Antônio Raposo Tavares – que “depois de caminhar dias inteiros com roupa na cabeça e água pelas barbas, comendo olhos de palma, abandonou-se à correnteza em jangadas e, com semelhantes expedientes, foi dar no

⁸³ Uma das edições deste diário, aquela publicada pelo Instituto Nacional do Livro do Rio de Janeiro em 1944, conta com um prefácio escrito pelo próprio Sérgio Buarque de Holanda, que está reproduzido em Holanda 1996b:46-51. Contudo, a edição do diário de Lacerda e Almeida citada em *Monções* é outra, de 1841, impressa por ordem da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo.

Gurupá” (Holanda 1990:22) –, descrição esta presente num texto do padre João de Souza Ferreira, publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, e num livro de J. J. Machado de Oliveira sobre a história da província de São Paulo. Logo após se referir a estas duas fontes secundárias, Sérgio Buarque volta aos documentos e afirma: “Outro testemunho de como o uso da jangada (...) foi corrente entre os antigos paulistas, aparece em documentos dos jesuítas castelhanos do sul” (Holanda 1990:23), seguindo a esta frase a descrição da observação das jangadas feitas por estes missionários.

A mesma maneira de orquestrar estes dois tipos de fontes está presente em *Caminhos e Fronteiras*. No capítulo “Do Peão ao Tropeiro”, o historiador discute se teria havido ou não uma escassez de cavalos na colônia durante o primeiro século da colonização. Para isso, recorre às atas da câmara de São Paulo do ano de 1592, que alegam a existência em abundância destes animais na província; em seguida, faz referência a um texto do padre Jácome Monteiro do ano de 1610 para afirmar o mesmo (Holanda 2001:127). No parágrafo seguinte, Sérgio Buarque utiliza a obra de um historiador contemporâneo seu para falar da escassez de criadores de cavalos: “O sr. Alfredo Ellis Júnior, que examinou pacientemente os velhos inventários, concluiu, sem exagerar, que a regra geral, na São Paulo seiscentista, é a escassez de criadores de eqüinos” (Holanda 2001:128). Novamente, vemos como informações advindas de fontes primárias e de obras historiográficas são conjugadas e dispostas numa seqüência que não confere maior importância a uma ou outra.

O mesmo não ocorre, entretanto, com os relatos etnográficos dos viajantes alemães citados pelo historiador. Com efeito, o autor lança mão de trechos destes relatos para exemplificar e descrever certas situações em que o indígena, com suas técnicas e costumes, é o personagem central do argumento. As narrativas de viagem e as etnografias dos alemães

são somente usadas para retratar a vida dos índios, e nunca em outros casos, como a descrição de uma região geográfica, ou de uma paisagem, por exemplo.

Isto confere a tais textos um lugar específico dentro do construção do argumento de Sérgio Buarque. Eles não são usados como apenas mais uma fonte sobre o modo de vida dos primeiros habitantes da terra: quando são citados, têm lugar de destaque e maior importância se comparados às outras fontes e bibliografia utilizadas. São a fonte privilegiada para se tratar do tema da vida indígena.

Em *Caminhos e Fronteiras* a referência à etnologia alemã é recorrente. No segundo capítulo do livro, “Samaritanas do Sertão”, o autor discute como os bandeirantes manejavam encontrar água durante as expedições sertão adentro. Novamente é o conhecimento indígena que lhes indica o caminho: “A experiência do gentio da terra terá sido, ainda neste caso, de inapreciável valor para os nossos práticos do sertão” (Holanda 2001:36). Assim, Sérgio Buarque segue descrevendo a forma pela qual os índios obtinham água, e para isso recorre ao relato de dois pesquisadores alemães.

“‘Para nós, europeus’, *exclama um observador*, ‘é coisa absolutamente inconcebível o senso topográfico dessa gente, que num terreno uniforme e sem a menor indicação, sabe achar logo o rumo exato para o olho-d’água mais próximo’. (...). *Diz-se*, por exemplo, dos carajás, que, quando pretendem saciar a sede, a primeira coisa que fazem é colocar-se com o rosto na direção de onde vem o vento. Se o vento é fresco, então se certificam de que passou por lugar onde existe água. Se ao contrário é quente, pouco ou nada adiantarão as pesquisas naquela direção.” (Holanda 2001:37 – grifos meus)

No primeiro trecho desta citação, o observador citado é o etnólogo Max Schmidt, em seu livro *Indianerstudien in Zentralbrasilien*, de 1905. O segundo trecho, sobre os carajá, foi retirado do livro *In den Wildnissen Brasiliens*, publicado em 1911 pelo também

etnólogo Fritz Krause. Além destes dois cientistas, em *Caminhos e Fronteiras* encontramos recorrentemente citações e referências aos etnólogos Karl von Martius, Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich e Theodor Koch-Grünberg.

É importante ressaltar que as informações e exemplos do modo de vida indígena não provêm apenas da bibliografia etnológica alemã. Sérgio Buarque também faz uso, nestes casos, de crônicas quinhentistas e seiscentistas. Contudo, seu uso é não apenas menos freqüente como também qualitativamente diferente do uso dos alemães. Vejamos.

Ainda no capítulo “Samaritanas do Sertão”, logo após o trecho citado, Sérgio Buarque afirma que apenas através do íntimo conhecimento da terra e do ambiente era possível descobrir água nos sertões. Então utiliza informações de um manuscrito do século XVIII sobre a possibilidade de se encontrar água nos lugares mais inusitados, como num buraco em tronco de árvore em região seca.⁸⁴ Em seguida cita texto do padre Fernão Cardim *Tratados da terra e gente do Brasil*, de 1583, para dizer o mesmo, mas o faz com ressalvas:

“Essa conjectura tornaria plausível a suspeita de que o padre Fernão Cardim *não estaria muito iludido ou mal informado*, quando, dois séculos antes [do manuscrito acima citado], registrara ocorrência semelhante no sertão da Bahia. Aqui também a árvore ‘que tem água’ dava-se justamente em lugares secos. Muito grande e copada, tinha nos ramos buracos cheios d’água, que não transbordavam nem no inverno nem no verão. (...) *Terá havido muito exagero nas informações em que se fiou o cronista inaciano*, mas o exagero é companheiro da surpresa”. (Holanda 2001:37 – grifos e acréscimos meus)

Percebemos assim que Sérgio Buarque coloca em segundo plano as informações dos relatos coloniais, dando mais ênfase aos dados dos etnógrafos alemães. Quando se refere

aos segundos, usa expressões do tipo “relata um observador”, “afirma uma testemunha fidedigna” etc. Isto é, os etnólogos alemães são colocados no texto numa posição de autoridade de quem de fato observou e testemunhou o que se passava. A mesma posição não é dada aos relatos coloniais.

Tal estratégia do autor não é aleatória ou sem fundamento. De fato, como já explicado, os textos dos etnólogos eram pautados em pesquisas e investigações feitas por eles. Trata-se de trabalhos científicos, isto é, textos que faziam parte do que se considerava, então, o *corpus* de uma disciplina acadêmica.

A qualificação diferenciada dos etnógrafos é, portanto, de enorme relevância. Ao atribuir a um autor a qualidade ser *testemunha fidedigna* ou *observador* de um fato, Sérgio Buarque lançou mão do recurso, muito empregado pelos antropólogos do chamado período moderno da disciplina,⁸⁵ de atribuir ao observador a autoridade sobre o assunto de que ele trata tendo por base sua presença concreta no momento da ocorrência dos fatos. Deste modo a narrativa é legitimada pela presença do autor em campo, e por sua suposta capacidade científica de fazer a pesquisa a que se propôs.

Um dos mais ilustres exemplos da utilização deste tipo de recurso pode ser encontrado no já mencionado *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, do antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1976). Especialmente na introdução de tal livro, o autor procura convencer o leitor de que o fato de ter vivido entre os trobriandeses, isto é, o fato de ter *estado lá*, permite que ele escreva com total autoridade sobre a vida desta sociedade. Segundo definição de George Marcus e Dick Cushman, “o que dá ao etnógrafo sua

⁸⁴ Trata-se do manuscrito “Jornada de Thomaz de Sousa de Villa Boa the a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição no anno de 1766”, encontrado pelo autor no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁸⁵ Referimo-nos aqui aos trabalhos produzidos sobretudo no período imediatamente posterior à década de 1920.

autoridade e ao texto uma impressão onipresente de realidade concreta é a pretensão do autor de representar um mundo como somente alguém que esteve lá pessoalmente poderia fazer.” (Marcus e Cushman 1982:29 – tradução minha).

É exatamente esta justificativa que o autor de *Os Argonautas...* usa em seu texto. Além disso, e de acordo com George Stocking Jr (1985), em seu livro Malinowski descreve a maioria dos fatos com o verbo na voz ativa e no tempo presente, criando assim o “presente etnográfico”. Deste modo o autor faz uma narrativa que recria as situações por ele vividas e deixa a impressão de que o grupo estudado sempre foi, é e será da maneira descrita.

A partir da década de 1980 esta estratégia passou a ser estudada pela própria antropologia, num momento de revisão de seus métodos e de sua história. Neste sentido, James Clifford (1986) mostrou que a escrita é parte essencial do trabalho do antropólogo, e que o texto resultante da pesquisa é, na verdade, um texto polifônico: a voz do antropólogo se mistura com a voz dos informantes, numa maneira hierarquicamente arranjada pelo próprio autor.

Sérgio Buarque não criou um presente etnográfico, e nem poderia, pois elaborou estudos de história: ele situou os episódios analisados num momento específico da história do Brasil – os séculos XVII e XVIII. Contudo, o historiador recorreu ao recurso da autoridade etnográfica ao arranjar seus argumentos de maneira que os exemplos dos etnógrafos ficassem em posição hierarquicamente superior às de suas outras fontes.

Ao qualificar os etnógrafos alemães de *testemunhas fidedignas*, ele conferiu às informações destes pesquisadores-viajantes um caráter de verdade, e deste modo legitimou não só os argumentos dos etnógrafos, mas principalmente os seus próprios argumentos,

uma vez que eles estão embasados em testemunhos de narradores que *estiveram lá*, isto é, observaram os costumes indígenas *in loco*, e a partir de critérios científicos.

Como vimos, os etnógrafos alemães têm lugar de destaque e são as fontes mais importantes no que se refere aos assuntos indígenas dentro dos textos de Sérgio Buarque. Assim, se as fontes utilizadas são testemunhos da verdade, a obra do historiador ganha ela mesma a autoridade etnográfica destes relatos tidos como científicos.

Sérgio Buarque de Holanda, etnógrafo?

O objetivo desta parte da dissertação foi mostrar a aproximação teórica de Sérgio Buarque de Holanda com a antropologia. Através da análise dos livros *Monções e Caminhos e Fronteiras*, isto pôde ser observado de dois pontos de vista: do conteúdo dos textos, e da organização das fontes dentro dos mesmos.

No que se refere ao conteúdo, percebeu-se que a etnologia alemã do século XIX forneceu o conceito central usado nas duas obras para a investigação do tema proposto. Trata-se do conceito de cultura material, e da utilização do mesmo como chave para entender o contato entre diferentes povos bem como o resultado de tal encontro. Entretanto, ficou claro que há uma diferença fundamental entre as interpretações dos alemães e de Sérgio Buarque sobre o resultado do contato cultural: para os alemães, ele necessariamente levaria à destruição da cultura tida como mais fraca. Para Sérgio Buarque, ele levou à transformação das duas culturas e à possibilidade do estabelecimento da empresa colonizadora portuguesa.

Do ponto de vista da organização formal do texto, notou-se que as etnografias dos alemães são usadas recorrentemente como fonte de informação sobre os índios, e que têm lugar de destaque se comparadas às outras fontes do autor. A atribuição de uma

legitimidade científica a estes trabalhos serviu para Sérgio Buarque justificar e realçar a veracidade e a legitimidade de seu próprio texto, lançando mão do recurso da autoridade etnográfica.

Surge, então, uma questão: a aproximação teórica de Sérgio Buarque com a antropologia, mais especificamente com a etnologia e a etnografia, faz dele um etnógrafo? Se considerarmos apenas que seu foco central – o processo das bandeiras e monções – é um episódio da história do Brasil, e que sua preocupação central é explicar como este evento foi possível, a resposta certamente será negativa. Entretanto, se levarmos em conta que ele usou teorias e recursos típicos da antropologia em seus trabalhos, a dúvida acima ficará um pouco mais difícil de ser respondida.

De fato, não interessa responder à questão, pois não temos o objetivo de classificar o autor como representante de uma ou outra disciplina – objetivo, aliás, que seria pouco instigante. Se fosse este o caso, faria sentido aceitar a auto-atribuição como critério para classificá-lo. Por que, então, insistimos na pergunta? Ora, o benefício da dúvida é exatamente colocar em questão as categorias estabelecidas e tentar olhar o mesmo objeto com outros olhos. Por isso, quando tentamos decidir, sem sucesso, se Sérgio Buarque pode ou não ser chamado de etnógrafo, ganhamos a possibilidade de ver sua obra de um novo ponto de vista, e de nela descobrir elementos e idéias que dialogam com a antropologia. Ao invés de reificar o que já se disse, a pergunta permite perceber o que ainda não havia sido visto.

Considerações Finais

Um outro olhar

Em entrevista concedida a Richard Graham, Sérgio Buarque explicou os motivos que o teriam levado a escrever o livro *Monções* da seguinte forma:

“Eu precisava submeter um trabalho num concurso internacional. Poderia ser poesia, ficção, qualquer coisa. Decidi apresentar alguma coisa sobre história. Já havia começado a escrever alguns artigos no gênero *Casa Grande e Senzala*, mas de cabeça para baixo. Este livro faz com que o Brasil pareça estático, dominado pelo açúcar, voltado para o Atlântico, parado. Eu queria algo mais dinâmico, voltado para as minas, para o interior. Brasil em movimento.”
(Holanda *apud* Graham 1982:11)

De fato, em *Monções* o autor apresenta ao leitor um Brasil dinâmico, em movimento, de certa forma oposto ao retrato freyreano no país. Contudo, além de se opor à interpretação de Gilberto Freyre sobre o Brasil, em suas obras sobre a expansão para o oeste Sérgio Buarque logrou também se contrapor à visão da historiografia paulista da primeira metade do século XX.

Os historiadores Affonso Taunay e Alfredo Ellis Jr., que entre as décadas de 1920 e 1940 publicaram uma série de livros e artigos sobre o bandeirismo, sustentavam uma visão heróica dos bandeirantes paulistas e diminuía a importância do índio no processo de ocupação do interior da colônia.

Esta visão mitificada do bandeirante herói foi forjada exatamente nas primeiras décadas do século XX pois neste período o Estado de São Paulo começou a apresentar um vigoroso crescimento econômico, graças à exportação do café produzido nas fazendas do

interior. Este desenvolvimento econômico gerou um impacto na elite paulista, que logo encontrou na figura do bandeirante herói a origem histórica do progresso de seu Estado: “Para esta elite, ser paulista no final do século XIX e primeiras décadas do século XX é encontrar nos ‘paulistas primevos’ do século XVI e nos bandeirantes do século XVII a imagem original e a predestinação que justifica o sucesso e o lugar privilegiado no presente.” (Oliveira 1994:16).

Assim, tinham grande receptividade obras como as de Alfredo Ellis Jr., que procuravam mostrar, através de “uma complexa teoria do papel do cruzamento étnico” (J. Monteiro 2002: 237), como havia se constituído em São Paulo uma “raça de gigantes”. Do mesmo modo, Taunay estabelecia uma ligação contínua entre passado e presente identificando o paulista “atual” com os bandeirantes do século XVII que, sozinhos e graças à sua grandeza, conseguiram desbravar os sertões do país.

As obras de Sérgio Buarque sobre o mesmo processo de colonização do interior da colônia contêm uma visão bastante diferente sobre os supostos heróis bandeirantes. Como vimos, para este historiador o sucesso das bandeiras e das monções só foi possível graças à adoção do conhecimento e das técnicas de vida indígenas, pois os sertanistas, por si sós, não saberiam como enfrentar as dificuldades impostas pelo meio. Além disso, Sérgio Buarque não vê, no bandeirante, um herói: “Em vez de glorificar os bandeirantes, eu os descrevo como traficantes de escravos ocupados, dia após dia, em ganhar dinheiro (...). Eles não tinham a intenção de fundar um império.” (Holanda *apud* Graham 1982:13).

Pode-se dizer, portanto, que *Monções e Caminhos e Fronteiras* suplantam a historiografia gigantista de Taunay e Ellis Jr. e dão lugar a uma visão mais ampla da história das bandeiras, em que há lugar para ação transformadora de todos os sujeitos históricos envolvidos, sejam eles brancos ou índios.

Ainda neste sentido, vale a pena recordar alguns fatos da trajetória de Sérgio Buarque: as suas obras sobre as bandeiras e monções foram escritas exatamente no período intermediário entre sua entrada na direção do Museu Paulista (1946) e a obtenção da cátedra de História da Civilização Brasileira na USP (1959). Ironicamente, quem ocupava estas posições antes de Sérgio Buarque, nas duas instituições, eram respectivamente Affonso Taunay e Alfredo Ellis Jr.! Este fato é simbólico da relação que se estabeleceu entre as obras destes três historiadores: Sérgio Buarque os substituiu, institucionalmente, em dois dos espaços privilegiados de produção do saber histórico em São Paulo. Ao mesmo tempo, suas obras suplantaram a interpretação destes mesmos autores sobre a história paulista.

A inovação de Sérgio Buarque está em que ele deu ao índio o lugar de agente na história das bandeiras. Isso só foi possível, do ponto de vista da construção dos argumentos, porque ele buscou precisamente em uma literatura voltada para as questões indígenas, isto é, na etnologia, os dados que lhe permitiram descrever como o modo de vida indígena foi fundamental para o sucesso do empreendimento português. O uso da etnologia, portanto, foi o que permitiu ao autor olhar para os grupos indígenas como sujeitos históricos ativos.

Este recurso à etnologia e à etnografia aproxima Sérgio Buarque de outro historiador brasileiro, que também usou a etnografia em seus trabalhos. Trata-se de Capistrano de Abreu. Para este escritor cearense, assim como para o paulista, a compreensão da história do Brasil passava necessariamente pelo entendimento do processo de ocupação do sertão: não à toa, em seu *Capítulos de História Colonial*, o capítulo mais denso e mais longo é dedicado exatamente ao sertão (Abreu 2000).

Em sua obra, Capistrano dá atenção à questão do indígena e também o vê como sujeito ativo na formação do país. Em *O Descobrimento do Brasil*, por exemplo, o

historiador descreve e nomeia os grupos indígenas presentes no Brasil antes da chegada de Cabral, e afirma que da mistura entre estes povos e os portugueses originou-se uma nova raça, a dos mamelucos, que “tanto influíram sobre a nossa história, principalmente em S. Paulo” (Abreu 1976:78). Ao contrário de Alfredo Ellis Jr, e no mesmo sentido de Sérgio Buarque, este historiador sustenta que os elementos da cultura indígena foram positivamente decisivos para a colonização do país. Além disso, Capistrano também estudou etnologia, traduziu alguns textos de etnólogos alemães,⁸⁶ e chegou a escrever um vocabulário da língua indígena caxinauá, em 1911.⁸⁷

Vemos, deste modo, que em *Monções e Caminhos e Fronteiras* Sérgio Buarque lançou um novo olhar para a questão da colonização do interior do Brasil. Este novo olhar foi construído, especialmente, através do uso da etnografia.

Um novo olhar é também o que este trabalho pretendeu lançar sobre a obra deste autor. Como já apontado na introdução desta dissertação, a obra de Sérgio Buarque tem sido objeto de estudo de diversos autores, sob diferentes pontos de vista. Neste trabalho, especificamente, optei por analisar um aspecto ainda pouco explorado nestes estudos: a influência e o lugar da antropologia, notadamente em sua vertente etnológica alemã, na obra do autor.

Com vistas a este objetivo, dividi a análise em duas partes, sendo uma sobre a carreira do autor, e outra sobre sua obra.

⁸⁶ Segundo Herbert Baldus (1954), Capistrano de Abreu traduziu o artigo de Paul Ehrenreich “Die Einteilung und Verbreitung der Völkerstämme Brasiliens nach dem gegenwärtigen Stande unserer Kenntnisse”, sobre a classificação e distribuição dos grupos indígenas brasileiros, que saiu no *Jornal do Commercio* em 1891. Ainda segundo Baldus, Capistrano também traduziu as 115 primeiras páginas de *Durch Central-Brasilien*, de Karl von den Steinen, que foram publicadas na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro em 1888.

⁸⁷ Intitulada *Rã-Txahu-ni-kn-í*, esta é uma obra relativamente pouco conhecida do autor, que abrange aspectos da fonética, gramática e vocabulário caxinauá, além de conter numerosas informações sobre a cultura e os hábitos deste povo indígena. Conferir Abreu 1941.

Na primeira delas, estudei da trajetória do autor para identificar as pessoas, idéias e instituições que podem tê-lo influenciado em seu interesse pela etnologia. O ponto central desta parte da dissertação é mostrar o contato que Sérgio Buarque teve com antropólogos e com a antropologia durante sua carreira, e enfatizar que sua circulação nos espaços em que se discutia e se produzia o conhecimento antropológico instigou o autor a incluir, em seus estudos, preocupações e noções caras a esta disciplina.

Não se trata de afirmar que o contexto de produção determina os resultados de uma pesquisa. Neste sentido, recuso as interpretações que conferem ao espaço de circulação social do autor a justificativa central para o desenvolvimento e, especialmente, a boa recepção dos trabalhos do mesmo. Defender a sobredeterminação dos aspectos “externos” na composição de uma obra é simplificar a rede complexa de motivações, inspirações e interesses inerentes ao trabalho intelectual.

Ao mesmo tempo, excluir da análise uma apreciação das questões candentes ao período em que ela foi feita pode empobrecer o alcance da interpretação que se faz. Como afirma Clifford Geertz, “o pensamento (...) deve ser compreendido ‘etnograficamente’, ou seja, através de uma descrição daquele mundo específico onde este pensamento faz algum sentido” (Geertz 2001: 227). Fazendo uma análise puramente “interna” da obra, isto é, do diálogo do autor com outros intelectuais, corre-se o risco de apresentar um olhar presentista sobre os interesses e escolhas do autor em questão.

Procurei, portanto, fazer uma etnografia do pensamento de Sérgio Buarque através de uma via de mão dupla. Por um lado, busquei situar o diálogo deste autor com a etnologia alemã, através do uso que fez, em *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*, dos conceitos e das informações provenientes desta literatura. Por outro, tentei demonstrar como uso destas

obras de etnologia estava em sintonia com os interesses e estímulos da antropologia do período em que Sérgio Buarque fez suas pesquisas.

Além de discutir aspectos poucos conhecidos da obra de Sérgio Buarque, há ainda mais uma motivação que inspirou meu trabalho. A herança alemã na antropologia brasileira estava, até há poucos anos, um pouco esquecida, especialmente se comparada ao que se sabe sobre a influência francesa e norte-americana na mesma disciplina.

A relação da antropologia brasileira com autores da etnologia alemã já havia sido estudada por Herbert Baldus em seus dois volumes da *Bibliografia Crítica de Etnologia Brasileira* (Baldus 1954 e 1968) e por Thekla Hartmann, numa continuação do trabalho de Baldus (Hartmann 1977).⁸⁸ Mais recentemente, porém, começaram a surgir novas pesquisas dedicadas à compreensão da influência germânica na antropologia brasileira, especialmente através da análise de figuras centrais da etnologia alemã que trabalharam ou fizeram pesquisas no Brasil. Deste conjunto de novas pesquisas podemos destacar o livro organizado por Vera Penteadó Coelho (1993) sobre Karl von den Steinen; o livro de Luiz Donisete Grupioni (1998), que contém um capítulo sobre Curt Nimuendaju; a dissertação de Luiz Henrique Passador (2002) sobre Herbert Baldus; e a investigação de Mariza Corrêa (2003) sobre Emilia Snethlage.

Através deste trabalho sobre a herança alemã no pensamento de Sérgio Buarque, espero também ter contribuído para elucidar alguns aspectos e episódios da presença da tradição germânica na antropologia do Brasil.

⁸⁸ Estas três obras consituem fonte de referência fundamental para o estudo da contribuição alemã à antropologia brasileira. Nas três, os autores elencaram e comentaram os artigos, livros, vocabulários etc que cientistas alemães escreveram sobre a etnologia dos grupos indígenas no Brasil.

Referências

Fontes Inéditas

1. *Arquivo Central da Unicamp (Siarq)*

Fundo Sérgio Buarque de Holanda

- Série Correspondência:

Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda. Sem local, 29 de abril de 1922.

[Cp 20].

Carta de Rubens Borba de Moraes a Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 08 de dezembro de 1939. [Cp 38].

Carta de Antonio Carlos Couto de Barros a Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 19 de dezembro de 1939. [Cp 39].

Carta de Rubens Borba de Moraes a Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 24 de janeiro de 1940. [Cp 40].

Carta de Rubens Borba de Moraes a Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 28 de maio de 1940. [Cp 43].

Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 08 de março de 1941. [Cp 51].

Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 21 de março de 1941. [Cp 52].

Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 23 de julho de 1944. [Cp 65].

Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 29 de julho de 1944. [Cp 66].

Carta de Paulo Mendes de Almeida a Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 13 de maio de 1954. [Cp 153].

Carta de Rubens Borba de Moraes a Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, sem data. [Cp 376].

- Série Produção Intelectual:

Original datilografado de palestra proferida por Sérgio Buarque de Holanda. Sem local, sem data. [Pi 170].

Original datilografado do texto Sérgio Buarque de Holanda “Em torno da Semana”, publicado no Diário Carioca em 17 e 24 de fevereiro de 1952. [Pi 172].

Original datilografado da dissertação de mestrado de Sérgio Buarque de Holanda, “Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos”. São Paulo, julho de 1958. [Pi 175].

Original datilografado de homenagem a Mário de Andrade pela passagem dos 10 anos de seu falecimento. Sem local, sem data. [Pi 188].

-Sub-série Anotações de Pesquisa: Pi 191/1:1 até Pi 1414.

- Série Vida Pessoal:

Portaria de Contrato de Sérgio Buarque de Holanda como Professor de Literatura Comparada da Universidade do Distrito Federal. Distrito Federal, 13 de maio de 1936. [Vp 16].

Certidão de nomeação de Sérgio Buarque de Holanda para o cargo de Diretor da Divisão de Consultas da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1944. [Vp 34].

Comprovante da Divisão de Estudos Pós-graduados da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – referente aos estudos de pós-graduação completados por Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 30 de julho de 1958. [Vp 84].

Comprovante da Divisão de Estudos Pós-graduados da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – histórico de disciplinas cursadas por Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 30 de julho de 1958.[Vp 85].

Curriculum Vitae de Sérgio Buarque de Holanda. 1958. [Vp 88].

Termo de outorga e aceitação de auxílio à pesquisa da FAPESP. São Paulo, 9 de junho de 1965. [Vp 109]

Ofício de aprovação de prestação de contas da FAPESP. São Paulo, 13 de março de 1969. [Vp 122].

Relação das Atividades Profissionais de Sérgio Buarque de Holanda. Sem data. [Vp 174].

Nota explicativa de Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda, anexa aos documentos pessoais do historiador. Abril de 1988. [Vp 180].

2. Arquivo do Museu Paulista (AMP)

Fundo Museu Paulista

- Subgrupo Direção e Administração

Certidão de contagem de tempo de serviço de Sérgio Buarque de Holanda. Secretaria da Educação – Museu Paulista. São Paulo, 19 de junho de 1956. [P14].

Certidão de exoneração de Sérgio Buarque de Holanda do cargo de diretor do Museu Paulista. São Paulo, 30 de dezembro de 1958. [P14].

Carta de Sérgio Buarque de Holanda a Plínio Caiado de Castro. São Paulo, 26 de setembro de 1946. [P200].

Carta de Sérgio Buarque de Holanda a Plínio Caiado de Castro. São Paulo, 27 de setembro de 1946. [P200].

Carta de Sérgio Buarque de Holanda a Plínio Caiado de Castro. São Paulo, 13 de novembro de 1946. [P200].

Carta de Sérgio Buarque de Holanda a Vicente de Paula Lima. São Paulo, 04 de dezembro de 1956. [P203].

- Subgrupo Etnologia

Conjunto da correspondência passiva e ativa de Herbert Baldus. 1946-1953. [P249 até P252].

Bibliografia Citada

1.Periódicos

Diário Carioca, Rio de Janeiro: 13 de julho de 1952, suplemento dominical.

Estética, Rio de Janeiro: números 1 a 3, de 1924 a 1925.

Klaxon, São Paulo: números 1 a 8, de 1922 a 1923.

Revista do Brasil, Rio de Janeiro: número especial dedicado a Sérgio Buarque de Holanda.

Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro/Rioarte-fundação Rio, ano 3, no. 6, 1987.

Revista do Museu Paulista, São Paulo: números 1 a 23 da série antiga, 1895 a 1938.

_____. Números 1 a 10 da nova série, 1946 a 1956.

2. Entrevistas concedidas por Sérgio Buarque de Holanda

“Modernismo não é escola: é estado de espírito”. [Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto]. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 19 de junho de 1925.

“A democracia é difícil”. *Veja*: 28 de janeiro de 1976, pp.3-6.

3.Artigos, livros e teses

ABREU, Capistrano de. 1941 [1911]. *Rã-Txahu-ni-kn-í: A Língua dos Caxinauás*. Rio de Janeiro. Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet.

_____. 1976 [1893]. *O Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira.

_____. 2000 [1907]. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo, ed. Publifolha.

ANDRADE, Mário de. 1937 [1928]. *Macunaíma*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

_____.1942. *O Movimento Modernista*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.

_____.1976. *O Turista Aprendiz*. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

- AZEVEDO, Thales de. 1976. "Catequese e Aculturação". In: Schaden, E. (org). *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Nacional, pp. 365-384.
- BALDUS, Herbert. 1937. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Nacional.
- _____. 1940. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius. *Revista do Arquivo Municipal*, v.69, pp.131-146.
- _____. 1948. Contribuições para a Etnologia do Brasil. Introdução. *Revista do Museu Paulista*, nova série, v. 2, pp.7-16.
- _____. 1954. *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. São Paulo: Comissão do IV Centenário de Cidade de São Paulo.
- _____. 1968. *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*, vol. 2. Hannover: Kommissionsverlag Münstermann- Druck GmbH.
- BARBOSA, Francisco A. 1988. "Verdes Anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil". In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, pp.27-54.
- _____. (org). 1989. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco.
- BLAJ, Ilana. 1988. "Pulsações, Sangrias e Sedimentação: Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII". In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, pp. 83-88.
- _____. 1998. "Sérgio Buarque de Holanda, historiador da cultura material". In: Candido, A. (org). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp.29-48.
- BOAS, Franz. 1989 [1904]. "The History of Anthropology". In: STOCKING, George (ed). *A Franz Boas Reader. The Shaping of American Anthropology, 1883-1911*. Chicago: University of Chicago Press, pp.23-36.
- BRITO, Mário S.1972. "O Alegre Combate de Klaxon", introdução à edição fac-similada dos nove números de *Klaxon*. São Paulo: Martins Editora, s/p.
- CANDIDO, Antonio. 1982. Sérgio em Berlim e depois. *Novos Estudos Cebrap*, no. 3, pp.4-9.

- _____. 1989. "Sérgio em Berlim e depois". In: Barbosa, Francisco (org). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, pp.119-129.
- _____.1992. "Inéditos sobre literatura colonial". In: *Sérgio Buarque de Holanda: 3º. Colóquio Uerj*. Rio de Janeiro: Imago, pp.92-104.
- _____.1998. (org). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1994 [1964]. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. Campinas: ed. Unicamp, 4ª edição.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1990. Imagens de Índios do Brasil: o século XVI. *Estudos Avançados*, 4 (10), pp.91-110.
- _____. (org). 1992. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- CARVALHO, Marcus V.C. 2003. Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda, crítica literária, história e política (1920-1940). Tese de doutorado inédita defendida junto ao Departamento de História do IFCH – Unicamp.
- CASTRO, Conrado P. 2003. Motivos Ibéricos, pretextos literários: aspectos modernistas de Raízes do Brasil. *Trapézio*, no.3/4. Publicação do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) do IFCH-Unicamp, pp.69-100.
- CLIFFORD, James. 1986. "Introduction: Partial Truths". In: Clifford, J. e Marcus, G. (ed). *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, pp.1-26.
- _____. 1998. *A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ.
- COELHO, Vera P. (org.). 1993. *Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu*. São Paulo: Edusp.
- CORRÊA, Mariza. 1987. *História da Antropologia no Brasil (1930-1960), testemunhos*. Campinas: Vértice/ Ed. Unicamp.
- _____.1988. Traficantes do Excêntrico. Os Antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no.6, vol.3, pp.79-98.
- _____.2003. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: ed. UFMG.

- CUNHA, Mário W.V. 2001. “Depoimento: A Escola Livre, o Departamento de Cultura e a Faculdade de Filosofia”. In: Kantor, I.; Maciel, D. e Simões, J. *A Escola Livre de Sociologia e Política. Anos de Formação: 1933-1953. Depoimentos*. São Paulo: Escuta, pp.107-114.
- DANTAS, Pedro. 1974. “Vida da Estética e não estética da vida”, apresentação à edição fac-similiada dos três números de *Estética*. RJ: Ed. Gernasa, pp.vii-xii.
- DAVATZ, Thomas. 1941. *Memórias de um Colono no Brasil*. Tradução de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: editora Martins.
- DIAS, Maria Odila L.S. 1985. “Sérgio Buarque de Holanda, Historiador”. In: Dias, Maria Odila L.S.(org). *Sérgio Buarque de Holanda-História*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, no. 51. São Paulo: Ática, pp.7-64.
- _____. 1988. “Estilo e Método na Obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, pp.73-82.
- _____. 2002. Dialogando com Sérgio Buarque de Holanda. *Revista da SBPC*, ano 54, no.1, jul/ag/set de 2002, pp.68-69.
- EDUARDO, Octávio C. 2001. “O Processo de Construção Institucional”. In: Kantor, I.; Maciel, D. e Simões, J. *A Escola Livre de Sociologia e Política. Anos de Formação: 1933-1953. Depoimentos*. São Paulo: Escuta, pp.21-25.
- EHRENREICH, Paul. 1948 [1891]. Contribuições para a Etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, nova série, v. 2, pp. 17-135.
- Estatuto da Sociedade de Etnografia e Folclore. 1937. Separata da *Revista do Arquivo Municipal*, no. 39. São Paulo: Departamento de Cultura.
- FERNANDES, Florestan. 1948. *A Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial.
- _____. 1952. A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá. *Revista do Museu Paulista*, v. 6, n.s., pp.7-426.
- _____. 1958. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhembi.

- _____. 1970. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: Pioneira, 2ª. Edição.
- FREITAS, Marcos C. 1996. Historiografia e Paradigma: Uma viagem de Guinzburg a Buarque de Holanda. *Horizontes*, v.14, pp.11-34.
- FREYRE, Gilberto. 2000 [1933]. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: ed. Record.
- GALVÃO, Eduardo. 1957. Estudos sobre a aculturação dos grupos indígenas do Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 5, pp.67-74.
- GALVÃO, Walnice N. 2000. “A Fortuna Crítica de Sérgio Buarque de Holanda” In: Pesavento, S. (org). *Leituras Cruzadas: Diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: ed. UFRGS, pp.191-211.
- GEERTZ, Clifford. 2001. “Como pensamos hoje: a caminho de uma Etnografia do Pensamento Moderno.” In: _____. *O Saber Local*. Petrópolis:Vozes, pp.220-248.
- GRAHAM, Richard. 1982. An Interview with Sérgio Buarque de Holanda. *Hispanic American Historical Review*, vol. 62, no. 1, pp.3-17.
- GRUPIONI, Luiz D. B. 1998. *Coleções e Expedições Vigeadas: Os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- GUINZBURG, Carlo. 1990. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: _____. *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Cia. das Letras.
- HARDMAN, Francisco F. 1998. *Duas Viagens a Nápoles*. Coleção Papéis Avulsos, no. 32. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- HARTMANN, Thekla. 1975. *A Contribuição da Iconografia para o Conhecimento de Índios Brasileiros do século XIX*. Coleção Museu Paulista: etnologia, vol.1. São Paulo: editora Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP.
- _____. 1977. Contribuições em Língua Alemã para a Etnologia do Brasil (1966-1976). *Revista do Museu Paulista*, N.S., no. XXIV, p. 213-243.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1922. Antinous. *Klaxon*, no.4, pp.1-3.
- _____.1941. “Prefácio”. In: Davatz, T. *Memórias de um Colono no Brasil*. Tradução de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: editora Martins, pp.xv-xlv.

- _____.1947. Revista do Museu Paulista. *Revista do Museu Paulista*, nova série, vol. 1, pp. 9-10.
- _____.1948. Expansão Paulista em fins do século XVI e princípios do XVII. *Boletim do Instituto de Administração*, n. 29.
- _____.1949a. “História-período colonial”. In: Moraes, R.B. e Berrien, W. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Souza, pp.387-400.
- _____. 1949b. Índios e Mamelucos na Expansão Paulista. *Anais do Museu Paulista*, v. XIII, pp. 177-290.
- _____ 1953. “As Técnicas Rurais no Brasil durante o século XVIII”. *Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Nashville: Vanderbilt University Press, pp.260-265.
- _____.1958. Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos. Dissertação de Mestrado inédita apresentada à Divisão de Estudos Pós-Graduados da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.
- _____. 1964. Caminhos do Sertão. *Revista de História*, v. 28, pp. 69-111.
- _____.1966. Movimentos da População em São Paulo no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, no. 1, pp. 55-111.
- _____.1976. “A língua-geral em São Paulo”. In: Schaden, E. (org). *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: editora Nacional, pp.410-420.
- _____.1978 [1944].*Cobra de Vidro*.São Paulo: Perspectiva, 2ª. Edição.
- _____.1979a.*Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva.
- _____.1979b. “O atual e o inatual em L. von Ranke”. In: Holanda, S. (org). *Leopold von Ranke – história*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, no. 8. São Paulo: Ática, pp.7-62.
- _____.1986. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense.
- _____.1987 [1929]. Thomas Mann e o Brasil. *Revista do Brasil*, ano 3, no. 6, pp. 15-17.
- _____.1990 [1945]. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 3ª edição ampliada.
- _____.1991.*Capítulos de Literatura Colonial*. Organização e introdução de Antonio Candido. São Paulo: Brasiliense.

- _____.1996a. *O Espírito e a Letra*, 2 volumes. Organização, introdução e notas de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Cia.das Letras.
- _____. 1996b. *Livro dos Prefácios*. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____.1998 [1936]. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 26ª. edição.
- _____.2000 [1959]. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Publifolha.
- _____.2001 [1957]. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras.
- HORCH, Rosemarie E. 1988. “Bibliografia de Sérgio Buarque de Holanda”, In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, pp.121-156.
- JACKSON, Luiz C. 2003. Representações do Mundo Rural Brasileiro – dos precursores à sociologia da USP. Tese de doutorado inédita defendida junto ao Departamento de Sociologia da FFLCH-USP.
- KANTOR, I.; MACIEL, D. e SIMÕES, J. 2001. *A Escola Livre de Sociologia e Política. Anos de Formação: 1933-1953. Depoimentos*. São Paulo: Escuta.
- KOPPEL, Susanne. 1986. *Brasilien-Bibliothek der Robert Bosch GmbH*. Katalog, Band I. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt.
- LIMONGI, Fernando. 1989. “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo”.In: Miceli, S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo:Vértice/Idesp, pp. 217-233.
- LOPES, Maria M. 1997. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec.
- LOPEZ, Telê P. A. 1976. “Viagens Etnográficas de Mário de Andrade”. In: Andrade, M. *O Turista Aprendiz*. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Livraria Duas Cidades, pp.15-24.
- LOWIE, Robert. 1946. *Historia de la Etnologia*. México: Fondo de Cultura Economica.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 [1922]. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: ed. Abril Cultural.

- MARCUS, George e CUSHMAN, Dick. 1982. Ethnographies as Texts. *Annual Review of Anthropology*, vol. 11, pp.25-69.
- MARTIUS, Karl von. 1939 [1844]. *Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Nacional, coleção Brasileira.
- MENESES, Ulpiano T.B.1994. O Museu Paulista. *Estudos Avançados*, vol.8, no.22, pp.573-580.
- MESGRAVIS, Laima. 1988. “Aspectos da sociedade paulista no século XIX na visão de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, pp.89-94.
- MICELI, Sergio. 2001. “Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais”. In: _____. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol 1. São Paulo: Sumaré, 2ª edição, pp. 91-134.
- MONTEIRO, John M. 1994. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____.2002. “Raça de Gigantes: mestiçagem e mitografia no Brasil e na Índia portuguesa”. In: Bianco, B., Almeida, M. e Bastos, C. *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*. Lisboa: ed. Do Instituto de Ciências Sociais, pp.227-249.
- MONTEIRO, Pedro M. 1999. *A Queda do Aventureiro*. Campinas: Ed.Unicamp.
- MORAES, Rubens Borba de. 1922. Balanço de Fim de Século. *Klaxon*, no. 4, pp.12-13.
- _____.2001a [1924]. *O Domingo dos Séculos*. Reedição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- _____.2001b.“Depoimento: Da Semana de Arte Moderna à Fundação da Escola Livre: no calor de 1932”. In: Kantor, I., Maciel, D. e Simões, J. *A Escola Livre de Sociologia e Política. Anos de Formação: 1933-1953. Depoimentos*. São Paulo: Escuta, pp.127-133.
- MORAES, Rubens B. & BERRIEN, William (eds). 1949. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*.Rio de Janeiro: editora Souza.
- OLIVEIRA Jr, Paulo C. 1994. Affonso d’E. Taunay e a Construção da Memória Bandeirante. Dissertação de mestrado defendida junto ao Departamento de História do IFCS- UFRJ.

- PASSADOR, Luiz Henrique. 2002. *Herbert Baldus e a Antropologia no Brasil*. Dissertação de mestrado inédita defendida junto ao Departamento de Antropologia do IFCH-Unicamp.
- PINTO, Maria Inês M.B. 1988. "Sérgio Buarque de Holanda e o estudo dos meandros de uma sociedade movediça nos territórios do ouro: povoamento tumultuário e o processo de sedimentação social no século XVIII". In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, pp.95-100.
- PONTES, Heloisa. 1989. "Retrato do Brasil: editores, editoras e "coleções brasiliana" nas décadas de 30, 40 e 50". In: Miceli, S. (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. I. São Paulo: Vértice/Idesp, pp.359-409.
- _____. 1998. *Destinos Mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____. 2001. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, no.47, pp.5-30.
- PONTES, Heloisa e MASSI, Fernanda. 1992. *Guia bibliográfico dos brasilianistas: obras e autores editados no Brasil entre 1930 e 1988*. São Paulo: editora Sumaré.
- PRADO, Antonio A. 1992. "Nota breve sobre Sérgio crítico". In: *Sérgio Buarque de Holanda: 3º. Colóquio Uerj*. Rio de Janeiro: Imago, pp.117-135.
- _____. 1996. "Introdução". In: Holanda, S.B. *O Espírito e a Letra*, vol.1. São Paulo: Cia. das Letras, pp.20-32.
- _____. 1998. "Raízes do Brasil e o modernismo". In: Candido, A. (org). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp.71-80.
- REDFIELD, Robert; LINTON, Ralph; HERSKOVITS, Melville. 1936. Memorandum for the study of acculturation. *American Anthropologist*, n. 38, pp. 149-152.
- SCHADEN, Egon. 1956. Karl von den Steinen e a Exploração Científica do Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 4, pp.117-128.
- _____. 1969. *Aculturação Indígena. Ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira/Edusp.

- _____. 1976. “O Estudo Atual das Culturas Indígenas”. In: ____ (org). *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Nacional, pp.3-10.
- SCHMIDT, Max. 1922. “Das Haus im Xingu Quellgebiet”. In: Lehmann, W. (ed). *Festschrift Eduard Seler*. Stuttgart: Strecker und Schröeden, pp.441-470.
- _____. 1942 [1905]. *Estudos de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Nacional, coleção Brasiliana.
- SCHMIDT, Wilhelm. 1942. *Ethnologia Sul-Americana*. Tradução de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: editora Nacional, coleção Brasiliana.
- SCHWARCZ, Lilia. 1993. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Mario C. 1974. “Glossário de homens e coisas da *Estética*”. In: edição facsimiliada dos três números de *Estética*. RJ: Ed. Gernasa, pp.xv-lv.
- SOUZA, Gilda de Mello e. 1951. A Moda no Século XIX. *Revista do Museu Paulista*, v. 5.
- SOUZA, Laura de Mello e.1995. Sérgio Buarque de Holanda entre a história e a sociologia. *Jornal de Resenhas*, São Paulo, n. 1, pp. 10-11.
- SPIX, Johann e MARTIUS, Karl von. 1976 [1823-1831]. *Viagem ao Brasil*. Três volumes. São Paulo: Melhoramentos.
- STEINEN, Karl von den. 1942 [1886]. *O Brasil Central*. São Paulo: Nacional, coleção Brasiliana.
- STOCKING Jr, George. 1985. “The Ethnographer’s Magic: Fieldwork in British Anthropology from Tylor to Malinowski”. In: ____ (ed). *Observers observed: essays on ethnographic fieldwork*. Madison: University of Wisconsin Press, pp. 70-120.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify.
- WEGNER, Robert.2000. *A Conquista do Oeste. A Fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: ed. UFMG.
- WHITMAN, James. 1988. “From Philology to Anthropology in Mid-Nineteenth-Century Germany”. In: STOCKING, George (org). *Functionalism Historicized. Essays on British Social Anthropology*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, pp.214-229.

WIED-NEUWIED, príncipe Maxmilian. 1940 [1821]. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, coleção Brasileira.

WINTERS, Christopher (ed). 1991. *International Dictionary of Anthropologists*. New York: Garland Publishing.

ANEXOS

CRONOLOGIA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

1902 – Nasceu em São Paulo, no dia 11 de julho, filho de Christovam Buarque de Hollanda e Heloísa Gonçalves Moreira Buarque de Hollanda.

1911 – Fez os estudos primários na Escola Modelo Caetano de Campos.

1915 – Iniciou seus estudos ginasiais no Colégio São Bento.

1920 – Publicou seu primeiro artigo, “Originalidade Literária”, no *Correio Paulistano*.

1921 – Mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro. Matriculou-se na Faculdade de Direito daquela cidade. Começou a trabalhar escrevendo artigos para jornais e como tradutor de telegramas da agência Havas.

1922 – Foi nomeado representante da revista modernista *Klaxon* no Rio de Janeiro.

1924 – Ao lado de Prudente de Moraes Neto fundou a revista *Estética*.

1925 – Concluiu seu curso de Direito.

1926 – Mudou-se para Cachoeira do Itepeverim, no Espírito Santo, e lá exerceu a função de diretor do jornal *O Progresso*.

1927 – Voltou para o Rio de Janeiro e retomou suas atividades como crítico de rodapé em jornais e como tradutor para agências de notícias internacionais.

1929 – Partiu para a Alemanha para trabalhar como correspondente internacional de *O Jornal*, de acordo com a proposta feita por Assis Chateaubriand. Lá também escreveu artigos para a revista bilíngüe *Duco* e assistiu algumas aulas de História e Ciências Sociais na Universidade de Berlim.

1930 – Regressou ao Brasil. Se instalou no Rio de Janeiro e continuou a trabalhar para jornais e agências internacionais de notícias.

1935 – Publicou na revista *Espelho* o ensaio “Corpo e Alma do Brasil: Ensaio de Psicologia Social”, que daria origem a seu livro de estréia.

1936 – Foi contratado como assistente do Prof. Henri Hauser na cadeira de História Moderna e Econômica, e como assistente do Prof. Henri Tronchon, na cadeira de Literatura Comparada, ambas na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal. Publicou seu livro *Raízes do Brasil*, inaugurando a série “Documentos Brasileiros”, dirigida por Gilberto Freyre, pela Editora José Olympio. Casou-se com Maria Amélia Alvim.

1937 – Assumiu as cadeiras de História da América e Cultura Luso-Brasileira na Universidade do Distrito Federal.

1939 – Tendo sido extinta a universidade em que lecionava, passou a trabalhar no setor de publicações do recém-fundado Instituto Nacional do Livro.

1940 – Começou a escrever para a seção de crítica literária do jornal *Diário de Notícias*.

1941 – Traduziu do alemão o livro *Memórias de um Colono no Brasil*, de Thomas Davatz, que foi publicado naquele ano pela Editora Nacional. Viajou aos Estados Unidos a convite do departamento de estado daquele país. Lá, proferiu palestras na Universidade de Wyoming.

1942 – Publicou pela Editora Nacional sua tradução, feita um ano antes, do livro do padre alemão Wilhem Schmidt, *Ethnologia Sul-Americana*.

1944 – Saiu do Instituto Nacional do Livro para trabalhar como diretor da divisão de consultas da Biblioteca Nacional, sob direção geral de Rodolfo Garcia. Publicou uma coletânea de artigos de crítica literária já publicados em jornais: *Cobra de Vidro*, pela Editora Martins.

1945 – Publicou o livro *Monções*.

1946 – Mudou-se de volta para São Paulo e assumiu o cargo de diretor do Museu Paulista.

1948 – Começou a lecionar História Econômica do Brasil na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, substituindo Roberto Simonsen.

1949 – Viajou à França, para proferir uma palestra na Sorbonne e participar de um comitê da UNESCO sobre democracia.

1950 – Assumiu a seção de crítica literária no *Diário Carioca* (RJ) e na *Folha da Manhã* (SP). Participou do I Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros em Washington, EUA.

1952 – Publicou o livro *Antologia dos Poetas Brasileiros na Fase Colonial*.

1953 – Licenciou-se de seu cargo no Museu Paulista e assumiu a cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma.

1955 – Retornou ao Brasil e reassumiu o cargo no Museu Paulista.

1956 – Lecionou História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

1957 – Publicou *Caminhos e Fronteiras*, pela editora José Olympio. Começou a dar aulas de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

1958 – Recebeu o grau de Mestre em Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, tendo defendido em 4 de julho daquele ano a dissertação “Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos”. Foi aprovado no concurso para a cátedra de História da Civilização Brasileira na USP, com a tese “Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil”.

1959 – Publicou *Visão do Paraíso* pela editora José Olympio.

1960 – Começou a planejar e a dirigir a coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, para a editora Difusão Européia do Livro. Fez este trabalho até 1972.

1962 – Fundou e foi eleito diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), na USP.

1965 – Viajou aos Estados Unidos, a convite do governo daquele país, para dar palestras nas universidades de Columbia, Harvard e Los Angeles. Trabalhou como professor visitante na New York State University em Stony Brook até 1967.

1969 – Pediu sua aposentadoria na USP em solidariedade aos colegas aposentados compulsoriamente pelo AI-5.

1972 – Publicou o volume 5 da *História Geral da Civilização Brasileira*, intitulado *Do Império à República*, de sua autoria.

1979 – Publicou *Tentativas de Mitologia*, pela editora Perspectiva, uma coletânea de seus artigos de crítica literária.

1980 – Inscreveu-se como membro-fundador do Partido dos Trabalhadores (PT).

1982 – Faleceu em São Paulo em 24 de abril.